



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA

Melissa Maria de Souza Zimmermann

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: proposta de instrumento de meta-avaliação
para a avaliação interna de IES

Florianópolis

2021

Melissa Maria de Souza Zimmermann

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: proposta de instrumento de meta-avaliação
para a avaliação interna de IES

Dissertação submetida ao Programa de Pós-graduação
em Administração Universitária da Universidade Federal
de Santa Catarina para a obtenção do título de mestre em
Administração Universitária.

Orientadora: Prof. Lourdes Alves, Dr^a.

Florianópolis

2021

Ficha de identificação da obra

ZIMMERMANN, Melissa Maria de Souza
Avaliação Institucional: proposta de instrumento
de meta-avaliação para avaliação interna de IES
/ Melissa Maria de Souza Zimmermann;
orientadora, Lourdes Alves, 2021.
122 p.

Dissertação (mestrado profissional) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socio-
Econômico, Programa de Pós-Graduação em Administração
Universitária, Florianópolis, 2021.

Inclui referências.

1. Administração Universitária. 2. meta-
avaliação. 3.Autoavaliação Institucional. 4.
Avaliação da Educação Superior. I. Alves, Lourdes.
II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa
de Pós-Graduação em Administração Universitária. III.
Titulo.

Melissa Maria de Souza Zimmermann

Avaliação Institucional: proposta de instrumento de meta-avaliação
para a avaliação interna de IES

O presente trabalho em nível de mestrado foi avaliado e aprovado por banca examinadora
composta pelos seguintes membros:

Prof. Pedro Antônio de Melo, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Prof. Thiago Henrique Almino Francisco, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Prof. Eli Lopes da Silva, Dr.
Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – Senac SC

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado
adequado para obtenção do título de mestre em Administração Universitária.

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Profª. Lourdes Alves, Dr^a
Orientadora

Florianópolis, 2021.

Este trabalho é dedicado à minha irmã, Marlene de Souza Moraes (*in memoriam*), minha grande inspiração para a vida e para os estudos.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente e principalmente a Deus, pelo dom da vida, por tantas bênçãos e por me guiar e amparar em todos os momentos. Obrigada meu Deus!

Aos meus pais, Arminda (*in memoriam*) e Waldemar, por me fazerem quem sou, por tanto amor e por serem meu porto seguro.

Ao meu esposo Sidney e minha filha Manuella, por entenderem minha ausência e por serem minha fortaleza e abrigo sempre e para sempre. Eu amo vocês com toda a minha alma, sem vocês, com certeza eu não chegaria até aqui.

A toda minha família: meus irmãos, irmãs, cunhadas, cunhados, sobrinhos e sobrinhas, afilhados e afilhadas pelo apoio incondicional e por saber que posso contar com vocês em todos os momentos da minha vida. Sou fruto desse amor imenso que nos une!

À Professora Dra. Lourdes Alves, por toda dedicação nas orientações, pelos ensinamentos e experiências trocadas neste período e por acreditar nas minhas ideias e planos.

Aos Professores Drs. Pedro Antonio de Melo, Thiago Almino Francisco e Eli Lopes da Silva, pelas contribuições na banca de qualificação e por aceitarem gentilmente participar da minha banca de defesa. Vocês são inspiração!

À diretora de Educação Profissional, Ana Elisa Cassal, por todo carinho e por permitir que eu me dedicasse a realização desta conquista, mas sobretudo, pela amizade e parceria incondicional de sempre. E a todos os colegas do Senac SC, especialmente aos colegas do Setor de Registro e Regulação Educacional, pelo apoio e por segurar as pontas nas minhas ausências.

Aos queridos colegas da Turma PPGAU 2019, gratidão pela amizade, compreensão e por me apoiarem em momentos difíceis dessa jornada. Também aos professores do programa, e, especialmente ao Prof. Dr. Maurício Rissi, pelo apoio e orientações. Vocês são incríveis e os levarei para sempre no meu coração.

Aos amigos e parentes que não mencionei aqui, mas que fizeram e fazem parte da minha aventura, todos foram muito importantes na construção deste trabalho. Sou eternamente grata pelo carinho e pela torcida.

Obrigada! Muito obrigada!

O que pode ser medido, pode ser melhorado (DRUCKER, Peter)

RESUMO

Para as Instituições de Ensino Superior (IES), os processos avaliativos são transformadores, na medida que apresentam argumentos para desencadear esse movimento. Sendo a autoavaliação o ponto de partida para o processo avaliativo no âmbito da educação superior, este trabalho tem como objetivo propor um protótipo de instrumento de meta-avaliação para utilização na avaliação do processo e dos resultados da autoavaliação institucional de IES brasileiras. Para atender a este objetivo foram realizadas três etapas da pesquisa as quais, em conjunto, buscaram identificar atributos, critérios e indicadores para compor o referido instrumento. As etapas foram: pesquisa bibliográfica, análise documental dos relatórios de autoavaliação institucional e levantamento (Survey) aplicado com os membros das Comissões Próprias de Avaliação (CPA) das IES do Estado de Santa Catarina, por meio de questionário. A partir da análise dos dados coletados, foi possível definir os elementos mais relevantes para a elaboração do instrumento de meta-avaliação aplicável à autoavaliação institucional apresentado como resultado deste estudo. A organização do instrumento considerou, dentre o que foi estudado, o que é cabível a uma meta-avaliação para o processo de autoavaliação institucional, ou seja, adaptações, interpretações e realocações foram necessárias para estabelecer os parâmetros. Assim, o instrumento foi elaborado da seguinte forma: a) Estrutura: etapas da autoavaliação institucional previstas no Roteiro de Autoavaliação; b) Atributos: a partir dos Padrões estabelecidos pelo *Join Committe of Standard of Educational Evaluation* aplicáveis à meta-avaliação e relacionados ao processo de autoavaliação institucional; c) Critérios: Fragilidades encontradas nas análises dos relatórios de autoavaliação e nos resultados do questionário aplicado, critérios de meta-avaliação de Stufflebean e lista chave de verificação da avaliação de Scriven, no que couber ao processo de autoavaliação institucional de IES; d) Indicadores: Instrumentos de Avaliação Institucional Externa, Dimensões e Eixos estabelecidos Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, documentos orientadores e legislações acerca da autoavaliação institucional. O produto desta pesquisa, portanto, busca qualificar continuamente o processo de autoavaliação institucional para alcançar a melhoria da qualidade da educação superior brasileira. Por tratar-se de um protótipo, recomenda-se a continuidade da pesquisa com a aplicação do instrumento de meta-avaliação pelas CPAs das IES brasileiras, como forma de testagem e abertura para novas discussões futuras sobre o assunto.

Palavras-chave: Meta-avaliação. Autoavaliação institucional. Avaliação da Educação Superior.

ABSTRACT

For Higher Education Institutions (HEIs), evaluation processes are transformative, as they present arguments to trigger this movement. Since self-evaluation is the starting point for the evaluation process in the context of higher education, this work aims to propose a prototype of a meta-evaluation instrument for use in evaluating the process and results of institutional self-evaluation in Brazilian HEIs. To meet this objective, three stages of the research were carried out, which, together, sought to identify attributes, criteria and indicators to compose the aforementioned instrument. The steps were: bibliographic research, document analysis of institutional self-evaluation reports and survey applied with members of the Own Evaluation Commissions (OEC) of the HEIs of the State of Santa Catarina, through a questionnaire. From the analysis of the collected data, it was possible to define the most relevant elements for the elaboration of the meta-evaluation instrument applicable to the institutional self-evaluation presented as a result of this study. The organization of the instrument considered, among what was studied, what is suitable for a meta-evaluation for the institutional self-evaluation process, so, adaptations, interpretations and reallocations were necessary to establish the parameters. Thus, the instrument was designed as follows: a) Structure: institutional self-assessment stages provided for in the Self-Assessment Guide; b) Attributes: based on the Standards established by the Joint Committee of Standard of Educational Evaluation applicable to meta-evaluation and related to the institutional self-evaluation process; c) Criteria: Weaknesses found in the analysis of self-assessment reports and in the results of the questionnaire applied, Stufflebean's meta-assessment criteria and Scriven's key assessment checklist, as far as the institutional self-assessment process of HEIs is concerned; d) Indicators: External Institutional Assessment Instruments, Dimensions and Axes established National Higher Education Assessment System, guiding documents and legislation on institutional self-assessment. The product of this research, therefore, seeks to continuously qualify the institutional self-assessment process to improve the quality of Brazilian higher education. As this is a prototype, it is recommended to continue the research with the application of the meta-assessment instrument by the CPAs of Brazilian HEIs, as a form of testing and opening for new future discussions on the subject.

Keywords: Meta-evaluation. Institutional Self-evaluation. Higher Education Evaluation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Dimensões do SINAES.....	Erro! Indicador não definido.
Figura 2 - Etapas do processo de autoavaliação institucional	31
Figura 3 - Conceitos de meta-avaliação	31
Figura 4 - Conceitos de meta-avaliação (Stufflebean)	41
Figura 5 - Abordagens da Lista Chave de Verificação da Avaliação.....	42
Figura 6 - Procedimentos metodológicos quanto aos meios	48
Figura 7 - Principais apontamentos do Referencial Teórico sobre Meta-Avaliação.....	51
Figura 8 - Infográfico 1 – Síntese da análise dos relatórios	68
Figura 9 - Infográfico 2- Síntese dos Resultados Parte I.....	84
Figura 10 - Infográfico 3- Síntese dos Resultados Parte II.....	93
Figura 11 - Aspectos dos conceitos utilizados nas análises dos relatórios.....	95
Figura 12 - Aspectos positivos ou negativos da resposta intermediária das questões.....	96

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Padrões de Avaliação do JCSEE.....	38
Quadro 2 - Lista de Tarefas para Meta-Avaliação	41
Quadro 3 - Lista Chave de Verificação de Avaliação	43
Quadro 4 - Indicadores e Critérios relacionados à autoavaliação institucional.....	45
Quadro 5 - Palavras-chave da Revisão Sistemática.....	49
Quadro 6 - Eixos e Dimensões do SINAES	52
Quadro 7 - Estrutura do Instrumento de Avaliação (questionário)	58
Quadro 8 - Estrutura da coleta de dados em relação aos objetivos específicos.....	58
Quadro 9 - Motivos de impedimento de acesso aos relatórios de autoavaliação	61
Quadro 10 - Análise dos relatórios das CPAs	61
Quadro 11 - Estrutura do questionário - bloco 1	70
Quadro 12 - Estrutura do questionário - bloco 2	72
Quadro 13 - Estrutura do questionário - bloco 3	75
Quadro 14 - Estrutura do questionário - bloco 4	77
Quadro 15 - Estrutura do questionário - bloco 5	79
Quadro 16 - Estrutura do questionário - bloco 6	80
Quadro 17 - Estrutura do questionário - bloco 7	82
Quadro 18 - Estrutura do questionário - bloco 8	85
Quadro 19 - Estrutura do questionário - bloco 9	87
Quadro 20 - Estrutura do questionário - bloco 10	88
Quadro 21 - Estrutura do questionário - bloco 11	90
Quadro 22 - Estrutura das questões para o instrumento de meta-avaliação	97
Quadro 23 - Instrumento de Meta-avaliação do Processo de Autoavaliação de IES	101

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número de IES em SC por categoria administrativa	54
Tabela 2 - Número de IES em SC por Organização Acadêmica.....	55

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABE	Associação Brasileira de Educação
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AES	Associação Americana de Avaliação
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEA	Comissão Especial da Avaliação da Educação Superior
CI	– Conceito Institucional
CPA	Comissão Própria de Avaliação
ENADE	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
ENC	Exame Nacional de Cursos
IACG	Instrumentos de Avaliação de Cursos de Graduação
IAIE	Instrumentos de Avaliação Institucional Externa
IBGE	Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituição de Educação Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
JCSEE	<i>Join Committee on Standards for Educational Evaluation</i>
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação e Cultura
PAIUB	Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras
PARU	Programa de Avaliação da Reforma Universitária
PDI	– Plano de Desenvolvimento Institucional
PPGAU	Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária
SESU	Secretaria de Educação Superior
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SINAPES	Sistema Nacional de Avaliação e Progresso da Educação
UFSC	– Universidade Federal de Santa Catarina
URJ	Universidade do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
1.1	CONTEXTUALIZAÇÃO	18
1.2	PROBLEMATIZAÇÃO	20
1.3	OBJETIVO GERAL	21
1.3.1	Objetivos específicos	21
1.4	JUSTIFICATIVA	22
1.5	ADERÊNCIA DO TRABALHO AO PPGAU	23
1.6	ESTRUTURA DO TRABALHO	24
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	25
2.1	A EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA	25
2.2	SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	27
2.3	A AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	30
2.4	META-AVALIAÇÃO	34
2.4.1	Modelos de meta-avaliação aplicáveis à Autoavaliação Institucional	37
2.4.2	Atributos das Práticas de Avaliação Educacional	37
2.4.3	Meta-Avaliação por Stufflebean.....	40
2.4.4	Lista Chave de Verificação da Avaliação - Scriven.....	42
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	45
3.1	NATUREZA E CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	46
3.2	DELINEAMENTO DA PESQUISA	47
3.3	COLETA DE DADOS	49
3.3.1	Pesquisa Bibliográfica	49
3.3.2	Análise Documental	51
3.3.3	<i>Survey</i>.....	54
3.3.3.1	<i>Definição da amostragem.....</i>	54

3.3.3.2	<i>Instrumento de Coleta de Dados</i>	56
3.4	TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS	57
3.4.1	Resumo da dos resultados em relação aos objetivos específicos	58
4	APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA	60
4.1	ANÁLISE DOS RELATÓRIOS DE AUTOAVALIAÇÃO	60
4.2	ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS	69
4.2.1	Processo de Autoavaliação Institucional (Parte 1)	69
4.2.2	Resultados da Autoavaliação Institucional (Parte 2)	85
5	PROPOSTA DE INSTRUMENTO DE META-AVALIAÇÃO	95
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	106
	REFERÊNCIAS	108
	APÊNDICE A – Questionário	115

1 INTRODUÇÃO

A reflexão sobre a Universidade, concebida historicamente como fonte do saber científico e da formação humana, é de interesse de todos que de alguma forma tem ligação com essa instituição: estudantes, professores, corpo técnico, mercado e também a comunidade em geral que transita ao seu redor. Por isso, a importância de conhecer sua trajetória, seus objetivos e o que o Estado e a sociedade esperam destas instituições.

O Brasil foi um dos países americanos mais tardios na implantação da Educação Superior, que teve início no século XVII, ministrado pelos Jesuítas. Em 1920, por meio do Decreto nº 14.343, o Presidente Epitácio Pessoa institui a Universidade do Rio de Janeiro (URJ). Surge, assim, a primeira Universidade oficial (Pública) do País, denominada à época de Universidade do Rio de Janeiro, por justaposição de escolas de ensino superior já existentes. Mais tarde, em 1937, passou a chamar-se Universidade do Brasil, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro (ALVES, 2016).

Desde então, a criação de universidades foi se expandindo ao longo dos anos nos grandes centros, inclusive com a criação de universidades privadas, já que, segundo Menezes (2000), as públicas não conseguiam atender a demanda social.

Essa expansão gerou necessidade de normatização. Então, em 1968 o Congresso Nacional aprovou a Reforma Universitária, pela Lei nº 5.540 (BRASIL, 1968), fixando normas de organização e funcionamento do ensino superior, e posteriormente, o Decreto-Lei nº 464 (BRASIL, 1969). A reforma trouxe uma mudança significativa, uma vez que antes da promulgação desta legislação, a Educação Superior era praticada apenas nas universidades, institutos federais e algumas universidades estaduais. Foi esta reforma que proporcionou avanço e modernização ao ensino superior, até então fechado numa realidade burocrática, centralizadora e ditatorial (HORTA, 2014).

A partir da Reforma Universitária, observou-se a necessidade de avaliar a Educação Superior e um tímido movimento para a discussão sobre avaliação foi percebido. Contudo, a experiência com avaliação da Educação Superior no Brasil iniciou de fato em 1977, quando o Ministério da Educação (MEC) delegou à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) a responsabilidade pelo Sistema de Avaliação de Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* (HORTA, 2014). No que se refere aos cursos de graduação, o primeiro movimento para avaliação surge com o Programa de Avaliação da Reforma Universitária (PARU), em 1983.

O Paru tinha por objetivo essencial avaliar a Reforma Universitária de 1968, implantada com “mão de ferro” pelo governo militar, visando, especialmente, as universidades federais. A reforma, contudo, foi aplicada draconianamente para todo e qualquer tipo de organização acadêmica, tendo como órgão principal de execução o Conselho Federal de Educação (CFE), onde a reforma foi gerada. (HORTA, 2014, p. 13).

Com a proposta do Paru, observou-se um primeiro olhar para a necessidade de autoavaliação, pois, segundo o programa, a comunidade acadêmica também tinha participação com o papel de “reflexão sobre sua própria prática, viabilizando o desenvolvimento de estudos que permitissem a análise e avaliação das diferentes formas que esta prática vem assumindo” (HORTA, 2014, p. 18).

Dez anos depois, com a Portaria nº 130, de 1993, foi instituída a Comissão Nacional de Avaliação das Universidades Brasileiras, a qual propôs a criação do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (Paiub).

Segundo Horta (2014), a adesão ao Paiub era voluntária para as universidades e previa possibilidade de financiamento do MEC para a execução dos projetos, caso atendessem aos critérios estabelecidos nos Editais, que envolviam a realização de avaliação interna e externa e o envio periódico de relatórios à Secretaria de Educação Superior (SESU).

Com a edição do Decreto n.º 2.026, de 10 de outubro de 1996, que regulamentava dispositivos da Lei n.º 9.131/1995, que introduziu a avaliação da educação superior no sistema federal de ensino, houve um hiato no desenvolvimento do Paiub, havendo desconfiança de que não teria continuidade (HORTA, 2014, p. 42).

No entanto, a Lei n.º 9.131, de 24 de novembro de 1995, gerada por uma medida provisória, estabeleceu, pela primeira vez, a avaliação da educação superior no Brasil. De acordo com Horta (2014), como fruto dessa lei, na prática, ficou o Exame Nacional de Cursos (ENC), conhecido como Provão que durou até o ano de 2003. A implantação do Provão enfraqueceu o Paiub e, por diversos motivos, foi duramente criticada por educadores, alunos e universidades.

Ao propor o ENC/Provão em detrimento do Paiub, o Governo substituiu uma proposta de avaliação criada pelas próprias universidades, para colocar em prática de forma autoritária e antidemocrática, um projeto imposto pelo Governo. Com essa atitude, o Governo, também desconsiderou a avaliação institucional formativa que estava conquistando a adesão das IES e acentuou a função reguladora (GOULART, 2018, p. 35).

Além da regulação e a supervisão, a avaliação foi um meio encontrado para propor a melhoria de qualidade à Educação Superior. No mesmo ano de 2003, foi publicada a edição da Medida Provisória que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação e Progresso da Educação (SINAPES). O Sinapes não previa exame de desempenho dos estudantes e tinha como objetivo avaliar os cursos das IES nos indicadores ensino e aprendizagem, a capacidade institucional e a responsabilidade social dos cursos (HORTA, 2014).

Com a necessidade de aperfeiçoar a avaliação e também aferir o desempenho dos estudantes, foi criado o Exame Nacional de Desempenho do Estudante (ENADE), mediante a conversão da MP n.º 147, de 2003. Assim, na Lei n.º 10.861, de 2004, que institui o atual Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) (BRASIL, 2004), o Brasil passou a ter disponibilidade de um sistema nacional de avaliação da educação superior, abrangendo todas as categorias de organizações acadêmicas. O SINAPES, então, passou a ser SINAES, pois a palavra “Progresso” foi suprimida do seu título.

A Lei do SINAES “estabelece critérios de avaliação de qualidade da educação superior perfeitamente adequados e justos ao sistema de federal de ensino, que abriga as IES mantidas pela União e as da livre iniciativa” (HORTA, 2014, p. 66) e tem o intuito de assegurar a qualidade desse nível educacional.

Este sistema também definiu a Avaliação Institucional que tem por finalidade analisar o conjunto de dimensões, estruturas, relações, atividades, funções e finalidades de uma IES, a qual é constituída pelo processo de autoavaliação (avaliação interna), que se completa com a avaliação externa.

Para as Instituições de Ensino Superior, os processos avaliativos são transformadores, na medida que apresentam argumentos para desencadear esse movimento. Tais argumentos abrangem desde a necessidade de o Estado assegurar a qualidade da educação, a partir de seus respectivos controles regulatórios, à distribuição e ao uso adequado dos recursos públicos, até a necessidade de fé pública para orientar a sociedade (INEP, 2009)

Segundo Souza *et al.* (2018), o procedimento avaliativo, especificamente a autoavaliação institucional, deve também ser transformado frequentemente para buscar a melhoria contínua de seus processos, aprimorando as abordagens, os instrumentos e o próprio objeto a ser avaliado. É por isso que a avaliação deve também ser avaliada, para mensurar sua qualidade e se, de fato, está trazendo os resultados e informações esperados para o processo evolutivo da instituição, pois, uma avaliação malfeita pode trazer sérias consequências, comprometendo todo o processo.

Esse estudo aborda a avaliação da autoavaliação institucional realizada pelas instituições de Ensino Superior no âmbito do SINAES, denominada **meta-avaliação**, considerando sua importância para o desenvolvimento e melhoria da qualidade da educação superior brasileira.

O prefixo meta (do grego *metá*), segundo o Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, remete a termos como “transcendência” e “reflexão sobre si”. Ou seja, o prefixo “meta”, embora reflita mais comumente uma conotação temporal (depois de), no caso da meta-avaliação traz um sentido mais amplo, o que não quer dizer que se realiza apenas quando finalizado o processo avaliador, pois ela também pode ser realizada no decorrer da avaliação (DAVOK, 2006), e assim voltar seu olhar sobre o processo, da sua concepção ao seu resultado.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

A Constituição Federal (BRASIL, 1988) estabelece como dever do Estado a garantia de padrão de qualidade do ensino (Art. 206, Inc. VII), pelo Poder Público, ministrado pela iniciativa privada (Art. 208, Inc. II) e a busca da melhoria da sua qualidade (Art. 214, Inc. III). Desde então, foram criadas políticas brasileiras voltadas para a melhoria da educação e para a avaliação do sistema educacional, implementadas pelo MEC. Essas políticas ganharam força com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (BRASIL, 1996), que, no seu Art. 9º, Incisos VI, VIII e IX, reitera o dever constitucional do Estado com a avaliação da educação, incumbindo a União de:

- [...] VI - assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino; [...]
- [...] VIII - assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, com a cooperação dos sistemas que tiverem responsabilidade sobre este nível de ensino; e
- IX - autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino. (BRASIL, 1996, p.4)

A partir da publicação da LDB, o MEC iniciou diversas ações relacionadas a avaliação institucional, as quais receberam duras críticas e, portanto, precisaram ser revistas ou reestruturadas em diversos aspectos. No intuito de aperfeiçoar os processos de avaliação, o MEC criou, em 2003, a Comissão Especial da Avaliação da Educação Superior (CEA), com a finalidade de analisar o sistema de avaliação vigente e propor alternativas para melhorá-lo. Os

estudos dessa Comissão resultaram no documento: “Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, Bases para uma Nova Proposta de Avaliação da Educação Superior” (BRASIL, 2004 a), cuja regulamentação deu-se por meio da Lei nº 10.861/2004 (BRASIL, 2004).

O SINAES propõe três principais processos de avaliação: Avaliação Institucional, que se subdivide em Avaliação Externa e Avaliação Interna (também chamada de Autoavaliação); Avaliação de Cursos de Graduação e o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade).

Considerando a autoavaliação como ponto de partida para avaliação institucional, em seu Art. 11, a Lei do SINAES determina que as Instituições de Ensino Superior constituam Comissão Própria de Avaliação (CPA), formada por representantes de todos os segmentos da comunidade acadêmica: professores, alunos, egressos, servidores técnico-administrativos e por representantes da sociedade civil organizada. A CPA, portanto, é encarregada da autoavaliação institucional e de relatar os resultados ao INEP (BRASIL, 2004).

No entanto, se faz necessário também verificar se a avaliação interna (autoavaliação) teve uma condução adequada, se de fato atingiu seu propósito e se aponta melhorias para a qualidade institucional. Este processo é denominado meta-avaliação, prevista na regulamentação do SINAES. Esse termo foi definido literalmente por Scriven (1991) como a avaliação da avaliação. E isto vai além do jogo de palavras ou da visão de quem realiza uma avaliação. É uma percepção sistêmica sobre todo o processo avaliativo e também sobre os agentes que o realizam, ou seja, “não se trata simplesmente de uma fase complementar, na qual se avalia os diversos componentes da avaliação” (FURTADO; LAPERRIÈRE, 2012, p. 696).

Por sua natureza qualitativa, a meta-avaliação busca, por meio de critérios estabelecidos previamente e baseada nas características e informações da avaliação, estabelecer os julgamentos de valores necessários para subsidiar as tomadas de decisões a partir dos resultados apresentados (FURTADO; LAPERRIÈRE, 2012).

Nesse sentido, o próprio documento que origina a Lei do SINAES remete à necessidade de realização de meta-avaliação tanto pelas próprias Instituições de Educação Superior (IES), quanto pelo MEC:

Os processos de avaliação interna e os da externa devem ser constantemente avaliados, tanto pelas próprias IES quanto pelo MEC. As análises dos processos de avaliação e as recomendações específicas daí derivadas devem fazer parte dos respectivos relatórios. De modo especial, cada novo ciclo avaliativo deve levar em conta os acertos e eventuais equívocos do processo anterior. Por sua vez, a Conaes

fará suas recomendações para o contínuo aperfeiçoamento dos processos de avaliação, buscando verificar questões como a sua adequação à complexidade institucional e à diversidade do sistema, a utilidade das recomendações para o aperfeiçoamento das instituições e a melhoria da qualidade acadêmica, a viabilidade dos métodos e instrumentos utilizados, a justeza e a confiabilidade dos resultados, entre outros. (BRASIL, 2004 a, p. 110)

A partir dessa necessidade, considerando que a meta-avaliação contribui para a uma análise crítica e reflexiva da avaliação, os estudos sobre meta-avaliação podem “revelar os procedimentos que foram elaborados e realizados, assim como os julgamentos de mérito e de relevância das avaliações” (GOULART, 2018, p. 20). Desta forma, entende-se neste trabalho que a meta-avaliação se revela como uma importante ferramenta para corroborar com o processo avaliativo interno, no sentido de questionar seus resultados e identificar pontos fortes e os que podem ser melhorados continuamente.

1.2 PROBLEMATIZAÇÃO

Considerando que o SINAES estabelece a necessidade de um processo avaliativo contínuo, a realização da meta-avaliação pode certificar o nível de qualidade desta avaliação, contribuindo para a “melhoria e o aperfeiçoamento das políticas e ações institucionais por meio de um acompanhamento e de uma revisão permanente e sistemática do objeto que está sendo avaliado” (PINTO *et al.*, 2015, p. 2).

Embora o tema meta-avaliação seja mencionado constantemente nos estudos e publicações na área de avaliação educacional, na pesquisa bibliográfica efetuada verificou-se que não há muitas obras sobre o tema na literatura brasileira e, menos ainda, instrumentos específicos que possam ser utilizados para medir os resultados obtidos com os processos avaliativos das instituições de Ensino Superior (IES). Mesmo observando-se a preocupação das IES em realizar a meta-avaliação dos programas de autoavaliação institucional, ainda “existe uma lacuna quanto à disseminação de relatórios de meta-avaliação e de referências teórico-metodológicas de como conduzi-la” (DAVOK, 2006, p. 85).

Ainda segundo Davok (2006), pela carência de literatura brasileira sobre o tema, os referenciais que embasam as ações de meta avaliação são aqueles de reconhecimento internacional, utilizados pelo seu alcance e relevância. No entanto, mesmo sendo aplicáveis a qualquer tipo de avaliação, não foram construídos sob a perspectiva da avaliação institucional da forma como é estabelecida no Brasil. Por isso, acredita-se na hipótese de que a falta de

instrumentos apropriados e específicos para efetuar a meta-avaliação dificulta às CPAs – responsáveis pelo processo de autoavaliação institucional, a realização do trabalho dessa etapa em seus processos de avaliação interna.

Assim, há que se buscar referenciais em nível internacional como os dos autores: Scriven, Stufflebeam e as publicações *do Joint Committee of Standards for Educational Evaluation* (JCSEE), sendo os trabalhos mais consolidados e de maior reconhecimento na área, pelas citações encontradas na literatura.

Após a revisão sistemática sobre o tema, que resultou em 61 artigos relacionados, observou-se que os trabalhos que tratam sobre meta-avaliação relacionada à Autoavaliação Institucional em sua maioria são estudos de caso, que se utilizam de ferramentas já prontas, encontradas nos autores ora citados, para a aplicação da meta-avaliação. Não foi encontrado nenhuma publicação que propunha instrumento específico para este fim, e que contemple os indicadores do processo de avaliação institucional do SINAES.

Por isso, a partir dos resultados apontados, verificou-se a necessidade de se definir um instrumento para verificação da autoavaliação institucional, que contenha atributos, critérios e indicadores que possibilite operacionalizar a meta-avaliação em instituições de educação superior por suas respectivas comissões próprias de avaliação.

Desta forma, para que seja possível elaborar este instrumento, a presente pesquisa parte da seguinte questão:

Quais os atributos, critérios e indicadores são apropriados para a estruturação de um instrumento de operacionalização da meta-avaliação, inerente ao processo e aos resultados da autoavaliação institucional em instituições de Educação Superior brasileiras?

1.3 OBJETIVO GERAL

O objetivo geral desta pesquisa é propor um instrumento de meta-avaliação para utilização na avaliação do processo e dos resultados da autoavaliação institucional de IES brasileiras.

1.3.1 Objetivos específicos

Para o alcance da proposta da pesquisa, foram elencados os seguintes objetivos específicos:

- a) Identificar, na literatura e nos instrumentos do SINAES, os atributos, critérios e indicadores aplicáveis à meta-avaliação;
- b) Analisar relatórios de autoavaliação das instituições de educação superior públicas e particulares do Estado de Santa Catarina, a fim de coletar subsídios sobre ações de meta-avaliação por elas utilizadas;
- c) Efetuar um levantamento de opiniões de representantes de CPAs das IES públicas e particulares de Santa Catarina acerca de suas experiências e conhecimento sobre a aplicabilidade de atributos, critérios e indicadores relacionados à meta-avaliação.

1.4 JUSTIFICATIVA

Com finalidade formativa, a autoavaliação traz às IES a possibilidade de reflexão sobre suas próprias perspectivas e seus planejamentos futuros, considerando o contexto real e atual em que se encontra. Por isso, “deve ser conduzida por agentes internos da instituição e procurar o envolvimento e a legitimação de toda a comunidade universitária” (RABELO *et al.*, 2015, p. 31). Nesse sentido, para o aprimoramento contínuo do processo avaliativo e para que o mesmo possa trazer os resultados esperados, se faz necessária a avaliação da avaliação (meta-avaliação).

Meta-avaliação é o processo de delinear, obter e aplicar informação descritiva e de julgamento – sobre utilidade, a viabilidade, adequação e precisão de uma avaliação e sua natureza sistemática, competente conduta, integridade/honestidade, respeitabilidade social – para orientar a avaliação e divulgar publicamente seus pontos fortes e fracos. (STUFFLEBEAM, 2001, p.185).

Além disso, as meta-avaliações são do interesse das IES e da sociedade em geral para assegurar que as autoavaliações forneçam conclusões e orientações sólidas para a melhoria contínua da gestão institucional. Para tanto, é indispensável que os agentes do processo sejam capacitados e orientados para que possam exercer com excelência o papel de avaliadores, buscando atingir os objetivos da autoavaliação e aprimorando seus processos e resultados. E, para auxiliá-los neste trabalho, se faz necessário que tenham disponível um instrumento adequado especificamente para este fim.

Tecnicamente, este estudo busca reunir os fundamentos, metodologias e ferramentas identificadas na literatura para meta-avaliação, bem como a adoção de instrumentos já estabelecidos para esse processo nos relatórios e opiniões dos membros de CPAs para, então, elaborar um instrumento aplicável à autoavaliação de IES.

Socialmente, espera-se que, por meio do instrumento de meta-avaliação proposto por este estudo, as CPAs possam compreender melhor os objetivos da autoavaliação institucional no âmbito do SINAES, e, a partir dos seus resultados, possam proporcionar o aperfeiçoamento das atividades das IES, tornando-as cada vez mais efetivas na busca da qualidade da educação superior e com a transformação da sociedade.

Também, com os resultados apontados por esta pesquisa, espera-se contribuir teórica e praticamente para futuras publicações relacionadas ao tema, bem como para a própria gestão universitária, com a aplicação do produto proposto por este trabalho.

1.5 ADERÊNCIA DO TRABALHO AO PPGAU

Em relação à linha de pesquisa - Sistemas de Avaliação e Gestão Acadêmica do Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária – Mestrado Profissional (PPGAU), este trabalho poderá contribuir para o aprimoramento dos estudos sobre autoavaliação institucional, apresentando os resultados de uma pesquisa que engloba, especialmente, a verificação da eficácia das avaliações internas com a inclusão de um instrumento de meta-avaliação que contribuirá para o aprimoramento desse processo.

Este estudo está inserido na linha de pesquisa Sistemas de Avaliação e Gestão Acadêmica do Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária (PPGAU) – Mestrado Profissional, que tem por objetivo formar profissionais altamente qualificados, capazes de construir novos conhecimentos e práticas em administração universitária para o desenvolvimento institucional (PPGAU, 2020).

O Mestrado Profissional em Administração Universitária possui uma única área de concentração: Gestão Universitária, a qual busca estudar e aplicar sistemas, modelos, técnicas e políticas para a profissionalização das instituições de educação superior, considerando a complexidade de sua gestão e sua importância para o desenvolvimento da sociedade (PPGAU, 2020).

A área de concentração está dividida em três linhas de pesquisa, sendo a linha Sistemas de Avaliação e Gestão Acadêmica responsável pelos estudos relacionados a avaliação institucional, auto avaliação institucional, Enade, avaliação de cursos e avaliação da pós-graduação (PPGAU, 2020).

Entende-se que o tema desta pesquisa é aderente ao PPGAU pois tem como propósito apresentar um instrumento de meta-avaliação para a autoavaliação institucional, contribuindo

pelo aprofundamento dos estudos, com benefícios para a ciência e para a prática profissional desta área.

1.6 ESTRUTURA DO TRABALHO

O presente trabalho está estruturado em seis capítulos. O primeiro deles apresenta o estudo, contendo a contextualização, problematização, delimitação do tema, objetivos (geral e específicos), justificativa, aderência ao PPGAU e a organização do trabalho.

A fundamentação teórica é apresentada no segundo capítulo, formada por concepções, conceitos e estudos que sustentam a pesquisa.

No terceiro capítulo são abordados os procedimentos metodológicos: a natureza, caracterização e delineamento da pesquisa, bem como as técnicas e instrumento de coleta de dados e o seu tratamento.

O quarto capítulo apresenta os resultados da pesquisa e suas respectivas análises.

O produto deste trabalho está apresentado no quinto capítulo, que apresenta o instrumento de meta-avaliação para a autoavaliação de IES.

E, por fim, o último capítulo traz as considerações finais do estudo.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para fundamentar este estudo, buscou-se contextualizá-lo a partir da evolução histórica da universidade e da avaliação institucional, bem como trazer os conceitos e fundamentos que serão utilizados na pesquisa, a fim de garantir o embasamento teórico necessário para realização do trabalho.

2.1 A EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA

A falta de interesse da Coroa portuguesa fez com que o Brasil se tornasse um dos países mais atrasados na implantação da educação superior em relação aos demais países do continente americano. Segundo Bortolanza (2017), nos demais países americanos, o ensino universitário fazia parte do sistema de ensino formalmente implantado pelos respectivos governos, o que não ocorria no Brasil durante o período colonial, justamente no momento de formação da sociedade brasileira.

A organização da educação no Brasil teve forte influência dos jesuítas, que foram os precursores da criação e disseminação de cursos que, posteriormente, tornaram-se as primeiras faculdades. No entanto, os jesuítas foram expulsos da colônia em 1759, o que ocasionou uma séria crise para o ensino brasileiro (BORTOLANZA, 2017).

De acordo com Bianchetti e Sguissardi (2017), a necessidade da corte portuguesa de elevar a qualificação profissional de determinadas áreas para modificar a condição de dependência de instituições europeias na formação da elite, fez com que os primeiros cursos superiores fossem criados no Brasil. Até o final do império, o modelo de faculdades isoladas se sobressaiu, por conta da criação pontual de determinados cursos, ainda que houvessem diversas solicitações para a criação de universidades.

O projeto educacional de cursos superiores isolados esteve a serviço dos interesses das elites, que detinham o poder político e econômico na sociedade brasileira, demonstrado por um mecanismo institucional de política de dependência, instaurada no Estado colonialista. De um lado, visava-se à cultura profissional; de outro, enfatizava-se o sentido liberal de profissões socialmente prestigiadas. Organizava-se com o objetivo principal de transmitir a cultura elitista, constituindo-se, assim, numa forma de alienação cultural, afastado que estava das questões decisivas do contexto nacional (COELHO; VASCONCELOS, 2009, p. 2).

Neste contexto, houve uma influência significativa de Portugal até o fim do primeiro reinado, por meio da Universidade de Coimbra, para onde foram muitos jovens da elite

brasileira. Ainda assim, existiam em 1822 sete cursos superiores no Brasil (COELHO; VASCONCELOS, 2009). No entanto, segundo Sampaio (2019), a estrutura do ensino superior brasileiro não foi alterada por conta da independência política, pois permaneceu o modelo de criação de cursos para formação de profissões em faculdades isoladas.

Até a Proclamação da República, em 1889, e a promulgação da Constituição em 1891, não haviam universidades constituídas no Brasil, justamente por conta de conflitos políticos. Somente depois, no decorrer da primeira república é que se pode observar uma expansão do sistema educacional de forma mais consolidada. O aumento do número de escolas superiores se espalhando por diversas cidades foi impulsionado pelas próprias mudanças econômicas e institucionais, além de uma luta pelo ensino livre e contra privilégios ocupacionais que até então eram atribuídos pelos diplomas escolares (COELHO; VASCONCELOS, 2009)

A criação da Universidade do Rio de Janeiro (primeira universidade brasileira criada por força de Decreto) e o posterior crescimento da educação superior suscitou a necessidade de formação de “Profissionais da Educação” que estavam à frente dos sistemas de ensino. Por isso, em 1924 os educadores mais renomados e influentes da época criaram a Associação Brasileira de Educação – ABE, onde se iniciaram as discussões sobre a criação das universidades e os rumos da educação superior no país (COELHO; VASCONCELOS, 2009).

Com base nestes debates, em 1931 o governo provisório de Getúlio Vargas promoveu a primeira reforma educacional, a qual ficou conhecida como a Reforma Francisco Campos (primeiro Ministro da Educação do Brasil). Esta reforma teve como principal objetivo regulamentar e autorizar a criação e o funcionamento universidades, incluindo a regulamentação sobre cobrança de anuidades, já que o ensino não era completamente gratuito (MARTINS, 2002).

Antes da primeira Lei de Diretrizes e Bases (BRASIL, 1961), a educação superior brasileira era regulamentada pelo Estatuto das Universidades Brasileiras e pelos órgãos executivos do Ministério da Educação (fundado em 1930). Também, conforme já referido, a educação superior contou com o Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931, que instituiu o Estatuto das Universidades Brasileiras (vigência até 1961), estabelecendo a organização técnica e administrativa das universidades (ALVES, 2016).

Desde então, principalmente entre os anos 1940 e 1950, inicia-se a luta pela autonomia das universidades e também pela institucionalização da pesquisa científica. Embora multiplicadas em todo o país, até o final da década de 1950, as universidades atuavam mais

predominantemente na formação profissional do que na produção de conhecimento por meio de pesquisa (FÁVERO, 2006).

A partir da década de 50, acelera-se o ritmo de desenvolvimento no país, provocado pela industrialização e pelo crescimento econômico. Simultaneamente às várias transformações que ocorrem, tanto no campo econômico quanto no sociocultural, surge, de forma mais ou menos explícita, a tomada de consciência, por vários setores da sociedade, da situação precária em que se encontravam as universidades no Brasil. Essa luta começa a tomar consistência por ocasião da tramitação do projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, sobretudo na segunda metade dos anos 1950, com a discussão em torno da questão escola pública versus escola privada. Limitados inicialmente ao meio acadêmico, os debates e reivindicações deixam de ser obra exclusiva de professores e estudantes para incorporarem vozes novas em uma análise crítica e sistemática da universidade no país (FÁVERO, 2006, p. 29).

Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), em 1961, os resultados dessas transformações começam a aparecer, trazendo mais autonomia para Estados e municípios e, conseqüentemente, enfraquecendo a centralização do governo. No entanto, foi a reforma universitária de 1968 que trouxe, de fato, a autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e financeira às universidades (BORTOLANZA, 2017).

A LDB mais atual, publicada em 1996, passou por inúmeras adaptações e modificações, e foi a partir dela, que as principais legislações e regulamentações acerca da Educação Superior foram definidas.

É nesse contexto que o ensino superior vem se solidificando no Brasil, requerendo modificação e adequação aos princípios legais, políticos e estruturais. Por ainda estar em processo de consolidação e construção, especificamente a avaliação institucional ganha força, uma vez que traz um olhar crítico e necessário para o crescimento e amadurecimento da educação do país.

Por conta dessa necessidade de aprimoramento e consolidação da educação superior, bem como o acompanhamento da sua evolução, o MEC voltou seu olhar à importância da avaliação institucional de forma sistematizada com a criação e aperfeiçoamento do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, conforme será apresentado no próximo capítulo.

2.2 SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A Comissão Especial da Avaliação da Educação Superior (CEA), criada em 2003 sob a presidência do professor José Dias Sobrinho, teve a finalidade de revisar, analisar e propor a reformulação dos processos e políticas de avaliação da Educação Superior, inclusive apontando

críticas e sugestões para a melhoria dos seus instrumentos. Finalizando suas atividades, a CEA publicou o documento que originou o “Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)” bases para uma nova proposta da Educação Superior”, o qual fundamentou a Lei nº 10.861/2004, a Lei do SINAES (BRASIL, 2004). Promulgada, a Lei do Sinaes prevê fundamentos, diretrizes e critérios de avaliação de qualidade da educação superior buscando adequá-los ao sistema de federal de ensino, que abriga as IES mantidas pela União e as da livre iniciativa.

Sendo um sistema que contempla regulação e avaliação da educação superior, o SINAES, a partir de suas dimensões, envolve a avaliação no sentido quantitativo e qualitativo, acompanhando sobretudo a evolução e o desempenho das instituições a fim de favorecer os três segmentos interessados: o Estado, as instituições de educação superior e a sociedade como um todo. (ALVES, 2016).

O SINAES é constituído de três processos específicos: avaliação dos estudantes por meio do Enade, avaliação de cursos e avaliação institucional (interna e externa), além dos instrumentos de informação: censo da educação superior e cadastro de instituições e de cursos.

O Sinaes tem por finalidades a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional (BRASIL, 2004, p. 3).

A proposta do SINAES é de que a avaliação da educação superior deve apresentar, como marcas essenciais: “justiça, rigor, efetividade, integração, globalidade, participação, eficácia formativa, efetividade social, flexibilidade, credibilidade, legitimidade, institucionalidade, continuidade, respeito à identidade institucional, sistematização”, ou seja, a concepção da avaliação no SINAES é formativa/emancipatória, na medida em que busca aprofundar os compromissos e responsabilidades sociais das instituições (BRASIL, 2004, p.91).

O SINAES foi organizado em dez dimensões para estruturar o processo nas instituições, tanto para o atendimento às questões regulatórias, quanto para estabelecer uma lógica das questões relacionadas à avaliação formativa/emancipatória. As dimensões, portanto, se inter-relacionam e se apresentam sistematicamente, para que o processo avaliativo das instituições de ensino superior do país seja mais objetivo e transparente (BRASIL, 2004).

Figura 1 - Dimensões do SINAES



Fonte: Adaptado pela autora, com base em Brasil (2004)

A partir das dez dimensões, apresentadas na Figura 1, o SINAES prevê a avaliação institucional em dois momentos distintos, porém, complementares: a autoavaliação, conduzida pela Comissão Própria de Avaliação e a avaliação externa, realizada *in loco* por comissões de avaliadores *ad-hoc* nomeadas pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Neste sentido, os processos de autoavaliação devem ser permanentes, isto é, constituir-se como uma cultura internalizada nas estruturas e nas ações institucionais. (SINAES, 2009).

A participação da comunidade acadêmica na autoavaliação é considerada uma das inovações do SINAES, além das demais inovações relacionadas diretamente a questões operacionais. Essa participação, segundo Francisco *et al.* (2015), representa um ponto importante na busca pela expansão de instituições e curso, que é também uma das propostas do SINAES.

[...] a autoavaliação, de acordo com as considerações de Garcia (2006), apareceu como a maior inovação do processo, já que contava com a participação de toda a comunidade acadêmica, permitindo que o desenvolvimento institucional pudesse se expor por meio de um processo legítimo, justo, inclusivo e, principalmente, sob um viés formativo e emancipatório. (FRANCISCO *et al.*, 2015, p. 548).

A autoavaliação institucional, onde está inserida a etapa da meta-avaliação, deve ter um caráter educativo, de melhora e de auto regulação. Deve buscar compreender a cultura e a vida de cada instituição em suas múltiplas manifestações. Preservando os processos de ensino, pesquisa e extensão, sempre que possível de forma integrada, mas tendo em vista a concepção de formação e de responsabilidade social da IES apresentados no Plano de Desenvolvimento Institucional (INEP, 2009).

No entanto, há ainda muitas críticas ao SINAES, especialmente “em função do forte aparato legal e normativo, impedindo o desenvolvimento das atividades institucionais, dificultando a compreensão da dinâmica da educação superior e incorrendo em dificuldades de implementação do projeto institucional” (FRANCISCO *et al.*, 2015, p. 549). Por isso, as instituições convivem com muitas dificuldades para o atendimento ao que preconiza o SINAES por conta das mudanças constantes na normatização e regulamentação do SINAES, da falta de recursos e de avaliadores para o cumprimento das avaliações e também pelas mudanças nas estruturas técnicas e administrativas do INEP, que refletem diretamente nas orientações e diretrizes que norteiam a avaliação institucional como um todo.

Para ajudar a IES no processo avaliativo, a Comissão Própria de Avaliação tem um papel crucial ao realizar a autoavaliação institucional. Certamente, a inclusão da etapa da meta-avaliação irá afigurar-se como um suporte na análise e mensuração do processo e dos resultados da autoavaliação, contribuindo com a sistematização do processo e dando uma maior ênfase nas contribuições que poderá trazer para a qualidade das tomadas de decisões da instituição.

2.3 A AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A avaliação institucional interna, ou autoavaliação, tem papel fundamental no âmbito do SINAES, que institui no seu artigo 3º esse processo avaliativo como parte dos procedimentos de avaliação institucional.

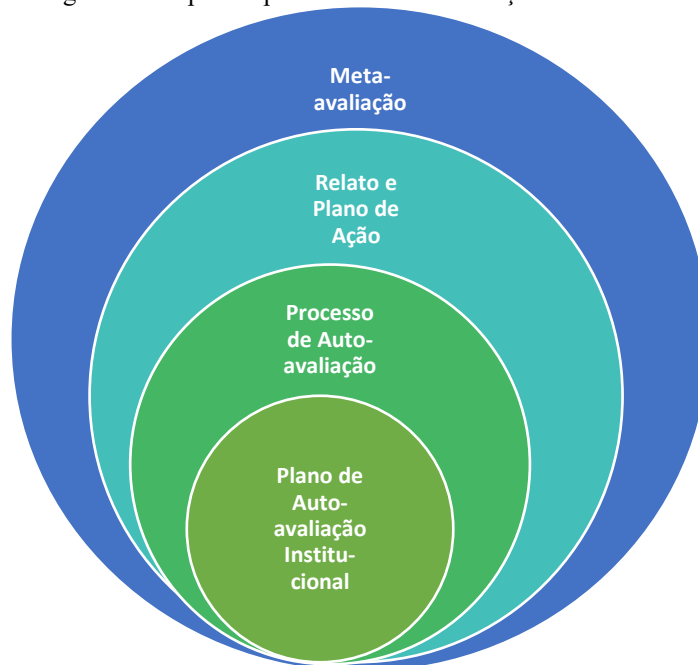
A educação superior não pode escapar de sua obrigação de formar profissionais competentes para o atendimento das mais diferentes áreas de necessidades da sociedade. Cabe aos poderes públicos e à sociedade civil avaliar, entre muitas outras coisas, se as instituições educativas, em geral, e cada uma delas, em particular, estão cumprindo essa determinação social de bem formar os profissionais para os mais diferentes setores e campos de atividade. Em seus próprios âmbitos, as instituições têm o dever de promover processos que avaliem como estão desempenhando essa e outras incumbências sociais (DIAS SOBRINHO, 2008, p.72).

Deste modo, a autoavaliação visa observar o sentido das ações educacionais e administrativas propostas pelas instituições, reconhecendo as causas das suas principais fragilidades, apontando possibilidades de aprimoramento e qualificação dos processos e dos profissionais envolvidos. Além disso, possibilita estreitamento dos laços entre a comunidade acadêmica e a sociedade, levando ao conhecimento de todos a importância das atividades científicas, culturais e sociais promovidas pelas IES, bem como a relevância da educação superior de qualidade para o desenvolvimento do país.

A autoavaliação institucional é estruturada em quatro etapas: (1) Plano de Autoavaliação Institucional, trienal, o qual deve contemplar as dez dimensões do SINAES; (2) Processo de Autoavaliação, o qual contempla: sensibilização da comunidade acadêmica, definição do instrumento de pesquisa, aplicação da pesquisa e coleta dos dados e informações; (3) Relato e Plano de Ações, consistindo da tabulação, análise e relato dos resultados da pesquisa e elaboração do plano de ações de correção das fragilidades, a partir dos resultados obtidos; (4) meta-avaliação (ALVES, 2016).

A Figura 2 demonstra, sinteticamente, as etapas do processo de autoavaliação institucional:

Figura 2 - Etapas do processo de autoavaliação institucional



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

A partir desta perspectiva, toda a comunidade acadêmica e comunidade externa devem ser envolvidas, o que as torna corresponsáveis por esse processo:

A autoavaliação será realizada pela comunidade acadêmica interna, com a colaboração da comunidade externa [...]. Deve contar com ampla participação da comunidade interna, a quem, segundo decisões e normas estabelecidas institucionalmente, cabe definir o objeto, procedimentos, objetivos e usos do processo avaliativo, para compreensão e aprofundamento dos compromissos fundamentais da IES. (BRASIL, 2004, p.76).

A avaliação interna, portanto, é o processo por meio do qual a instituição se autoconhece, analisando o que significa de fato e o que deseja ser. “É formada pela autoavaliação (os sujeitos se avaliam) e a heteroavaliação (os sujeitos avaliam os outros, pares ou não, as estruturas e relações)” (DIAS SOBRINHO, 2002, p. 91).

O trabalho inerente ao processo da autoavaliação institucional é conduzido, por força de lei, pela CPA. De acordo com o que preconiza o artigo 11 da Lei nº 10.861/2004 (SINAES):

Toda instituição concernente ao nível educacional em pauta, pública ou privada, constituirá Comissão Permanente de Avaliação (CPA), com as atribuições de conduzir os processos de avaliação internos da instituição, bem como de sistematizar e prestar as informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Aquela obedecerá às seguintes diretrizes:
I - constituição por ato do dirigente máximo da instituição de ensino superior, ou por previsão no seu próprio estatuto ou regimento, assegurada a participação de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada, e vedada a composição que privilegie a maioria absoluta de um dos segmentos;
II - atuação autônoma em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na instituição de educação superior. (BRASIL, 2004, p.4).

Desta forma, a CPA deve ter autonomia para averiguar as políticas e práticas institucionais e gerar informações relevantes que subsidiem o processo de melhoria da qualidade das IES. O desafio da CPA, contudo, é produzir resultados que possam servir como indicadores de qualidade institucional.

Segundo Martins e Alves (2018), além de conduzir a autoavaliação considerando as dez Dimensões do SINAES, a CPA tem também o desafio de capacitar seus próprios membros e os atores envolvidos no processo, bem como de divulgar o trabalho realizado no intuito de sensibilização de toda a comunidade acadêmica para a participação na avaliação. Além disso, cabe à CPA analisar os resultados do processo da autoavaliação, levando a discussão a outros âmbitos como Colegiados, Diretoria, Coordenações de Cursos e Núcleo Docente Estruturante (NDE), sem deixar de registrar todo o trabalho no relatório de autoavaliação institucional.

O processo de autoavaliação é de responsabilidade de cada instituição, que buscará obter a mais ampla e efetiva participação da comunidade interna nas discussões e estudos, sendo recomendável que nesse processo também conte, a seu critério, com a colaboração de membros da comunidade externa, especialmente de ex-alunos e representantes daqueles setores sociais mais diretamente envolvidos com a IES (SINAES, 2009, p. 111).

Todos os membros, portanto, são responsáveis pela elaboração do relatório, que é o meio pelo qual o MEC tem conhecimento da ação das CPAs nas IES. Este documento é elaborado de acordo com as Dimensões do SINAES, com roteiro estabelecido pela Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 065/2004 (BRASIL, 2004b), em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e reflete todo o processo de autoconhecimento e planejamento promovido pela CPA, a partir dos resultados das pesquisas desenvolvidas.

O relatório final de avaliação interna deve expressar o resultado do processo de discussão de análise e interpretação dos dados advindos, principalmente, do processo de autoavaliação. É importante que ele seja capaz de incorporar, quando estiverem disponíveis, os resultados da avaliação de cursos e de desempenho de estudantes. Os destinatários do relatório são os membros da comunidade acadêmica, os avaliadores externos e a sociedade. Considerando essa diversidade de leitores, são fundamentais a clareza na comunicação das informações e o caráter analítico e interpretativo dos resultados obtidos. Além disso, é desejável que o relatório apresente sugestões para ações de natureza administrativa, política, pedagógica e técnico-científica a serem implementadas (INEP, 2004, p. 14)

Ainda no citado relatório, são registradas as práticas exitosas, assim como são mapeados os pontos fracos, para que sejam corrigidos posteriormente. Os dados e as informações registradas pela autoavaliação devem ser analisados e interpretados, pois são eles que permitem uma visão diagnóstica dos processos pedagógicos, técnicos, científicos e sociais da instituição.

O relatório é submetido anualmente ao MEC pela CPA, em versões trienais (duas parciais e uma integral), refletindo a consolidação de todo processo de autoavaliação, a qual “tem por finalidades fomentar a cultura de avaliação institucional e subsidiar os processos de avaliação externa” (BRASIL, 2014, p. 2).

4.1. Versão Parcial: O relatório parcial deverá contemplar as informações e ações desenvolvidas pela CPA no ano de referência (anterior), explicitando os eixos trabalhados.

4.2. Versão Integral: O relatório integral deverá contemplar as informações e ações desenvolvidas pela CPA no ano de referência (anterior), bem como discutir o conteúdo relativo aos dois relatórios parciais anteriores, explicitando uma análise global em relação ao PDI e a todos os eixos do instrumento, de acordo com as atividades acadêmicas e de gestão. Deverá, ainda, apresentar um plano de ações de melhoria à IES (BRASIL, 2014, p.4).

O fato é que, se forem emitidos relatórios sem serem expostos a etapa da meta-avaliação, o público-alvo da avaliação pode tomar decisões erradas com base nos resultados errados (STUFFLEBEAM, 2000).

Tão importante quanto o processo de meta-avaliação é a capacitação de avaliadores e meta-avaliadores para garantir a eficiência e eficácia das avaliações, em especial, da autoavaliação institucional, que busca a melhoria contínua das instituições para garantir a qualidade da educação superior no país.

A utilização dos resultados e a proposição de ações também é uma das orientações apresentadas no Roteiro da Autoavaliação Institucional:

e) uso efetivo dos resultados para planejar ações destinadas à superação das dificuldades e ao aprimoramento institucional. Para isso, é importante priorizar ações de curto, médio e longo prazos, planejar de modo compartilhado e estabelecer etapas para alcançar metas simples ou mais complexas (INEP, 2004, p.12).

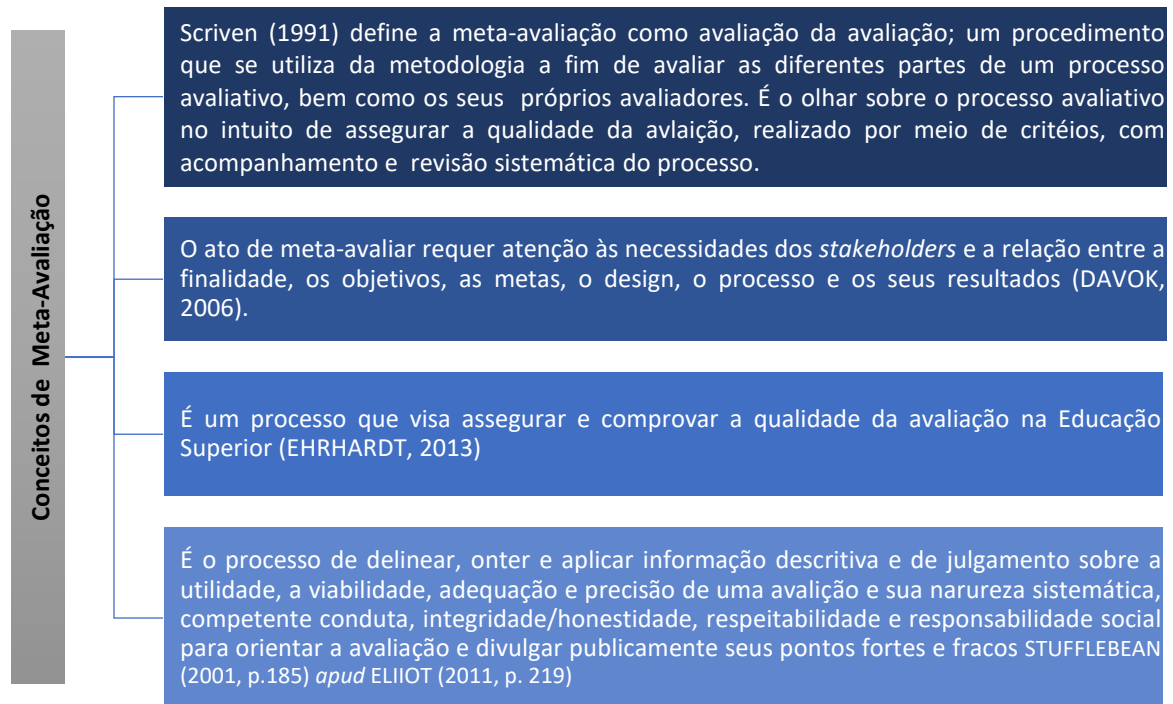
Assim sendo, ressalta-se a importância das CPAs para o processo de autoavaliação institucional, bem como sua responsabilidade diante deste processo complexo, mas fundamental para a garantia da qualidade das instituições de educação superior.

2.4 META-AVALIAÇÃO

De modo geral, a meta-avaliação existe desde o início da avaliação, pois sempre há formação de opinião sobre a qualidade do processo avaliativo, ainda que não formalizada. Uma boa avaliação requer que seu próprio esforço seja avaliado. Muitas coisas podem sair e, frequentemente, saem errado em sua realização. Portanto, é necessário checar problemas como vieses, erros técnicos, dificuldades administrativas e organizacionais e uso inadequado dos resultados da avaliação (STUFFLEBEAM, 2011).

A partir da pesquisa bibliográfica realizada, a Figura 3 apresenta alguns dos principais conceitos de meta-avaliação:

Figura 3 - Conceitos de meta-avaliação



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Considerando a meta-avaliação uma ação reflexiva, avaliadores acabam se voltando sobre seus próprios trabalhos, no intuito de verificar se estão respondendo às expectativas de seus demandantes. Porém, esse retorno somente ao final da avaliação pode impedir a melhoria daquele processo avaliativo especificamente, gerando retrabalho ou insatisfação. Por esta razão, ao longo do tempo observou-se que, se o processo de avaliação fosse avaliado também no seu percurso, a possibilidade de aperfeiçoamento da sua realização aumentaria consideravelmente.

Stufflebeam (2000) apresenta, dois tipos de meta-avaliação: as formativas e as somativas. As meta-avaliações formativas são realizadas no planejamento de uma avaliação ou enquanto ela está em andamento, ajudando os avaliadores a planejar, conduzir, melhorar, interpretar e relatar seus estudos de avaliação. É formativa, portanto, quando ocorre durante o processo avaliador, visando verificar se a condução da avaliação está sendo apropriada e se as informações produzidas estão atendendo às necessidades dos *stakeholders* e tem a função de fornecer informações para que decisões sejam tomadas a fim de melhorar o processo avaliador (DAVOK, 2006).

Já, as meta-avaliações somativas são conduzidas após a conclusão de uma avaliação e ajudam o público a ver os pontos fortes e fracos de uma avaliação e a julgar seu mérito e valor de acordo com os padrões de boas práticas de avaliação. É somativa, quando é realizada ao final

do processo ou das etapas do processo avaliador, por meio de exame minucioso do processo e dos resultados, a fim de verificar seu desempenho e detectar os seus pontos fortes e fracos (SCRIVEN, 1969).

Contudo, para ambos os tipos de meta-avaliação (somativa ou formativa), há que se levar em consideração a preparação dos avaliadores, já que “não se presume como condição necessária a meta-avaliação ser realizada por meta-avaliadores externos, pois ela pode ser realizada pelos mesmos agentes da avaliação primária” (DAVOK, 2006, p. 86), embora órgãos especializados no assunto recomendem a realização por avaliadores externos, evitando contratempos e interposições advindas de políticas, jogos de interesses ou parcialidades.

No que se refere à necessidade de meta-avaliadores externos, Davok (2006, p. 86) esclarece:

Não se presume como condição necessária a meta-avaliação ser realizada por meta-avaliadores externos, pois ela pode ser realizada pelos mesmos agentes da avaliação primária; todavia, o *Joint Committee* (1994) sugere que ela deva ser realizada por avaliadores externos, principalmente quando somativa, a fim de evitar que seja parcial ou influenciada por políticas e jogos de interesse.

“Na realidade [meta-avaliação], é a verificação da qualidade da própria avaliação à luz de diversos critérios, quando o meta-avaliador contratado ao término da avaliação focaliza o relatório produzido, realizando no caso, uma meta-avaliação somativa” (ELLIOT, 2011, p. 943).

Desta forma, com a aplicação da meta-avaliação formativa pode-se acompanhar de perto o desempenho dos avaliadores, seu comportamento, ética e técnica, possibilitando ajustes no decorrer do processo, e, com a avaliação somativa, observar fragilidades e potencialidades em todos os procedimentos utilizados na avaliação, inclusive nos seus próprios resultados. Com essa análise, oportuniza-se a ampliação dos conhecimentos dos avaliadores e dos meta-avaliadores, a partir da análise realizada (ELLIOT, 2011)

O próprio documento que embasou a Lei do SINAES, apresentou a necessidade da meta-avaliação, considerando-a como “retroalimentação do sistema”, utilizando os resultados da avaliação da avaliação para apontar falhas ou qualidades do processo anterior (BRASIL, 2004).

Ao considerarmos a avaliação como um processo que favorece a tomada de decisão, e, especificamente no caso da avaliação institucional, com o intuito de assegurar o nível de qualidade desejado para a educação superior, entendemos a necessidade de uma reavaliação contínua desse processo (PINTO, 2015, p.29).

Pinto (2015) conclui que a meta-avaliação pode ser entendida como um ajuizamento da qualidade daquilo que está sendo avaliado. Assim, a avaliação apresenta uma multiplicidade de sentidos, de acordo com os valores de quem a utiliza e da intencionalidade que procura atingir.

Sendo assim, “a meta-avaliação transforma-se em uma atividade essencial para o fortalecimento de uma cultura de avaliação consolidada por um referencial teórico consistente e por uma prática não punitiva, que visa ao desenvolvimento da IES” (GIMENES, 2007, p.229).

Nota-se, então, que a meta-avaliação proporciona mecanismos para aferir a importância das ações avaliativas desenvolvidas, além de apontar a relevância, o mérito e os fatores que necessitam de melhorias.

2.4.1 Modelos de meta-avaliação aplicáveis à Autoavaliação Institucional

Realizar uma meta-avaliação não é tarefa fácil, pois requer conhecimento, senso crítico dos avaliadores e também a intencionalidade de analisar o processo com o intuito do seu aprimoramento.

Ainda que haja esforços, como os do MEC, para a institucionalização da meta-avaliação no Brasil, “ainda não foram desenvolvidos estudos capazes de oferecer diretrizes, critérios e orientações procedimentais e instrumentais compatíveis com as especificidades do Estado e das políticas públicas brasileiras” (OLIVEIRA, 2017).

Segundo Elliot (2011), para cada tipo de avaliação, há determinados tipos de procedimentos meta-avaliativos que podem ser aplicados mais adequadamente. Estes procedimentos podem ser encontrados na literatura internacional e o *Joint Committee on Standards for Educational Evaluations* (JCSEE) é um dos principais marcos nesta área. Outras obras como as de Daniel Stufflebeam, organizador dos padrões publicados pelo JCSEE e Michael Scriven também são referenciais internacionais acerca do assunto.

As obras desses autores corroboram com os processos avaliativos da autoavaliação institucional, que tem por objetivo avaliar as instituições sob a ótica de vários públicos e à luz das dez dimensões do SINAES.

2.4.2 Atributos das Práticas de Avaliação Educacional

O Comitê Conjunto de Padrões para Avaliação Educacional - *Join Committee on Standards Educational Evaluation* (JCSEE) é a fonte oficial de padrões de avaliação nos Estados Unidos e no Canadá. O JCSEE foi formado em 1975 como uma coalizão de associações profissionais nos Estados Unidos e no Canadá preocupadas com a qualidade das práticas de avaliação. A comissão é composta por representantes de organizações profissionais e especialistas no assunto, com a tarefa de rever, atualizar, desenvolver e disseminar padrões para atender as necessidades do campo da avaliação. Embora o JCSEE tenha fortes raízes no mundo da avaliação educacional, suas normas são amplamente utilizadas em vários tipos de avaliação de programas (JCSEE, 2019).

A associação ao comitê inclui representação da comunidade educacional, avaliadores profissionais e especialistas no assunto, cada um com interesse no uso e na prática da avaliação. O primeiro conjunto de normas, *The Program Evaluation Standards*, foi publicado em 1981. Desde então, o comitê continuou a revisar e atualizar os padrões originais, bem como a desenvolver novos padrões para áreas especializadas de avaliação educacional (JCSEE, 2019).

Hoje, o JCSEE é a fonte oficial de padrões para avaliação de programas na América do Norte e fornece padrões aplicáveis às avaliações realizadas em ambientes educacionais e não educacionais.

Os critérios do JCSEE são formados por trinta tópicos, devidamente fundamentados com suas respectivas definições, diretrizes, apontamentos de erros comuns e exemplos de aplicabilidade. Além disso, com base na discussão sobre diretrizes, o JCSEE desenvolveu o conceito de que “a qualidade de um estudo avaliatório pode ser determinada por sua utilidade, viabilidade, propriedade e precisão” (JCSEE, 2019).

A partir desta definição, foram agrupadas as trinta diretrizes conforme sua contribuição para cada um desses cinco atributos. A última revisão dos Padrões de Avaliação apresentada pelo JCSEE, em 2011, incluiu o atributo de responsabilização. Desta forma, os Padrões de Avaliação Educacional, passaram a contemplar 5 (cinco) atributos: **utilidade, viabilidade, adequação, precisão e responsabilização** (grifo nosso), com os 30 (trinta) critérios distribuídos entre eles conforme apresentado no Quadro 1.

Quadro 1 - Padrões de Avaliação do JCSEE

	<p>U1 Credibilidade do Avaliador: As avaliações devem ser conduzidas por pessoas qualificadas que estabelecem e mantêm credibilidade no contexto de avaliação.</p> <p>U2 Atenção às avaliações das partes interessadas: Deve dedicar atenção a toda a gama de indivíduos e grupos investidos no programa e afetados por sua avaliação.</p>
--	--

<p>O padrão de UTILIDADE tem o intuito de aumentar o valor dos processos e produtos na visão das partes interessadas do programa</p>	<p>U3 Propósitos negociados: Os propósitos da avaliação devem ser identificados e continuamente negociados com base nas necessidades das partes interessadas.</p> <p>U4 Valores Explícitos: As avaliações devem esclarecer e especificar os valores individuais e culturais que sustentam os propósitos, processos e julgamentos.</p> <p>U5 Informações relevantes: As informações da avaliação devem atender às necessidades identificadas e emergentes das partes interessadas.</p> <p>U6 Processos e Avaliações de Produtos Significativos: devem construir atividades, descrições e julgamentos de maneiras que incentivem os participantes a redescobrir, reinterpretar ou revisar seus entendimentos e comportamentos.</p> <p>U7 Comunicação e relatórios oportunos e apropriados: As avaliações devem atender às necessidades de informações contínuas de seus múltiplos públicos.</p> <p>U8 Preocupação com as consequências e as avaliações de influência devem promover o uso responsável e adaptativo, ao mesmo tempo que se protege contra consequências negativas não intencionais e uso indevido.</p>
<p>Os padrões de VIABILIDADE têm como objetivo aumentar a eficácia e eficiência da avaliação.</p>	<p>F1 As avaliações de gerenciamento de projetos devem usar estratégias eficazes de gerenciamento de projetos.</p> <p>F2 Procedimentos Práticos: Os procedimentos de avaliação devem ser práticos e adequados à forma como o programa opera.</p> <p>F3 As avaliações de viabilidade contextual devem reconhecer, monitorar e equilibrar os interesses e necessidades culturais e políticas de indivíduos e grupos.</p> <p>F4 As avaliações de uso de recursos devem usar os recursos de maneira eficaz e eficiente.</p>
<p>Os padrões de PROPRIEDADE apoiam o que é adequado, legal, correto e justo nas avaliações.</p>	<p>P1 As avaliações de orientação responsiva e inclusiva devem atender às partes interessadas e suas comunidades.</p> <p>P2 Acordos formais: Os acordos de avaliação devem ser negociados para tornar as obrigações explícitas e levar em consideração as necessidades, expectativas e contextos culturais dos clientes e outras partes interessadas.</p> <p>P3 Direitos humanos e avaliações de respeito devem ser elaboradas e conduzidas para proteger os direitos humanos e legais e manter a dignidade dos participantes e outras partes interessadas.</p> <p>P4 Clareza e Justiça: As avaliações devem ser compreensíveis e justas ao abordar as necessidades e propósitos das partes interessadas.</p> <p>P5 Transparência e Avaliações de Divulgação devem fornecer descrições completas das descobertas, limitações e conclusões para todas as partes interessadas, a menos que isso viole as obrigações legais e de propriedade.</p> <p>P6 Conflitos de interesses: As avaliações devem identificar e tratar abertamente e honestamente os conflitos de interesses reais ou percebidos que possam comprometer a avaliação.</p> <p>P7 As avaliações de responsabilidade fiscal devem levar em conta todos os recursos gastos e cumprir procedimentos e processos fiscais sólidos.</p>
<p>Os padrões de PRECISÃO visam aumentar a confiabilidade e a veracidade das representações, proposições e descobertas da avaliação, especialmente aquelas que apoiam interpretações e julgamentos sobre a qualidade.</p>	<p>A1 Conclusões e decisões justificadas. As conclusões e decisões da avaliação devem ser explicitamente justificadas nas culturas e contextos em que têm consequências.</p> <p>A2 Informações válidas. As informações de avaliação devem servir aos propósitos pretendidos e apoiar interpretações válidas.</p> <p>A3 Os procedimentos de avaliação de informações confiáveis devem fornecer informações suficientemente confiáveis e consistentes para os usos pretendidos.</p>

	<p>A4 Descrições explícitas do programa e do contexto. As avaliações devem documentar os programas e seus contextos com detalhes e escopo adequados para os fins da avaliação.</p> <p>A5 As avaliações de gerenciamento de informações devem empregar métodos sistemáticos de coleta, revisão, verificação e armazenamento de informações.</p> <p>A6 Projetos e análises sólidos. As avaliações devem empregar projetos e análises tecnicamente adequados, adequados para os fins da avaliação.</p> <p>A7 Raciocínio explícito da avaliação. O raciocínio da avaliação deve levar informações e análises a descobertas, interpretações, conclusões e julgamentos de forma clara e completamente documentada.</p> <p>A8 Comunicação e relatórios. As comunicações da avaliação devem ter escopo adequado e proteger-se de conceitos errôneos, preconceitos, distorções e erros.</p>
<p>Os padrões da RESPONSABILIZAÇÃO da avaliação incentivam a documentação adequada das avaliações e uma perspectiva meta-avaliadora focada na melhoria e prestação de contas dos processos e produtos de avaliação.</p>	<p>E1 Documentação da avaliação: As avaliações devem documentar completamente seus objetivos negociados e os projetos, procedimentos, dados e resultados implementados.</p> <p>E2 Avaliação interna de meta-avaliação: Os avaliadores devem usar estes e outros padrões aplicáveis para examinar a responsabilidade do desenho da avaliação, procedimentos empregados, informações coletadas e resultados.</p> <p>E3 Os patrocinadores, clientes, avaliadores e outras partes interessadas no programa de meta-avaliação externa devem incentivar a realização de meta-avaliações externas usando esses e outros padrões aplicáveis.</p>

Fonte: Adaptado e traduzido de JCSEE (2019).

Vale destacar que estes padrões foram desenvolvidos para aplicação nos Estados Unidos e Canadá. Por isso, o próprio *Joint Committee* recomenda a observação do contexto para utilização destes critérios, considerando a cultura e a adequação destes ao tipo de avaliação e também à realidade local.

2.4.3 Meta-Avaliação por Stufflebean

Meta-avaliação é definida por Stufflebean (2001, p 185) como

o processo de delineamento, obtenção e aplicação de informações descritivas e de julgamento – sobre a utilidade, viabilidade, propriedade e precisão de uma avaliação e sua natureza sistemática, conduta competente, integridade/honestidade, respeito e responsabilidade social – para orientar a avaliação e o avaliador e/ou relatar seus pontos fortes e fracos.

Nessa mesma linha, Stufflebean (2001) argumenta que ao ser possível a ocorrência de problemas durante o processo avaliativo – tais como: viés, erro técnico, dificuldades administrativas, uso impróprio das informações – é importante que se avaliem as avaliações

para melhorar os processos avaliativos em andamento ou aferir o mérito de avaliações já finalizadas.

Para tanto, o autor entende que a meta-avaliação deve julgar o processo avaliador com vistas a quatro critérios de adequação técnica e seis critérios de utilidade, conforme Figura 4:

Figura 4 – Critérios de meta-avaliação (Stufflebean)

Critérios de Adequação Técnica	Critérios de Utilidade	Critério de Custo-Benefício
✓ Validade Interna	✓ Relevância	✓ Custo-benefício
✓ Validade Externa	✓ Importância	
✓ Confiabilidade	✓ Abrangência	
✓ Objetividade	✓ Credibilidade	
	✓ Oportunidade	
	✓ Disseminação	

Fonte: Adaptado e traduzido de Stufflebean (2011, p. 101 - 104)

O autor considera como base para definição de julgamentos de avaliação de programas, os padrões do JCSEE e da Associação Americana de Avaliação (AEA). No entanto, ressalva que, como ambos órgãos desenvolveram seus programas para aplicação nos Estados Unidos e Canadá, avaliadores de outros países devem considerar cuidadosamente quais padrões são aceitáveis e funcionais dentro de suas próprias realidades.

Para Stufflebeam (2001), uma meta-avaliação pode ser dividida em onze tarefas principais, apresentadas no Quadro 2.

Quadro 2 - Lista de Tarefas para Meta-Avaliação

1.	Determinar e providenciar para interagir com as partes interessadas da avaliação
2.	Formar uma equipe de metaavaliação com um ou mais meta-avaliadores qualificados
3.	Definir as questões da meta-avaliação
4.	Conforme apropriado, concordar com as normas, princípios e/ou critérios para julgar o Sistema de Avaliação ou Avaliação Particular
5.	Emitir um documento para acordo ou negociar um contrato formal de meta-avaliação
6.	Coletar e revisar as informações disponíveis e pertinentes
7.	Coletar novas informações conforme necessário, incluindo, por exemplo, entrevistas, observações e pesquisas
8.	Analisar o resultado das descobertas
9.	Julgar a adesão da avaliação aos padrões de avaliação selecionados, princípios ou outros critérios
10.	Preparar e enviar os relatórios necessários

11.	Conforme apropriado, ajudar o cliente e outras partes interessadas a interpretar e analisar os resultados
-----	---

Fonte: Traduzido e adaptado de Stufflebean (2001, p189)

A lista de tarefas considera diferentes arranjos e procedimentos que podem ajudar na condução das tarefas de meta-avaliação e, quando viável, mostrar formas opcionais de abordagem de diferentes tarefas. Claramente, o contexto é importante para definir quando um determinado procedimento é ou não aplicável e provavelmente eficaz. Portanto, a lista de tarefas propõe um caminho para a condução do processo de meta-avaliação, mas pode ser reorganizada sempre que necessário.

2.4.4 Lista Chave de Verificação da Avaliação - Scriven

Segundo Scriven (1991), ao verificar e mensurar a qualidade dos processos avaliativos, assim como seus resultados e análises, a meta-avaliação se apresenta como uma obrigação ética e científica, uma vez que há envolvimento do bem-estar de outras pessoas.

A Lista Chave de Verificação de Avaliação (*Key Evaluation Checklist*), foi criada e revisada periodicamente por Scriven (2007). Trata-se de um quadro de referência que pode ser aplicado tanto em avaliações diversas, quanto em meta-avaliações. Segundo Elliot (2011, p. 944), a Lista Chave, em relação à meta-avaliação, “é utilizada para avaliações somativas uma vez que seu objetivo é apresentar os principais pontos de verificação do relatório de avaliação”.

Figura 5 - Abordagens da Lista Chave de Verificação da Avaliação

Preliminares	Fundamentos	Sub-avaliações	Conclusões
<ul style="list-style-type: none"> • Não tem função de investigar • Visão geral dos resultados (síntese) • Prefácio - quem encomendou a avaliação, público que aguarda o resultado, finalidade dos resultados. • Apresentar os procedimentos utilizados na avaliação 	<ul style="list-style-type: none"> • Objetivos da avaliação • Descrição da avaliação, principais interessados e recursos disponíveis • Na meta-avaliação são aplicados apenas os itens pertinentes 	<ul style="list-style-type: none"> • Sub-avaliações dirigidas ao processos e aos resultados • Validade dos componentes da avaliação para avaliações futuras • Relevância da avaliação 	<ul style="list-style-type: none"> • Pontos opcionais para recomendações e justificativas • Avaliação dos relatórios e documentos relativos á avaliação • meta-avaliação: verifica se todos os aspectos foram cobertos e conclusões sobre as categorias de avaliação (utilidade, viabilidade, adequação e precisão)

Fonte: Adaptado de Scriven (2007 apud ELLIOT, 2011, p. 945).

A Figura 5 apresenta as abordagens da Lista Chave de Verificação de Avaliação na concepção de Scriven (2007), sob a ótica de Elliot (2011).

Davidson (2005) apresentou uma legenda para a Lista Chave de Scriven, para melhor utilização, como quadro de referência para orientar a avaliação, pois na sua opinião, trata-se de um excelente instrumento para o julgamento da validade de uma determinada avaliação. Assim sendo, a Lista Chave de Verificação de Avaliação pode ser apresentada conforme o Quadro 3.

Quadro 3 - Lista Chave de Verificação de Avaliação

	Ponto de Verificação	Julgamento (A-E)	Justificativa do Julgamento
Preliminares	I. Sumário Executivo		
	II. Prefacio		
	III. Metodologia		
Fundamentos	1. Antecedentes e Contexto		
	2. Descrições e Definições		
	3. Consumidores		
	4. Recursos		
	5. Valores		
Subavaliações	6. Processo		
	7. Resultados		
	8. Custos		
	9. Comparações		
	10. Exportabilidade		
Conclusões	11. Síntese		
	12. Recomendações e Explicações		
	13. Responsabilidade e Justificativa		
	14. Relatório e apoio		
	15. Meta-avaliação		

A = Atinge todos os aspetos principais deste ponto e os expressa de forma clara e concisa.

B = Atinge a maioria dos aspetos relativos a este ponto, mas não cobre um ou dois deles, ou trata dos ingredientes principais, mas não é 100% claro.

C = Trata do ponto, mas perde alguns aspetos cruciais, ou perde vários aspetos importantes, ou é um tanto desorganizado ou pouco claro.

D = Tem um ou dois elementos que parecem tratar implicitamente do ponto, mas o tratamento é deficiente.

E = Perde o ponto totalmente

Fonte: Adaptado de Scriven (2007) apud DAVIDSON, 2005, p. 217).

A Lista Chave de Verificação de Avaliação busca, a partir do quadro de referência, analisar a qualidade do relatório de avaliação, apresentando seu diagnóstico, desmembrado nos quatro níveis de abordagem, proposto por Scriven (2007).

Uma vez que a autoavaliação possui uma etapa importante que é a elaboração dos relatórios, a lista chave pode contribuir com as análises desta etapa do processo.

2.5 INDICADORES DO SINAES DA AVALIAÇÃO EXTERNA

Um dos pilares avaliativos do SINAES é a avaliação externa, por meio da visita *in loco*, a qual é realizada por avaliadores previamente selecionados e treinados pelo INEP, a fim de subsidiar a o processo decisório da regulação de cursos e instituições e também para decisão da sociedade em geral quanto à qualidade da Educação Superior no Brasil (BRASIL, 2020).

As avaliações externas *in loco* tratam da análise de objetos pertinentes ao contexto, aos processos e produtos das instituições de educação superior e cursos de graduação, conforme o ato decisório a ser subsidiado com a produção de dados e informações e a natureza do processo de avaliação *in loco*. As avaliações são orientadas por Instrumentos de Avaliação Institucional Externa (IAIE) ou por Instrumentos de Avaliação de Cursos de Graduação (IACG), que objetivam retratar, de forma fidedigna, os objetos de avaliação que integram cada instrumento, contribuindo para a tomada de decisão de Estado em políticas públicas, a informação da sociedade e o fomento da melhoria da qualidade da educação superior no país.

Os resultados da avaliação são utilizados como evidências para suporte ao processo decisório e homologação dos respectivos atos autorizativos pela Seres/MEC – autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de curso de graduação, bem como credenciamento, reconhecimento ou transformação de organização acadêmica de instituições de educação superior (BRASIL, 2020).

Em 2017 foram publicados os novos instrumentos de avaliação externa para atos de autorização e reconhecimento de cursos e de credenciamento e reconhecimento institucional, respectivamente. Em todos os instrumentos utilizados para avaliações externas *in loco* a autoavaliação é mencionada e verificada de alguma forma, no entanto, o que avalia mais a fundo esse item é o instrumento de avaliação externa de reconhecimento institucional.

O cálculo utilizado para obter do Conceito Institucional (CI) considera pesos atribuídos aos cinco eixos do instrumento de avaliação. Assim, para o ato de reconhecimento ou transformação de organização acadêmica, os eixos 1 (Planejamento e Avaliação Institucional) e 3 (Políticas acadêmicas) possuem peso 10, enquanto os eixos 2 (Desenvolvimento institucional) e 5 (Infraestrutura) têm peso 30; o eixo 4 (Políticas de gestão) possui peso 20 (BRASIL, 2017, p. 6).

O eixo 1 do instrumento de avaliação institucional externa (IA) para ato de reconhecimento e transformação de Organização Acadêmica aborda o planejamento e avaliação institucional e é composto por um indicador inicial que avalia a evolução institucional a partir do Relato Institucional – o qual é elaborado a partir dos relatórios da autoavaliação – e por outros três indicadores referentes especificamente sobre a Autoavaliação Institucional.

O Quadro 4 apresenta os indicadores e os respectivos critérios do instrumento de avaliação institucional externa que tratam da autoavaliação os quais, quando atendidos, levam ao conceito máximo.

Quadro 4 - Indicadores e Critérios relacionados à autoavaliação institucional

Indicador	Critério de Análise para o Conceito 5
Indicador 1.2 - Processo de autoavaliação institucional	Há processo de autoavaliação institucional e atende às necessidades institucionais, como instrumento de gestão e de ação acadêmico-administrativa de melhoria institucional, com evidência de que todos os segmentos da comunidade acadêmica estão sensibilizados e se apropriam seus resultados.
Indicador 1.3 - Autoavaliação institucional: participação da comunidade acadêmica	O processo de autoavaliação ocorre com participação da sociedade civil organizada e de todos os segmentos da comunidade acadêmica (vedada a composição que privilegie a maioria absoluta de um deles), com abrangência de instrumentos de coleta e índice de participação crescente.
Indicador 1.4 - Autoavaliação institucional e avaliações externas: análise e divulgação dos resultados	Os resultados divulgados, referentes à autoavaliação institucional e às avaliações externas, são analíticos e apropriados por todos os segmentos da comunidade acadêmica.
Indicador 1.5 - Relatórios de autoavaliação	Os relatórios de autoavaliação estão de acordo com a previsão de postagem para cada ano do triênio (considerando os relatórios parciais e final previstos no planejamento da CPA), possuem clara relação entre si, impactam o processo de gestão da instituição e promovem mudanças inovadoras.

Fonte: Adaptado de Brasil (2017, p. 9-11).

Mais uma vez se evidencia a centralidade da autoavaliação para a melhoria contínua das IES, bem como sua relevância no processo avaliativo da Educação Superior brasileira. Por essa razão, faz-se necessário uma atenção também para o processo e resultados da avaliação interna, para que, de fato, possam trazer os benefícios propostos por essa ação.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Pode-se definir método como caminho para se chegar a um determinado fim. E método científico como o “conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento” (GIL, 2008, p. 8).

É por meio da metodologia que se pode traçar o “caminho” de um trabalho científico, ou seja, é ela que estabelece “as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a construção da realidade e o sopro divino do potencial criativo do investigador” (MYNAIO *et al.*, 2002, p. 14). Neste capítulo serão apresentados os métodos e as técnicas utilizadas na elaboração desta pesquisa.

3.1 NATUREZA E CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

A presente pesquisa será construída utilizando o método indutivo, o qual considera que a experiência fundamenta o conhecimento, ainda que existam outros princípios preestabelecidos. De acordo com este raciocínio, é possível generalizar após a observação de casos concretos (SILVA; MENEZES, 2005).

Tratando-se de uma pesquisa que tem como proposta a produção de uma ferramenta de utilização prática – um instrumento para meta-avaliação, do ponto de vista de sua natureza, esta é considerada uma pesquisa aplicada, que “objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática dirigidos à solução de problemas específicos” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 51).

Segundo Gil (2008), a pesquisa aplicada é mais utilizada pelos pesquisadores sociais porque sua intenção é aplicar o máximo possível os conhecimentos adquiridos com os trabalhos, assim como a visualização da execução dos seus resultados numa realidade circunstancial. Embora as investigações teóricas e universais da pesquisa básica alimentem e embasem a pesquisa aplicada, o interesse maior neste tipo de pesquisa está na prática das suas descobertas.

O objetivo geral e os objetivos específicos deste trabalho apontam para uma abordagem qualitativa, uma vez que, o objeto de estudo são as ações das CPAs das instituições de ensino superior do Estado de SC em relação à autoavaliação institucional.

Para Mynaio *et al.* (2002), a pesquisa qualitativa atua com situações e realidades não quantificáveis, a qual se debruça sobre os significados das ações e relações sociais. “Trabalham com a vivência, com a experiência, com a cotidianidade e também com a compreensão das estruturas e instituições como resultados da ação humana objetivada” (MYNAIO *et al.*, 2002, p. 24).

Considerando o Survey que foi efetuado com a utilização de um questionário estruturado, com perguntas que requerem respostas objetivas, entende-se que esta pesquisa possui um viés quantitativo, uma vez que,

As pesquisas deste tipo se caracterizam pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. Basicamente, procede-se à solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado para em seguida, mediante análise quantitativa, obter as conclusões correspondentes dos dados coletados (GIL, 2008, p. 55).

Assim sendo, embora tendo formas diversas de coletas de dados, considerando as diferentes fontes, essa pesquisa possui características prioritariamente qualitativas.

3.2 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Sendo a pesquisa científica sustentada por procedimentos metodológicos, é necessário também que se apresente seu delineamento, articulando métodos, técnicas e procedimentos que possam corroborar com o desenvolvimento conjunto da teoria e prática de modo a possibilitar a análise e verificação dos seus resultados, contribuindo para o atendimento dos objetivos propostos (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Considerando os **objetivos específicos** deste trabalho que se propõem a identificar na literatura os atributos, critérios e indicadores aplicáveis à meta-avaliação; analisar os relatórios de autoavaliação das IES catarinenses; e coletar opiniões (*Survey*) dos representantes das CPAS sobre a composição de um instrumento que contribua a meta-avaliação do processo e resultados da autoavaliação institucional, esta pesquisa apresenta um caráter exploratório.

A pesquisa exploratória possui planejamento flexível, o que permite o estudo do tema sob diversos ângulos e aspectos. Em geral, envolve:

- levantamento bibliográfico;
- entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado;
- análise de exemplos que estimulem a compreensão (PRODANOV; FREITAS, 2013, p.52).

Para atender a estes objetivos e, conseqüentemente ao **objetivo geral** do estudo, serão utilizadas as metodologias identificadas na literatura e os indicadores estabelecidos pelo SINAES, que serão descritas mais detalhadamente em seção posterior.

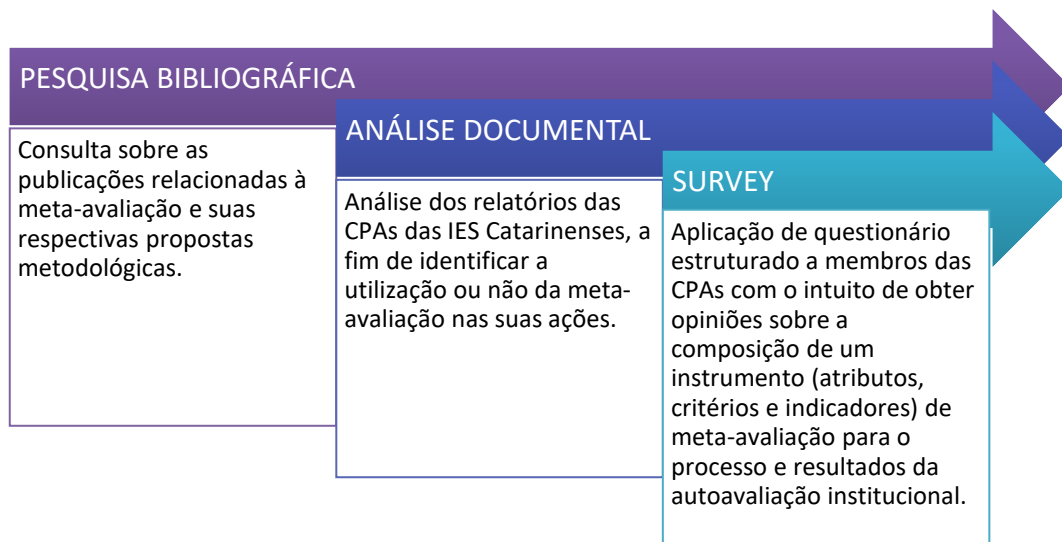
Os meios são os procedimentos técnicos que:

[...] levam o investigador a obter os dados necessários para a elaboração da pesquisa. Por isso, o planejamento deve envolver também aspectos como modelo conceitual e operativo, além de previsão de análise e interpretação de coleta de dados, tendo em vista as variáveis e realidades envolvidas (PRODANOV; FREITAS, 2013, p.54).

A Figura 6 representa o percurso dos procedimentos que serão utilizados em cada etapa da pesquisa.

Segundo Gil (2008), embora praticamente todas as pesquisas envolvam de alguma forma a consulta em livros e artigos científicos, em alguns casos, parte da pesquisa exploratória parte exclusivamente de fontes bibliográficas, como será o caso da primeira etapa deste trabalho.

Figura 6 - Procedimentos metodológicos quanto aos meios



Fonte: Elaborada pela autora (2020).

Para a realização da pesquisa bibliográfica, Gil (2008) recomenda atenção quanto as fontes, em especial as secundarias, pois podem não ser fidedignas e comprometer a qualidade da pesquisa. Neste sentido, optou-se por buscar autores reconhecidos e citados em trabalhos acadêmicos e científicos, os quais abordam o tema meta-avaliação, para então extrair das suas obras os conceitos e metodologias que possam embasar o percurso da pesquisa até o atendimento do objetivo estabelecido.

No que diz respeito à pesquisa documental, Prodanov e Freitas (2013) afirmam que “a pesquisa documental se baseia em materiais que não receberam ainda um tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 55).

Neste sentido, as CPAs são responsáveis pela elaboração do relatório da autoavaliação institucional com base na Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 065/2004. No entanto, ainda que encaminhados anualmente para o MEC, por meio do sistema e-MEC, não há evidências que mostrem a realização de uma análise sistemática sobre os relatórios enviados, além do que é feito pelos avaliadores nas visitas. O INEP verifica a existência do relatório, uma vez que consta do instrumento de avaliação externa *in loco* de cursos e de instituições, porém, não compete aos avaliadores a análise crítica do documento.

Para atender ao terceiro objetivo específico deste trabalho, foi realizado um *Survey*. “Esse tipo de pesquisa ocorre quando envolve a interrogação direta das pessoas cujo

comportamento desejamos conhecer através de algum tipo de questionário” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 57). Para Gil (2008), dentre as principais vantagens do *Survey* está o “conhecimento direto da realidade. À medida que as próprias pessoas informam acerca de seu comportamento, crenças e opiniões, a investigação torna-se mais livre de interpretações calcadas no subjetivismo dos pesquisadores” (GIL, 2008, p. 56).

Neste estudo pretende-se, com o *Survey*, obter as opiniões da amostra desta população, objetivando corroborar ou contrapor com os atributos, critérios e indicadores que comporão um instrumento de meta-avaliação proposto neste trabalho, a partir das respostas e experiências de autoavaliação dos coordenadores de CPA nas suas IES.

3.3 COLETA DE DADOS

A coleta de dados em uma pesquisa é um dos pontos centrais do trabalho, pois quando é realizada por meio da observação direta dos fenômenos estudados ou por meio da captação de explicações que são dadas por informantes, materiais ou pela literatura, completam o ciclo necessário para a obtenção dos resultados esperados.

Como apontado na sessão anterior, esta pesquisa utilizou-se de três diferentes técnicas de coletas de dados, a fim de obter os resultados para o alcance do seu objetivo: Pesquisa Bibliográfica, Análise Documental e *Survey*.

3.3.1 Pesquisa Bibliográfica

Com o objetivo de mapear e analisar as publicações técnicas e científicas existentes sobre o tema, foi realizada uma revisão sistemática utilizando as seguintes bases de dados: Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, SciELO, Ebsco e Base, além das bibliotecas Person e UFSC.

Optou-se por essas bases pelo número de publicações em português, uma vez que o assunto é de interesse nacional e não há indicativos de números significativos de publicações internacionais.

O resultado desta revisão totalizou 138 trabalhos, incluindo artigos, teses e dissertações, dos quais após a leitura dos resumos, pela aderência ao tema, foram selecionados 61 materiais.

Para seleção dos materiais a serem analisados, utilizou-se as seguintes palavras-chave:

Quadro 5 - Palavras-chave da Revisão Sistemática

“Meta-avaliação”
“Meta-avaliação” AND “Autoavaliação Institucional”
“Meta-avaliação” AND “CPA”
“Meta-avaliação” AND “SINAES”
“Meta-avaliação” AND “Avaliação da Educação Superior”
“Meta-avaliação” AND “Critérios”
“Meta-avaliação” AND “Atributos”
“Meta-avaliação” AND “Metodologia”

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Embora tivessem ligação com algumas das palavras-chave utilizadas para a determinação da seleção, e alguns deles, como o trabalho de Davok (2006) apontassem um modelo para realização de meta-avaliação, nenhum dos artigos, teses, dissertações ou livros encontrados tratam de pesquisa relacionada à definição de critérios, atributos e indicadores para a elaboração de instrumento específico de meta-avaliação a ser utilizado na autoavaliação institucional. A maioria dos trabalhos que trata de meta-avaliação relacionada à avaliação da Educação Superior ou à Autoavaliação são estudos de caso, que se utilizam dos referenciais internacionais, citados na fundamentação teórica, para a aplicação da meta-avaliação.

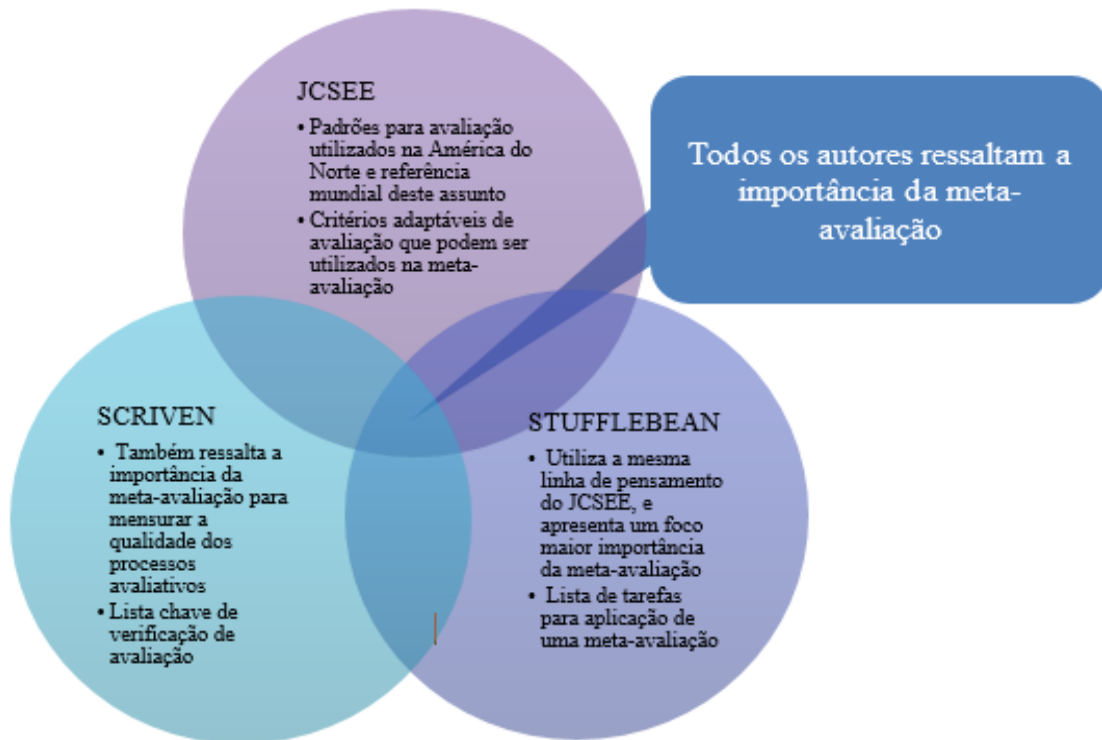
Para o presente trabalho em especial, esta etapa foi de fundamental importância, uma vez que, por meio da pesquisa bibliográfica foi possível verificar os fundamentos e as metodologias utilizadas na meta-avaliação pelos autores mais referenciados da área, conforme constatado na revisão da literatura.

Autores como Stufflebean, Scriven e o próprio JCSEE servirão de base para a construção do instrumento para a pesquisa com as CPAs (*Survey*). Na Figura 7, apresentamos um resumo do que foi captado da pesquisa bibliográfica para ser aplicado na prática.

O principal ponto de intersecção entre os autores estudados é a relação da meta-avaliação com a possibilidade de melhoria contínua do processo avaliativo, bem como a importância desta para aferir a qualidade da avaliação.

Por isso, este é o núcleo da presente pesquisa, uma vez que a literatura sobre o assunto recomenda fortemente essa prática e, também, o próprio MEC, por meio do SINAES, menciona a necessidade de meta-avaliação da autoavaliação institucional aplicada pelas CPAs.

Figura 7- Principais apontamentos do Referencial Teórico sobre Meta-Avaliação



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Como os conceitos e proposições sobre meta-avaliação convergem entre si, todas as técnicas apresentadas por eles foram analisadas para a construção do instrumento para meta-avaliação proposto por este trabalho.

3.3.2 Análise Documental

A Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 065, publicada em 09 de outubro de 2014 (BRASIL, 2014) é o documento que estabelece o Roteiro para o Relatório de Autoavaliação Institucional. Todas as CPAs devem elaborar um relatório anual que é enviado ao MEC anualmente com os resultados da avaliação interna e o plano de ação de melhorias para o próximo ano.

O relatório é a concretização da atuação das CPAs e contribui para a compreensão das necessidades da instituição a partir do autoconhecimento e dos apontamentos de todos os atores que atuam na IES. A Nota Técnica estabelece cinco partes para a elaboração do relatório: “introdução, metodologia, desenvolvimento, análise dos dados e das informações e ações previstas com base nessa análise” (BRASIL, 2014, p. 3). Na parte de desenvolvimento, a Nota

Técnica determina a organização dos dados de acordo com as dez dimensões do SINAES (apresentadas na Figura 1), organizadas em cinco eixos:

Quadro 6 - Eixos e Dimensões do SINAES

EIXO 1: Planejamento Institucional	Dimensão 8: Planejamento e Avaliação
EIXO 2: Desenvolvimento Institucional	Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional Dimensão 3: Responsabilidade Social da Instituição
EIXO 3: Políticas Acadêmicas	Dimensão 2: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão Dimensão 4: Comunicação com a Sociedade Dimensão 9: Política de Atendimento aos Discentes
EIXO 4: Políticas de Gestão	Dimensão 5: Políticas de Pessoal Dimensão 6: Organização e Gestão da Instituição Dimensão 10: Sustentabilidade Financeira
EIXO 5: Infraestrutura	Dimensão 7: Infraestrutura Física

Fonte: Adaptado de Brasil (2014, p. 3).

O Instrumento de Avaliação Institucional Externa de Recredenciamento Institucional, utilizado pelo INEP nas avaliações *in loco*, traz no eixo 1 diversos indicadores que dizem respeito à autoavaliação institucional, bem como os critérios de análise que são utilizados para a definição do conceito

O indicador 1.5 – Relatórios de Autoavaliação analisa especificamente o relatório, no âmbito da atuação da CPA e seus resultados. Contudo, a análise feita pelos avaliadores é pontual e direcionada aos critérios estabelecidos no próprio instrumento.

Além da organização por eixo, a nota técnica também estabelece a entrega do relatório em versões parciais e integral, completando um ciclo trienal para avaliação interna, assim como acontece com a avaliação externa. Embora seja necessário atender as diretrizes estabelecidas pela Nota Técnica, as IES ainda possuem autonomia quanto à formatação, metodologia e aplicação das pesquisas para coleta e análise de dados que compõem o relatório, bem como quanto às ações e análises realizadas pela CPA para atingir os indicadores apresentados no quadro acima (Quadro 6). Ainda que tenham todos uma mesma linha de construção, cada documento é único e traz as informações específicas da realidade de cada IES.

Por isso, foi realizada a análise destes relatórios, em especial no que diz respeito à existência ou não de um processo de meta-avaliação praticado nas instituições de ensino

superior de Santa Catarina, mesmo que não formalizado ou estruturado, mas mencionado de alguma forma no relatório da autoavaliação institucional.

Para realização desta análise, foi utilizada a Lista Chave de Verificação da Avaliação proposta por Scriven (2007), a qual é voltada a relatórios e resultados de avaliações, conforme citado na seção 2.4.4, utilizando também a legenda proposta por Davidson (2005, p. 217):

A = Atinge todos os aspectos principais deste ponto e os expressa de forma clara e concisa.

B = Atinge a maioria dos aspectos relativos a este ponto, mas não cobre um ou dois deles, ou trata dos ingredientes principais, mas não é 100% claro.

C = Trata do ponto, mas perde alguns aspectos cruciais, ou perde vários aspectos importantes, ou é um tanto desorganizado ou pouco claro.

D = Tem um ou dois elementos que parecem tratar implicitamente do ponto, mas o tratamento é deficiente.

E = Perde o ponto totalmente

No entanto, como trata-se de um relatório amplo e relacionado às dimensões do SINAES e ao instrumento de avaliação externa do INEP, foi realizada uma adaptação da Lista Chave, focando a análise desses documentos nos itens que são mais relacionados ao processo de meta-avaliação, considerando o objetivo desta pesquisa. São eles:

2. **Descrições e Definições:** verificar se o relatório apresenta com clareza o que está sendo avaliado no âmbito da IES.

9. **Comparações:** Sendo uma avaliação trienal, verificar a comparação com relatórios e resultados anteriores e se está estruturado dentro da proposta do INEP (Nota Técnica 065/2014).

14. **Relatório e apoio:** Verificar a apresentação do documento no que diz respeito a formato, vocabulário e se houve apoio de outros documentos da IES na sua construção.

15. **Meta-avaliação:** Este é o ponto principal da análise, verificando se há ligação para um segundo nível de avaliação, ou seja, se há proposta ou evidência de meta-avaliação da autoavaliação institucional apresentada no relatório da CPA.

Esses são os itens da Lista Chave que podem contribuir com análise dos relatórios a fim de investigar a presença da meta-avaliação nos processos de avaliação interna das IES. Já que a meta-avaliação é recomendada, mas, não exigida no processo avaliativo das instituições, com a análise dos relatórios das CPAs, tem-se a intenção de conhecer mais a fundo as ações de cada comissão participante da pesquisa para, a partir destes subsídios, completar as informações necessárias a fim de atender o objetivo geral deste trabalho.

3.3.3 *Survey*

De acordo com Mynaio *et al.* (2002), o levantamento de campo não só possibilita o encontro com o que se pretende estudar e pesquisar, como também contribui para a construção do conhecimento a partir da realidade do que acontece no próprio campo.

A pesquisa do tipo *Survey*, de acordo com Pinsonneault e Kraemer (1993) se apresenta como forma de obtenção de dados ou informações sobre características, ações ou opiniões de um determinado grupo de pessoas, que representam uma população. É realizada por meio de um instrumento, mais comumente um questionário. O levantamento tipo *Survey online*, por meio de ferramentas gratuitas, como *Google Docs* ou *Forms*, trouxe ainda mais agilidade e facilidade para esse tipo de pesquisa.

Assim sendo, optou-se por utilizar esse tipo de pesquisa neste trabalho por viabilizar o acesso às CPAs do Estado de Santa Catarina, a fim de investigar suas experiências com a meta-avaliação da autoavaliação institucional e também coletar suas opiniões sobre a proposta de atributos, critérios e indicadores que comporão um instrumento de meta-avaliação específico para avaliar o trabalho dessas comissões, em atendimento ao objetivo geral deste trabalho.

A relação entre a fundamentação teórica e o objeto a ser pesquisado são fundamentais para se ter uma base teórica que permita ir além do que está sendo mostrado, ou seja, a interação entre o pesquisador e os atores da pesquisa é fundamental para a realização de uma investigação qualitativa (MYNAIO *et al.*, 2002). Desta forma, a fundamentação teórica, juntamente com as demais técnicas já mencionadas nas seções anteriores possibilitaram a construção de um instrumento de pesquisa com a profundidade necessária para a coleta de informações que permitiu o atendimento do objetivo deste trabalho.

3.3.3.1 *Definição da amostragem*

Segundo o Censo da Educação Superior, promovido pelo INEP em 2019, o Brasil conta com 2.608 instituições de Educação Superior, ofertando 40.427 cursos de graduação. Em Santa Catarina, conforme Tabela 1, haviam 100 IES atuantes em 2019.

Tabela 1 - Número de IES em SC por categoria administrativa

Categoria Administrativa	Total	Capital	Interior
Pública	8	3	5
Federal	4	2	2

Estadual	1	1	-
Municipal	3	-	3
Privada	92	12	80
TOTAL GERAL	100	15	85

Fonte: Adaptado de INEP (2020).

A exemplo do registrado nos demais estados do Brasil, observa-se um número expressivo de IES privadas em Santa Catarina, em comparação às IES públicas, como pode ser visto na Tabela 2.

Tabela 2 - Número de IES em SC por Organização Acadêmica

Categoria Administrativa	Universidades	Centros Universitários	Faculdades	IF e CEFET
Pública	4	1	1	2
Federal	2	-	-	2
Estadual	1	-	-	-
Municipal	1	1	1	-
Privada	9	15	69	-
TOTAL GERAL	13	16	70	02

Fonte: Adaptado de INEP (2020).

As 100 IES ativas em Santa Catarina, em 2019, atendiam 385.950 matrículas em cursos de graduação, e no mínimo, 100 CPAs estavam atuantes nesse período, considerando que, segundo a legislação, cada IES precisa ter ao menos uma CPA constituída. Assim sendo, esta pesquisa abrange as IES de Santa Catarina dada a sua representatividade e pela acessibilidade aos dados necessários.

Em relação ao cenário nacional, esta pesquisa trabalhou com uma amostragem que são as IES catarinenses, representando um percentual de aproximadamente 4% do total de IES do Brasil.

Considerando que se optou por aplicar a pesquisa somente no estado de Santa Catarina, pelo acesso e proximidade com o público alvo, a amostragem foi não probabilística do tipo conveniência (VIEIRA, 2011).

Se considerarmos as CPAs de Santa Catarina, pode-se dizer que o *Survey* foi censitário, ou seja, foram pesquisadas todas as IES catarinenses. O questionário foi encaminhado por e-mail à presidência das CPAs de cada instituição, sendo coletada uma resposta por IES, representando a opinião de cada comissão em relação ao processo de autoavaliação institucional.

3.3.3.2 Instrumento de Coleta de Dados

Para esta etapa (*Survey*) o instrumento de coleta de dados da presente pesquisa foi questionário estruturado e teve como principal finalidade investigar junto às CPAs seu nível de conhecimento sobre o processo de autoavaliação e coletar opiniões acerca da sua experiência relacionada ao processo de avaliação externa de modo a possibilitar a identificação dos atributos, critérios e indicadores que devem compor um instrumento de meta-avaliação, que possa ser utilizado para o no processo e dos resultados da avaliação interna das IES.

Construir um questionário consiste basicamente em traduzir objetivos da pesquisa em questões específicas. As respostas a essas questões é que irão proporcionar os dados requeridos para descrever as características da população pesquisada ou testar as hipóteses que foram construídas durante o planejamento da pesquisa. Assim, a construção de um questionário precisa ser reconhecida como um procedimento técnico cuja elaboração requer uma série de cuidados[...] (GIL, 2008, p. 121).

O tipo de pesquisa *Survey* (levantamento), geralmente utiliza como instrumento um questionário, e embora tenha um viés mais quantitativo, pode ser também realizado para pesquisas qualitativas, como é o caso do presente trabalho.

A *Survey* é apropriada como método de pesquisa quando:

- Se deseja responder questões do tipo “o quê?”, “por que?”, “como” e “quanto”, ou seja, quando o foco de interesse é sobre “o que está acontecendo” ou “como e porque isso está acontecendo”;
- não se tem interesse ou não é possível controlar as variáveis dependentes e independentes;
- o ambiente natural é a melhor situação para estudar o fenômeno de interesse;
- o objeto de interesse ocorre no presente ou no passado recente (FREITAS *et al.*, 2000, p. 3).

Desta forma, para construção do instrumento de pesquisa se levou em consideração a legislação vigente inerente ao SINAES sobre o processo de autoavaliação; os principais atributos e critérios elaborados pelo JCSEE; as considerações de Scriven (2007) e; como indicadores principais, os critérios de adequação técnica e a lista de tarefas para meta-avaliação de Stufflebean (2001), conforme destacado na fundamentação teórica.

Para cada bloco de questões observou-se os elementos teóricos e processuais da autoavaliação, considerando os fundamentos e metodologia de meta-avaliação embasado na fundamentação teórica, especialmente os atributos propostos pelos autores já mencionados, bem como o próprio instrumento de avaliação institucional externa.

As questões do instrumento aplicado (Apêndice A) foram elaboradas a partir das 2 partes do processo: (1) Processo e (2) Resultados da Autoavaliação Institucional, com base nos critérios estabelecidos por Stufflebean (2011). Depois foram correlacionadas às “Tarefas/Procedimentos”, baseadas na Lista de Tarefas para Meta-Avaliação de Stufflebean (2001), conforme a planilha abaixo:

Quadro 7 – Estrutura do Instrumento de Avaliação (questionário)

PARTE 1 - PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	
Critério de Adequação Técnica	Tarefas/Procedimentos
VALIDADE INTERNA	1. Motivar e favorecer a interação com as partes interessadas da avaliação
	2. Formar uma equipe de meta-avaliação com um ou mais meta-avaliadores qualificados
	3. Definir as questões da meta-avaliação
	4. Conforme apropriado, subscrever as normas, princípios e/ou critérios para julgar o Sistema de Avaliação ou Avaliação Particular
	5. Emitir um documento para acordo ou negociar um contrato formal de Meta-avaliação
OBJETIVIDADE	6. Coletar e revisar as informações disponíveis e pertinentes
VALIDADE EXTERNA	7. Coletar novas informações conforme necessário, incluindo, por exemplo, entrevistas, observações e pesquisas.
PARTE 2 - RESULTADOS DA AUTOAVALIAÇÃO	
Critério de Adequação Técnica	Tarefas/Procedimentos
VALIDADE EXTERNA	8. Analisar o resultado das descobertas
	9. Julgar a adesão da avaliação aos padrões de avaliação selecionados, princípios ou outros critérios
CONFIABILIDADE	10. Preparar e enviar os relatórios necessários
OBJETIVIDADE	11. Conforme apropriado, ajudar o cliente e outras partes interessadas a interpretar e analisar os resultados

Fonte: Elaborado pela autora (2021)

Esta estrutura do instrumento de pesquisa, correlaciona critérios de adequação técnica e tarefas/procedimentos da meta-avaliação à prática da autoavaliação institucional exercida pelas CPAs, visando coletar as informações necessárias para subsidiar a elaboração do protótipo de instrumento de meta-avaliação a ser utilizado na autoavaliação institucional, produto final desta pesquisa.

3.4 TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados coletados por meio da pesquisa bibliográfica, da análise dos relatórios de autoavaliação das IES e também do questionário aplicado aos membros das CPAs,

teve como principal objetivo coletar subsídios para o atendimento ao objetivo central deste trabalho, que é a proposta de um instrumento de meta-avaliação aplicável à autoavaliação institucional em IES.

A pesquisa bibliográfica possibilitou a identificação de métodos, técnicas e atributos da meta-avaliação que, após analisados serviram como base para a análise das demais etapas da coleta de dados. Já, a análise documental dos Relatórios da Autoavaliação elaborados pelas CPAs, participantes da pesquisa, foi realizada por meio da adaptação de alguns itens da Lista Chave de Scriven (2007), especialmente os que estão contidos nos itens Subavaliações e Conclusões, que englobam análises sobre o processo, resultados, comparações e também síntese, responsabilidade e justificativa e a própria meta-avaliação, que é o ponto central desta análise.

Quanto ao *Survey*, aplicado por meio de questionário aos membros da CPA, a análise dos dados foi realizada a partir de cada questão, cujos resultados foram apresentados em tabelas e/ou gráficos, que apontaram à opinião das CPAs em relação a sua experiência prática, cujos resultados possibilitaram uma análise quanto à aplicabilidade e possibilidade de utilização da meta-avaliação tanto para o processo, quanto para os resultados da autoavaliação institucional.

Por fim, as análises foram comparadas e cruzadas para indicar as principais questões a serem abordadas num instrumento de meta-avaliação que possa refletir a realidade do processo e dos resultados das avaliações internas realizadas pelas CPAs do Estado de Santa Catarina. Portanto, o produto destas análises foi construído a partir dos atributos, critérios e indicadores extraídos das diferentes coletas de dados realizadas por esta pesquisa.

3.4.1 Resumo da dos resultados em relação aos objetivos específicos

Com a finalidade de melhorar a visualização e o entendimento sobre a coleta de dados e os resultados em relação aos objetivos específicos deste trabalho, o Quadro 8 apresenta cada um dos objetivos e as respectivas ferramentas de coleta de dados, bem como suas unidades de análise e principais resultados encontrados.

Quadro 8 - Estrutura da coleta de dados em relação aos objetivos específicos

Objetivos Específicos	Técnicas de coleta de dados	Unidade de análise	Tipos de Pesquisa	Principais Resultados
a) Identificar, os atributos, critérios e	Pesquisa bibliográfica	Artigos, dissertações, teses e livros	Qualitativa: Revisão da literatura	Adaptações dos padrões de qualidade do JCSEE, Lista Chave de Scriven (2007),

indicadores aplicáveis à meta-avaliação;				critérios de meta-avaliação de Stufflebean (2011)
b) Analisar relatórios de autoavaliação das instituições de educação superior públicas e particulares do Estado de Santa Catarina, a fim de coletar subsídios sobre ações de meta-avaliação por elas utilizadas;	Pesquisa Documental	Relatórios das CPAs das IES Catarinenses	QUALITATIVA: Análise Documental: se expressa ou não a aplicabilidade da meta-avaliação no processo de autoavaliação institucional, no relatório da CPA.	A maioria dos relatórios apresentam os requisitos mínimos previstos na legislação, porém ainda com algumas fragilidades, sendo as principais: comunicação dos resultados, envolvimento com a comunidade externa e principalmente a falta de previsão de meta-avaliação.
c) Efetuar um levantamento de opiniões de representantes de CPAs das IES públicas e particulares de Santa Catarina acerca de suas experiências e conhecimento sobre a aplicabilidade de atributos, critérios e indicadores relacionados à meta-avaliação	Survey	Questionário estruturado com membros das CPAs das IES Catarinenses	QUALITATIVA: Survey: Coleta de experiências e opiniões sobre atributos, critérios e indicadores utilizáveis ou não na meta-avaliação.	<p>Parte 1 – Processo de Autoavaliação</p> <p>Em geral as CPAs seguem as recomendações legais para o processo, por isso, muitos pontos foram levantados com respostas positivas, porém, especialmente nos comentários das questões apareceram fragilidades e apontamentos importantes como falta de capacitação para as CPAs, envolvimento de todos os segmentos da comunidade acadêmica, falta de meta-avaliação.</p> <p>Parte 2 – Resultados</p> <p>Embora sejam elaborados segundo a NT 065/2014, ainda se observa alguns pontos de atenção nos relatórios: Relação com público externo é uma fragilidade, falta de conhecimento sobre a importância do processo compromete a participação, não há ação da CPA para auxiliar os públicos a analisar e entender os resultados das pesquisas.</p>

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

As coletas de dados foram cruciais para o atendimento dos objetivos específicos e, conseqüentemente o alcance do objetivo geral desta pesquisa, que foi propor um instrumento de meta-avaliação para utilização na avaliação do processo e dos resultados da autoavaliação institucional de IES brasileiras. O instrumento foi desenvolvido para ser aplicado a instituições de educação superior de qualquer natureza, desde que possuam CPA, devidamente, nomeada e atuante.

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA

Neste capítulo serão apresentados os dados obtidos com a pesquisa em suas diversas etapas a fim de subsidiar a elaboração do instrumento de meta-avaliação específico para o processo de autoavaliação institucional.

Durante a pesquisa constatou-se que das 100 IES catarinenses declaradas no Censo da Educação Superior do ano de 2019, quatro estavam em situação inativa ou em processo de descredenciamento e duas delas não tiveram seus websites encontrados. Assim sendo, a pesquisa realizou-se com 94 instituições ao todo.

4.1 ANÁLISE DOS RELATÓRIOS DE AUTOAVALIAÇÃO

A etapa de análise documental consistiu na análise dos relatórios de autoavaliação disponibilizados pelas IES em seus respectivos sites institucionais, a partir dos critérios mencionados na seção 3.3.2. A divulgação do Relatório da CPA para a comunidade em geral está prevista pelo MEC nos documentos orientadores, inclusive, o Instrumento de Avaliação Externa para Recredenciamento, menciona essa necessidade no indicador 1.4 - Autoavaliação institucional e avaliações externas: análise e divulgação dos resultados: “Os resultados divulgados, referentes à autoavaliação institucional e às avaliações externas, são analíticos e apropriados por todos os segmentos da comunidade acadêmica.” (BRASIL, 2017, p. 10).

A partir destas orientações, verificou-se a disponibilidade dos relatórios de autoavaliação institucional nos sites das IES catarinenses. Utilizou-se como critério de busca o último triênio (2018-2020), uma vez que, de acordo com as orientações constantes na Nota Técnica nº 65/2014, os relatórios devem ser publicados anualmente sendo 2 versões parciais e uma integral (BRASIL, 2014). Há que se ressaltar que haviam IES cujos relatórios tinham acesso restrito, ou seja, em ambientes exclusivos à alunos e/ou professores com acesso por meio de *login* e senha; algumas IES estavam com relatórios disponíveis de anos anteriores a 2018; muitas IES não disponibilizam os relatórios para acesso público em seus websites; houveram IES com códigos diferentes no censo que tinham relatório único/repetido.

Assim sendo, foram encontrados 38 relatórios disponíveis para *download* ou consulta, em condições de serem analisados, o que consiste em 40,42% do total de 94 IES pesquisadas. O Quadro 9 apresenta os dados mencionados e as situações que impediram o acesso aos documentos.

Quadro 9 – Motivos de impedimento de acesso aos relatórios de autoavaliação

Motivo	Quantidade de IES
Mesma IES com códigos diferentes – relatório único/repetido	6
Relatórios com acesso restrito	4
Relatórios de anos anteriores a 2018	9
Relatórios não disponíveis no site	37
TOTAL	56

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

O principal acesso da comunidade interna e externa aos resultados da autoavaliação institucional se dá por meio do relatório. Por isso, o número de sites que não apresentam este documento é um indicativo da falta de conformidade com a legislação vigente no que diz respeito ao acesso às informações e resultados da autoavaliação, já que, mesmo não sendo o único meio, o website institucional é um canal formal e público para a divulgação deste tipo de documento e, inclusive é observado pelos avaliadores nos processos de avaliação externa das IES. O acesso restrito também indica que o documento não está totalmente público, o que não vai de encontro ao que as normativas orientam, que é dar a maior publicidade possível aos resultados da autoavaliação.

O Quadro 10 apresenta a análise dos Relatórios das CPAs encontrados, tendo por base os critérios estabelecidos pela Lista Chave de Scriven (2007) selecionados para esta pesquisa, com a legenda proposta por Davidson (2005):

A = Atinge todos os aspetos principais deste ponto e os expressa de forma clara e concisa.

B = Atinge a maioria dos aspetos relativos a este ponto, mas não cobre um ou dois deles, ou trata dos ingredientes principais, mas não é 100% claro.

C = Trata do ponto, mas perde alguns aspetos cruciais, ou perde vários aspetos importantes, ou é um tanto desorganizado ou pouco claro.

D = Tem um ou dois elementos que parecem tratar implicitamente do ponto, mas o tratamento é deficiente.

E = Perde o ponto totalmente (DAVIDSON, 2005, p. 217)

Quadro 10 – Análise dos relatórios das CPAs

IES	2. Descrições e Definições	9. Comparações	14. Relatório e Apoio	15. Meta-avaliação
1	B	E	C	E
2	B	A	D	E
3	A	A	B	D
4	B	E	D	E
5	A	B	A	C
6	B	C	B	D
7	C	D	B	E
8	A	D	A	E

9	A	C	B	E
10	A	A	C	E
11	A	A	A	D
12	A	B	B	C
13	A	A	B	C
14	A	B	B	D
15	B	D	C	B
16	A	B	A	B
17	B	B	A	E
18	A	A	A	A
19	B	A	A	E
20	C	B	C	E
21	B	A	C	E
22	B	A	A	E
23	C	A	B	E
24	B	B	A	C
25	A	A	A	A
26	C	A	A	D
27	B	A	A	E
28	B	A	A	D
29	B	A	A	E
30	B	A	A	E
31	B	A	A	E
32	B	A	A	E
33	B	A	A	E
34	B	A	A	E
35	B	A	A	E
36	B	A	A	E
37	A	A	A	E
38	B	A	B	A

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

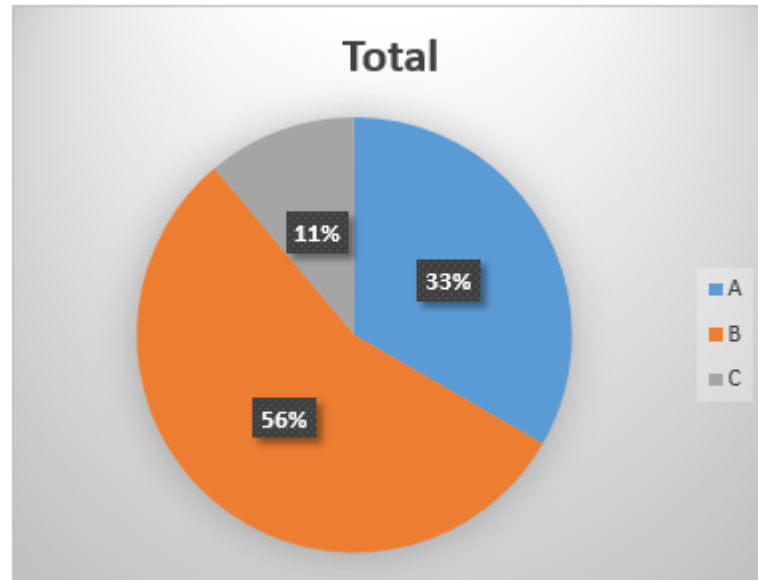
No que diz respeito ao item 2 da Lista Chave de Scriven (2007): **Descrições e Definições**, a análise foi verificar se o relatório apresenta com clareza o que está sendo avaliado no âmbito da IES e se está estruturado dentro da proposta do INEP (Nota Técnica 065/2014).

Observou-se que nem todas as IES apresentam com clareza o que, de fato está sendo avaliado. Embora, praticamente, todos os relatórios sigam a estrutura proposta pela Nota Técnica referida, que é avaliar todos os eixos e dimensões apresentados pelo SINAES, alguns deles não traziam as perguntas realizadas na autoavaliação, ou não indicavam claramente quais foram as abordagens feitas pelos seus instrumentos para apresentar aqueles determinados resultados, por isso, cerca de 66% dos relatórios receberam conceito B ou C, conforme apresentado no Gráfico 1.

Ainda assim, considerando a soma dos conceitos A e B, nota-se que a maioria dos relatórios trazem, pelos menos os aspectos principais da pesquisa de autoavaliação e apresentam

com clareza os propósitos e resultados, a partir dos questionamentos estruturados nos seus instrumentos.

Gráfico 1 – Análise dos Relatórios: Descrições e Definições



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

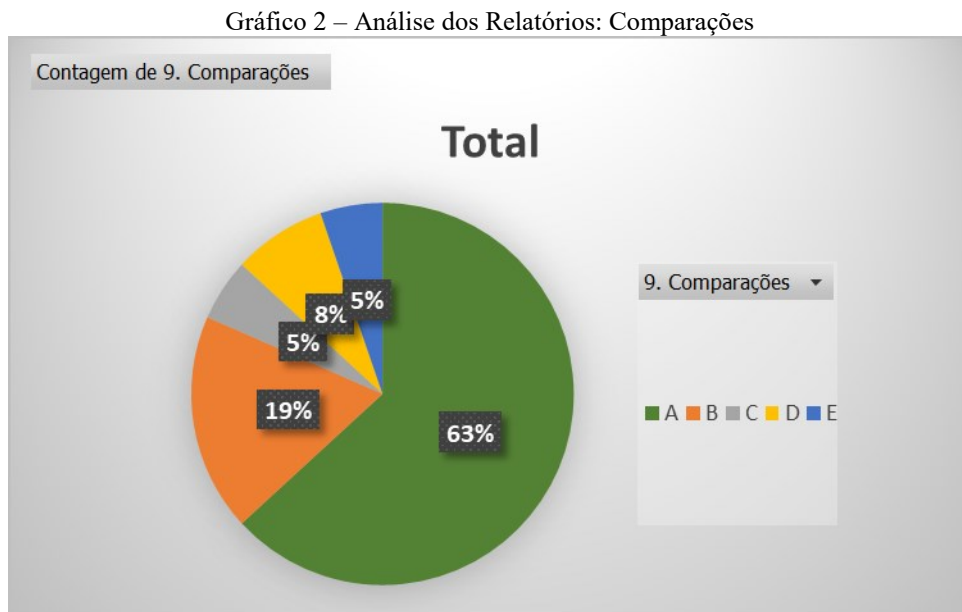
Isso mostra a preocupação das CPAs catarinenses, participantes da pesquisa, em cumprir com as orientações fornecidas pelos órgãos reguladores, a fim de atender os requisitos legais, além de seguir uma padronização das informações o que favorece a interpretação da comunidade acadêmica e da sociedade, quando compara relatórios de IES diferentes.

Outro aspecto avaliado nos relatórios foi o item 2 da Lista Chave de Scriven (2007), que diz respeito a comparações. Sendo uma avaliação trienal, a análise deste item buscou identificar a comparação entre os relatórios parciais e integral, estabelecidos na Nota Técnica 065/2014, assim como a comparação com resultados anteriores e outras avaliações internas e externas, conforme orienta o próprio Roteiro de Autoavaliação Institucional:

No que diz respeito a este critério, como a análise se ateve ao último ciclo avaliativo da CPA (2018-2020), ficou mais evidente a presença destas comparações. Conforme pode ser observado no Gráfico 2, a maioria absoluta dos relatórios analisados obtiveram conceitos A e B, o que demonstra a presença destas comparações nas análises e na apresentação dos resultados.

Um fator que chama a atenção é que, mesmo com a orientação explícita nos documentos normativos e orientadores a respeito da elaboração do relatório de autoavaliação,

houveram 7 IES que obtiveram conceitos C, D e E, o que significa presença deficitária ou inexistente de comparação com relatórios anteriores ou outros tipos de avaliação institucional. Este é um ponto de fragilidade no processo de autoavaliação, uma vez que, além de uma exigência legal, se faz necessário esse olhar para os demais relatórios já elaborados pela CPA e também para demais avaliações externas e internas, para garantir um processo avaliativo contínuo e progressivo.



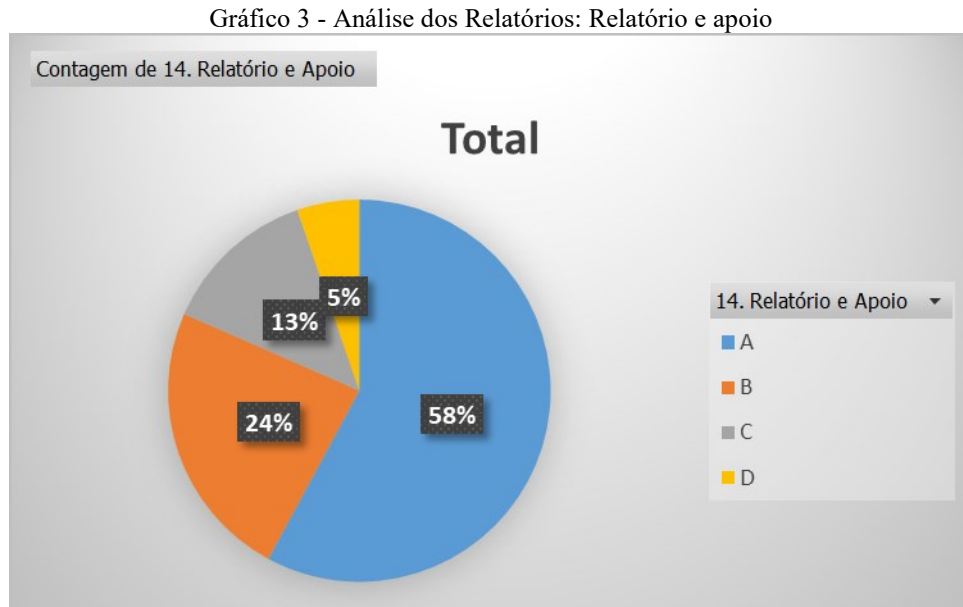
Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Além disso, mesmo com uma porcentagem mais baixa é também um ponto de atenção ao processo autoavaliativo, já que a proposta das ações e planos de melhorias elaborados pela CPA é voltada para um planejamento trienal.

O terceiro critério analisado foi baseado no item 14 da Lista Chave de Scriven (2007). Neste item, a análise se debruçou sobre a apresentação do documento no que diz respeito a formato, vocabulário e se houve apoio de outros documentos da IES na sua construção, tais como o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), Projeto Pedagógico de Curso (PPC), documentos normativos internos da IES e aqueles produzidos pelos órgãos colegiados, como o Núcleo Docente Estruturante (NDE), por exemplo.

A maioria dos relatórios obteve o conceito A e nenhum dos relatórios analisados ficou com conceito E neste critério, no entanto, conforme pode ser observado no Gráfico 3, notou-se que 9 relatórios alcançaram conceito B (24%) e 5 relatórios tiveram conceito C (19% do total),

o que implica em algum tipo de fragilidade, principalmente, quanto à utilização de outros documentos de apoio para sua elaboração.



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

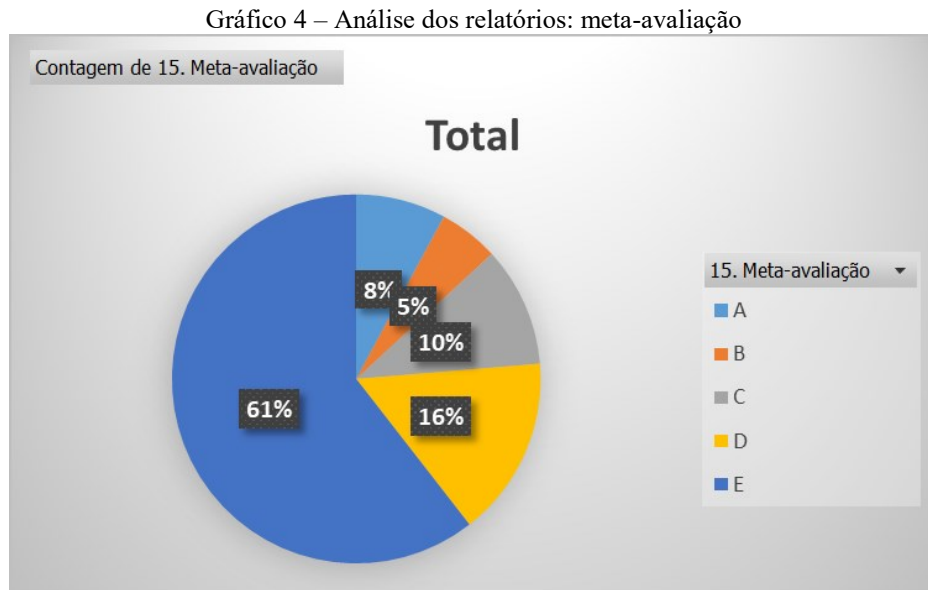
O processo de autoavaliação institucional é diretamente ligado ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), posto que faz parte do processo evolutivo da IES e traz importantes subsídios para o planejamento e para a gestão, bem como extrai desse documento as informações que contribuem para seu plano de ação. Além desta ligação com o PDI, outros documentos institucionais também auxiliam nos processos e encaminhamentos da CPA e, por isso, devem constar nos seus relatórios, como por exemplo os documentos normativos internos que impactam nos processos avaliados pela autoavaliação, as atas das reuniões do NDE que trazem muitas informações acerca do desenvolvimento dos cursos e aspectos pedagógicos, os relatórios das avaliações externas e também das avaliações dos estudantes (ENADE), entre outros.

Embora a maioria das IES tenha recebido o conceito A neste quesito por conta da presença do PDI e demais documentos nas suas análises, ainda pode se observar muitos relatórios que não trazem essa relação, o que pode impactar negativamente no processo auto avaliativo, resultando em lacunas e superficialidades que poderiam ser preenchidas e aprofundadas com essa interação.

O último e mais importante critério de análise dos relatórios é o item 15 da Lista Chave de Scriven (2007): Meta-avaliação. Este item tem o objetivo de averiguar se há ligação para um

segundo nível de avaliação, ou seja, se há proposta ou evidência de meta-avaliação da autoavaliação institucional apresentada nos relatórios elaborados pela CPA.

Como pode ser observado no Gráfico 4, considerando os conceitos C, D e E, 87% dos relatórios analisados não apresentam ou apresentam de forma deficitária a presença da meta-avaliação do processo de autoavaliação institucional.



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Empiricamente, a meta-avaliação existe há tanto tempo quanto a avaliação, pois é natural que se forme opinião sobre os processos avaliativos realizados e, em algum momento, seja por força legal, seja por necessidade pontual, estes sejam revistos, atualizados ou complementados. No entanto, ainda que apontado pelos órgãos reguladores como um processo de suma importância para a evolução avaliativa, ainda não há muitos registros dessa ação nos relatórios das CPAs.

A análise deste item buscou detectar nos relatórios algum movimento que levasse à ideia de realização da meta-avaliação, ainda que intrinsecamente ou informalmente. Os três relatórios que obtiveram conceito A apresentavam claramente o processo de meta-avaliação estabelecido e apropriado pelas CPAs das IES, o que demonstra que, nesses casos, a autoavaliação não termina com a emissão do relatório, pois ainda possui uma etapa importante de meta-avaliação com o objetivo de aprimorar o processo para as próximas etapas do ciclo avaliativo, sejam elas parciais ou não.

Os relatórios com conceitos B e C apresentavam indícios de um movimento nessa direção, com alguns apontamentos para ação de revisão do processo, avaliação das etapas anteriores ou proposta de discussão sobre o processo de autoavaliação e/ou das ações da CPA. Nestes casos, embora não formalizados, já se pode presumir uma intenção da CPA em trabalhar a meta-avaliação.

Como já era esperado, diante dos estudos anteriores a esta pesquisa, a maioria dos relatórios analisados, cerca de 77% não trouxeram sequer menção ao processo de meta-avaliação da autoavaliação institucional. Ou seja, partindo do pressuposto de que, se não é mencionado no relatório, não acontece de fato no processo, este é mais um fator que justifica este trabalho e corrobora com seu objetivo. O produto desta pesquisa, portanto, poderá contribuir com as CPAs que ainda não aplicam ou discutem sobre a possibilidade de implementação da meta-avaliação no seu planejamento.

A autoavaliação é um processo ímpar para a higidez e consistência da gestão universitária. Silva (2019) ressalta em seu estudo a necessidade que as IES possuem de utilizar técnicas e métodos da ciência da Administração para o alcance de seus objetivos institucionais. Isto se faz necessário não somente para o cumprimento da missão institucional deste tipo de organização, que é a formação de pessoas, mas também para a obtenção de resultados profícuos nas avaliações periódicas externas feitas pelo órgão credenciador de cursos.

Em complemento a esta fala, Nascimento-e-Silva (2017) clarifica que em gestão tudo deve ser registrado. A ausência de registro vista no decurso desta pesquisa quanto a menção ao processo de meta-avaliação da autoavaliação institucional sugere que este é um item que carece de retificações (SILVA *et al.*, 2019). O infográfico abaixo apresenta a síntese dos resultados das análises dos relatórios, trazendo os principais pontos abordados e suas respectivas críticas.

Figura 8: Infográfico 1 – Síntese da análise dos relatórios



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

4.2 ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS

A avaliação, em suas diversas dimensões se apresenta como um movimento permanente e cíclico, que apresenta resultados periodicamente (INEP, 2009). Já, a CPA tem um período determinado de mandato que nem sempre coincide com o período avaliativo da IES. Além disso, não há previsão legal de capacitação destas comissões, o que faz com que a experiência e o desempenho dos membros antecessores sejam, em geral, as principais fontes de conhecimento dos novos membros da CPA sobre o processo ao assumirem seus cargos.

As CPAs são responsáveis por colocar em prática os pressupostos legais, de modo a estabelecer o objeto, os procedimentos, os objetivos e o próprio uso do processo avaliativo. Nesse sentido, olhar para o processo sob a perspectiva da vivência das comissões, suas opiniões sobre o que e como é desenvolvido o processo de autoavaliação em cada IES faz com que se possa extrair as principais dificuldades, fragilidades e o que ainda precisa ser melhor entendido pelas comissões, para a construção de um instrumento que venha a contribuir com o trabalho desenvolvido por elas e com o alcance dos objetivos da autoavaliação institucional, por meio da meta-avaliação.

Foi a partir deste entendimento que foi aplicado o questionário às Comissões Próprias de Avaliação das 94 IES do Estado de Santa Catarina. No entanto, conforme razões já apresentadas neste trabalho obteve-se, somente, 40 respostas, totalizando 42,55% do público pesquisado.

A proposta do questionário foi trazer um olhar valorativo, ou seja, conhecer a realidade para então propor o instrumento de meta-avaliação, a partir da vivência dos respondentes. Conforme detalhado na seção 3.3.3.2 Instrumento de Coleta de Dados, as perguntas foram elaboradas com base nos critérios estabelecidos por Stufflebean (2011) e de sua lista de tarefas para aplicação de meta-avaliação (STUFFLEBEAN, 2001). Desta forma, os resultados obtidos seguiram a ordem lógica e cronológica do processo de autoavaliação institucional, dividido em duas partes: Parte 1 – Processo de Autoavaliação Institucional e Parte 2 – Resultados da Autoavaliação Institucional.

4.2.1 Processo de Autoavaliação Institucional (Parte 1)

Esta parte do questionário foi estruturada em seis grupos de perguntas, seguindo os critérios e as tarefas/procedimentos apresentados anteriormente, mais precisamente na seção

3.3.3.2, trazendo nas perguntas a realidade da autoavaliação institucional em suas diversas etapas, a partir do que é estabelecido pela legislação, pelos documentos orientadores e pelo que consta no Instrumento de Avaliação Institucional Externa (BRASIL, 2017).

A seguir, são apresentadas as questões por blocos para facilitar as análises dos resultados, iniciando com o Quadro 11, que traz o primeiro bloco de perguntas do instrumento.

Quadro 11 – Estrutura do questionário - bloco 1

Critério de Adequação Técnica: VALIDADE INTERNA	
Tarefas/ Procedimentos	Questões
1. Motivar e favorecer a interação com as partes interessadas da avaliação.	1.1 A avaliação trienal, com dois relatórios parciais e um integral, conforme preconizado pelo Plano Trienal da CPA, contribui para o sucesso da autoavaliação institucional 1.2 A sensibilização da Comunidade Acadêmica é realizada anualmente pela CPA 1.3 Há participação significativa de toda a Comunidade Acadêmica na pesquisa de Avaliação Interna 1.4 A divulgação dos resultados da Autoavaliação é planejada e realizada anualmente 1.5 Justifique/Complemente sua(s) resposta(s)

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

A interação das partes interessadas na avaliação é um grande desafio para a CPA, uma vez que a autoavaliação engloba diversos públicos que possuem envolvimento diferentes com a IES. Por essa razão, a estruturação e planejamento das ações tem papel fundamental nesta etapa do processo.

Os resultados da questão 1.1 demonstram que as CPAs estão convictas de que a avaliação de forma cíclica e trienal contribui para o sucesso da autoavaliação. Apenas 5, dos 40 respondentes apontaram este item como “Insatisfatório” ou “Não sei Responder”, ou seja, os outros 92,5% acreditam que este formato favorece a autoavaliação e seus resultados.

A realização da sensibilização da comunidade acadêmica foi apontada pelos respondentes com resultados positivos: 22,5% como satisfatoriamente, 42,5% como realizada muito bem e 32,5% como realizada de forma excelente, o que demonstra que há um esforço das CPAs para envolver os públicos com a autoavaliação institucional. Esta é uma etapa importante do processo, uma vez que, quanto mais respondentes para as pesquisas, quanto mais envolvidos forem os *stakeholders*, mais verdadeiro e transparente serão os resultados do processo avaliativo. Nesta questão, apenas uma IES mencionou que a sensibilização não é satisfatória.

A participação e aderência da comunidade acadêmica ao processo de autoavaliação institucional é, talvez, um dos maiores desafios da CPA. Motivar a participação de todos os

públicos, apresentar o processo e ressaltar sua importância faz com que haja mais engajamento nas respostas e, conseqüentemente, mais solidez em todo o processo.

Embora 95% das respostas tenham sido positivas no que diz respeito a participação de toda a comunidade acadêmica, pode-se destacar que destas, 45% classificaram sua resposta como satisfatória e 2 respondentes apontaram como insatisfatória a participação nas pesquisas. Mesmo considerando a opção satisfatória como resposta razoável a esta etapa, é importante notar o que ainda se apresenta como fragilidade ou precise ser aprimorado para chegar à excelência. Dentre as respostas descritivas, podemos destacar algumas que apresentam pontos importantes a serem observados.

Tendo em vista os apontamentos feitos pelos respondentes acerca da participação de toda a comunidade acadêmica nas pesquisas de avaliação interna, observa-se ainda uma certa dificuldade em tornar o processo atrativo a todos os públicos. Conforme uma das respostas acima, para atender às 10 dimensões do SINAES, os instrumentos de pesquisa acabam ficando extensos, por isso, cabe à CPA inovar na metodologia e criatividade em seus meios e pesquisas para conseguir os resultados esperados. Entretanto, as diretrizes e regulamentações sobre a autoavaliação não determina que as dez dimensões do SINAES devam ser avaliadas todos os anos que compõem o ciclo avaliativo. É possível efetuar um planejamento para avaliar dimensões diferentes em cada ano, desde que contempladas no final do ciclo, quando da elaboração do Relatório Integral.

Quanto ao planejamento e divulgação dos resultados, questionados no item 1.4, a grande maioria dos respondentes, 97,5%, apontaram que se realiza satisfatoriamente, muito bem ou de forma excelente. Somente um dos respondentes informou que não se realiza satisfatoriamente. Esse resultado demonstra que as CPAs estão cumprindo essa exigência legal e que há planejamento para essa ação anualmente.

De maneira geral, neste primeiro bloco de perguntas, observou-se que as CPAs estão procurando motivar e favorecer a interação com as partes interessadas da avaliação em seus processos, de modo a buscar a validade interna da avaliação.

O segundo grupo de questões aborda também o critério de validade interna do processo de avaliação, sob a perspectiva da qualificação dos meta-avaliadores. Neste bloco, como se apresenta no Quadro 12, investigou-se sobre o nível de capacitação dos membros das CPAs para trabalhar no processo também sobre sua preparação para a meta-avaliação.

A primeira questão deste bloco foi respondida muito positivamente, com 35% dos respondentes considerando a composição da CPA ótima, em relação às necessidades da autoavaliação, outros 47,5% considerando boa e 17,5% considerando satisfatória.

Quadro 12 – Estrutura do questionário bloco 2

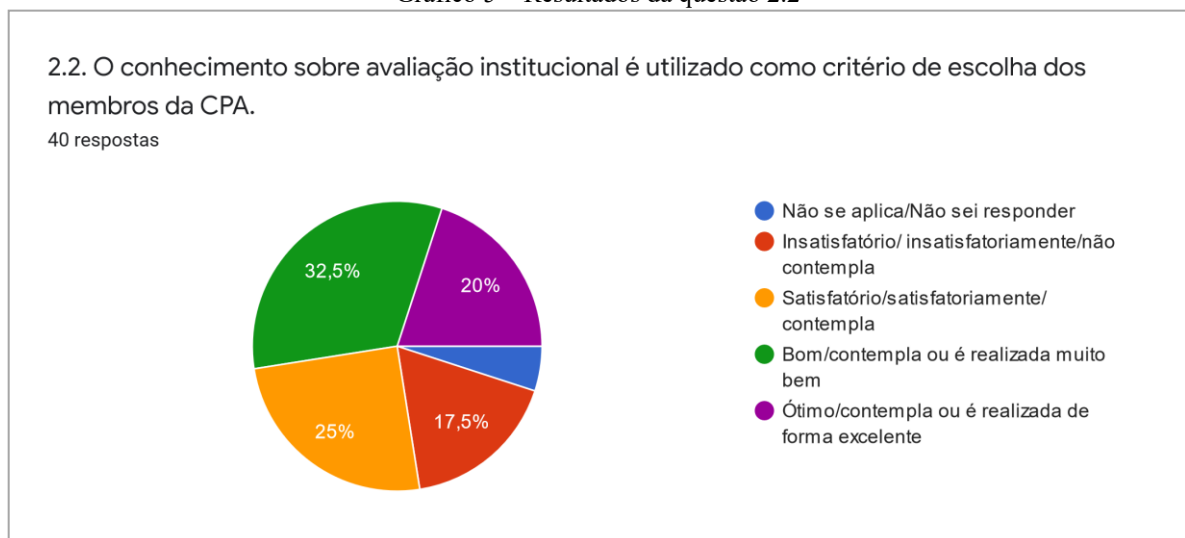
Critério de Adequação Técnica: VALIDADE INTERNA	
Tarefas/ Procedimentos	Questões
2. Formar uma equipe de meta-avaliação com um ou mais meta-avaliadores qualificados.	2.1. A composição da CPA, conforme as orientações dadas pelo MEC, atende as necessidades da autoavaliação 2.2. O conhecimento sobre avaliação institucional é utilizado como critério de escolha dos membros da CPA 2.3. Há capacitação continuada para os membros da CPA 2.4. Os membros da CPA são preparados para o processo de meta-avaliação: avaliação da autoavaliação institucional 2.5. A CPA discute a possibilidade de condução do processo de meta-avaliação por membros externos à IES 2.6 Justifique/Complemente sua(s) resposta(s)

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

A participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica, da representatividade da sociedade civil e a autonomia em relação aos demais órgãos existentes na IES fortalece a CPA, garantindo um processo confiável e amplo. Por isso, observa-se a satisfação dos respondentes no que diz respeito a esse quesito.

No entanto, quando questionados sobre o critério de escolha para composição da CPA, as respostas já ficaram mais divididas, conforme pode-se observar no Gráfico 5.

Gráfico 5 – Resultados da questão 2.2



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Esta questão buscou saber se há algum tipo de critério na escolha dos membros da CPA, em especial quanto ao domínio de conhecimento prévio sobre avaliação institucional. A Lei do SINAES estabelece apenas que a constituição da CPA seja realizada por ato do dirigente máximo da IES ou por previsão em estatuto ou regimento, sem mencionar nenhum critério ou requisito para essa nomeação. Conforme pode-se perceber pelas respostas (Gráfico 5), embora boa parte das respostas tenham sido positivas para esta pergunta, cerca de 22,5% das respostas ficaram entre insatisfatório ou não se aplica.

Uma vez sendo de competência da IES a composição da CPA, fica também a seu critério estabelecer ou não requisitos e conhecimentos anteriores para a escolha de seus membros. Acredita-se que, por isso, há essa diversidade maior nas respostas, embora a literatura aponte a importância do conhecimento sobre o processo avaliativo e inclusive sobre meta-avaliação para que o processo avaliativo seja realizado de forma adequada.

A pergunta 2.3 questionou sobre a existência de capacitação continuada para os membros da CPA. Nas respostas, observou-se um percentual maior de respondentes que afirmam não haver capacitação continuada, ou não se aplica, pois 35% das respostas apontaram negativamente. Este resultado demonstra uma fragilidade no processo formativo dos principais agentes da avaliação interna, que são os membros da CPA. Já que em muitas IES não há exigência de conhecimento sobre avaliação no momento da escolha para a composição da CPA, como visto no item anterior, a capacitação seria uma forma de fortalecer a comissão e aprofundar os conhecimentos para consolidar ainda mais o processo.

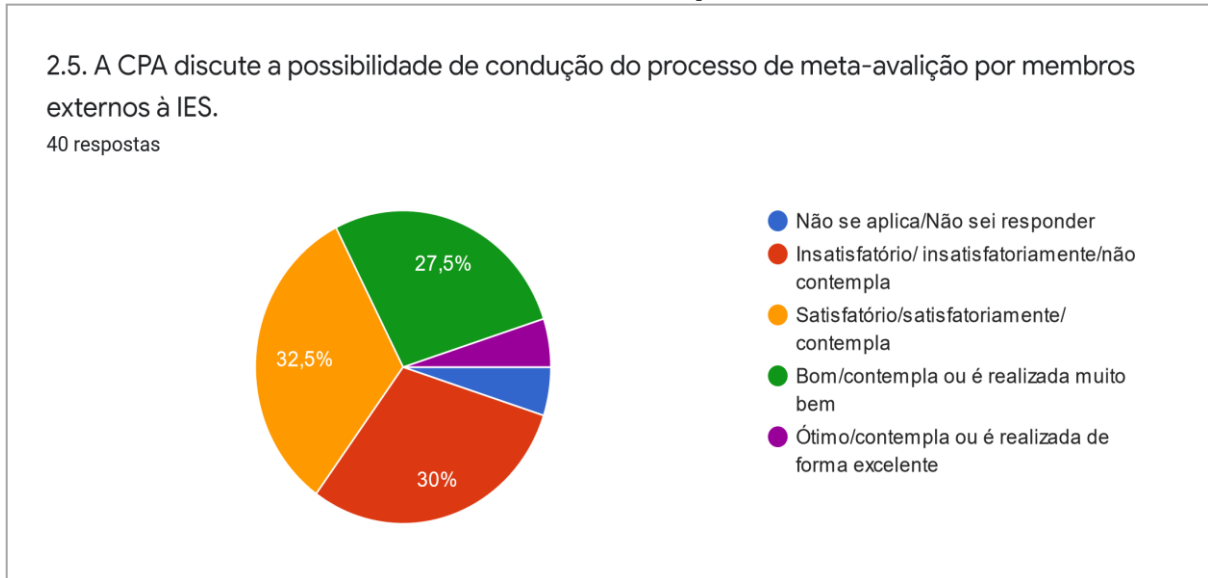
A meta-avaliação foi o tema do item 2.4, que tinha por objetivo investigar se os membros da CPA são preparados para avaliar a autoavaliação institucional. Dentre as respostas, 35% ficaram entre bom e ótimo e 22,5% entre insatisfatório. O que chama a atenção foi a quantidade de respondentes que optou pelo satisfatoriamente: 42,5%. Este valor apresenta uma probabilidade de conhecimento das comissões sobre este assunto, ao menos em nível de discussão do tema.

O item 2.5 teve a intenção de averiguar se a CPA discute a possibilidade de condução do processo de meta-avaliação por membros externos à IES. Aqui, pode-se notar um maior número de respostas negativas, como se vê no Gráfico 6, apontando que muitas IES não cogitam essa possibilidade.

Embora seja recomendado por autores como Stufflebean (2001) e Scriven (2007), a meta-avaliação realizada por profissionais qualificados e especializados ainda não é uma realidade no Brasil, tampouco pelas CPAs nos processos avaliativos internos das IES. A meta-

avaliação ainda é muito incipiente no contexto da autoavaliação institucional e precisa ser melhor apropriada pelos membros das comissões.

Gráfico 6 – Resultados da questão 2.5



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Segundo Stufflebean (2011), para que haja validade interna, é necessário que a avaliação responda aos seus objetivos com veracidade e precisão. Para tanto, a qualificação dos avaliadores é de fundamental importância. Neste grupo de perguntas, observou-se tanto a necessidade e sede de capacitação por parte das CPAs respondentes, bem como a carência da meta-avaliação para a qualificação do processo avaliativo.

O próximo grupo de perguntas (Quadro 13) também envolvem o critério de validade interna, porém, com questões a respeito da definição do processo de meta-avaliação.

Com o olhar voltado ao processo avaliativo em si, a pergunta 3.1 objetivou compreender até que ponto a avaliação institucional interna impacta no relacionamento dos participantes com a IES. A maioria dos respondentes, 62,5% acreditam que o processo faz com que os envolvidos movimentem, de alguma forma seu entendimento e comportamento em relação à IES. Já outros 30% ficaram no nível “satisfatório” e 7,5% não acreditam que haja alguma mudança no relacionamento com a IES.

Este é um ponto interessante para se observar, no que diz respeito a um projeto de meta-avaliação, já que um dos objetivos da avaliação é justamente fazer com que o participante se envolva de uma nova forma com o objeto avaliado.

Quadro 13 – Estrutura do questionário bloco 3

Critério de Adequação Técnica: VALIDADE INTERNA	
Tarefas/ Procedimentos	Questões
3. Definir as questões da meta-avaliação	3.1 A construção do processo avaliativo é realizada de modo a incentivar os participantes a redescobrir, reinterpretar ou revisar seus entendimentos e comportamentos no seu relacionamento com a IES 3.2 Os procedimentos de avaliação são adequados à cada tipo de público envolvido na autoavaliação 3.3 A elaboração das questões da autoavaliação contempla as 10 dimensões do SINAES 3.4 As informações coletadas na autoavaliação atendem aos propósitos pretendidos 3.5 Há aplicação de avaliação da avaliação pela CPA, a fim de analisar o desenho da avaliação, procedimentos empregados, informações coletadas e resultados, em conjunto com os gestores da IES

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Para que isso aconteça, é necessário que os procedimentos de avaliação sejam adequados a cada um dos públicos envolvidos. A questão 3.2 quis justamente buscar esta resposta, e, de maneira geral, pode-se notar que neste quesito todas as comissões avaliam de forma positiva. Ou seja, 32,5% apontam que os procedimentos atendem de forma satisfatória cada tipo de público, 27,5% acredita que contempla muito bem e outros 40% concordam que contempla de forma excelente.

Quanto a abrangência das 10 dimensões do SINAES na elaboração das questões da autoavaliação, a maioria dos respondentes, 52,5%, entendem que são contempladas de forma excelente e os demais ficaram entre contempla muito bem (25%) e contempla (20). Somente um respondente apontou que não sabe responder essa questão. Isso reforça que a grande maioria das comissões estão atendendo aos requisitos legais ao elaborar as questões de pesquisa.

A questão 3.4 é importante para a proposta de meta-avaliação, pois, investiga se as informações coletadas na autoavaliação atendem aos propósitos pretendidos. Observa-se que a grande maioria dos respondentes acreditam que sim, atendem de forma satisfatória (27,5%), contempla muito bem (40%) ou de forma excelente (30%). Somente um respondente apontou como não contempla.

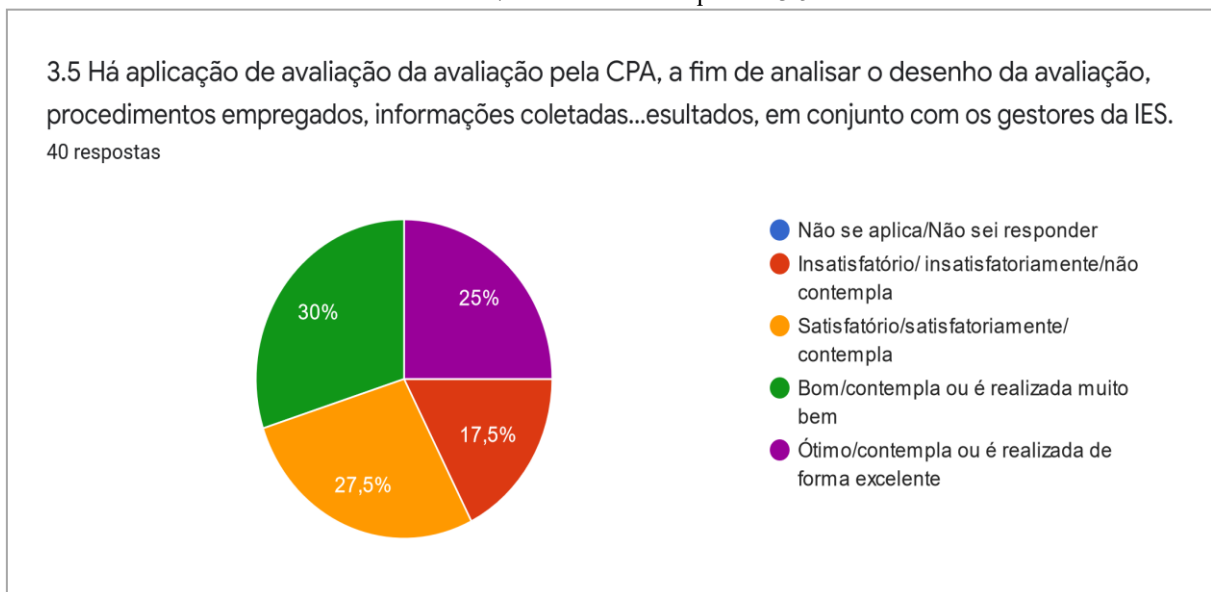
Sendo a autoavaliação de cunho formativo, é fundamental que a CPA tenha consciência dos propósitos deste processo, compreendendo a sua ação muito além do cumprimento da legalidade junto aos órgãos reguladores. Reconhecer que as informações coletadas estão atendendo aos propósitos pretendidos, é um indicativo que há essa visão na elaboração do processo e que os resultados estão de acordo com o esperado.

Ainda que as comissões acreditem que o processo de autoavaliação está atingindo seus objetivos, há sempre o que ser melhorado e aprimorado. Por isso, a questão 3.5 traz à tona a aplicação da meta-avaliação, para a proposição de análises e discussões junto à gestão da IES.

Conforme observado no Gráfico 7, esta foi uma questão que dividiu um pouco mais as respostas.

Conforme apontado por 17,5% dos respondentes, o processo de meta-avaliação ainda não é contemplado nas IES, e, embora os demais tenham apresentado respostas positivas para esta questão, essa ação não pôde ser observada na análise dos relatórios de autoavaliação realizada na seção anterior.

Gráfico 7 – Resultados da questão 3.5



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

A meta-avaliação no âmbito da autoavaliação institucional vem para valorizar ainda mais o processo formativo previsto na legislação, trazendo uma abordagem qualitativa, aprimorando os recursos necessários para obter os resultados das avaliações internas, de modo a atingir os objetivos de melhoria contínua das IES.

Para que isso seja possível, é imprescindível a aplicação do Critério de confiabilidade. É o que aborda o bloco 4 de questões aplicadas às CPAs, conforme pode-se observar no Quadro 14.

O critério de confiabilidade, segundo Stufflebean (2011), diz respeito a precisão dos dados e quão consistentes são as descobertas internamente. Ou seja, é importante que a CPA

tenha conhecimento sobre a origem legal do processo, bem como dos impactos referentes ao seu descumprimento.

Quadro 14 – Estrutura do questionário bloco 4

Critério de Adequação Técnica: CONFIABILIDADE	
Tarefas/ Procedimentos	Questões
4. Conforme apropriado, subscrever as normas, princípios e/ou critérios para julgar o Sistema de Avaliação ou Avaliação Particular	4.1 Há conhecimento da CPA sobre a da Lei do SINAES e das demais legislações referentes a autoavaliação institucional 4.2 A utilização de documentos normativos internos da IES orienta as ações da CPA e sua credibilidade junto à comunidade acadêmica 4.3 A CPA é ciente dos impactos legais referentes ao não cumprimento da legislação e normas da avaliação institucional. 4.4 O respeito à ética e responsabilidade sobre os resultados da autoavaliação, em relação aos direitos humanos e requisitos legais é levado em consideração nas ações da CPA 4.5 Justifique/Complemente sua(s) resposta(s)

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

No que diz respeito ao conhecimento dos membros das comissões acerca da Lei do SINAES, apenas 5% dos respondentes afirmaram que não conhecem, ou conhecem insatisfatoriamente a legislação. Os outros resultados ficaram em 35%, 30% e 30% respectivamente com as respostas satisfatoriamente, muito bem e excelente. Estes percentuais demonstram que as CPAs se apropriam da legislação para então estabelecer suas ações, o que garante um respaldo ao processo.

Além da legislação externa, é importante que a IES preveja em seus documentos normativos internos as atribuições, nomeação, ações e responsabilidades da CPA. Desta forma, as comissões podem planejar seu trabalho a partir do que a própria IES espera. A questão 4.2 abordou este assunto e teve 100% das respostas positivas, sendo 25% classificadas como satisfatório, 35% como realizada muito bem e 40% indicando que é realizada de forma excelente.

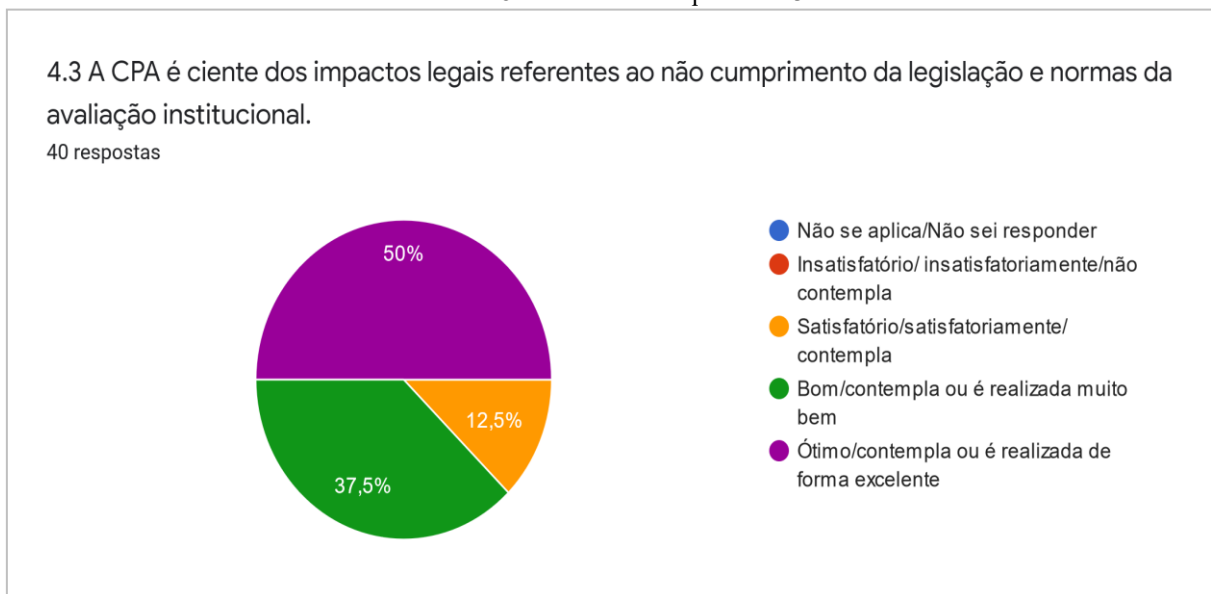
Pelas respostas apresentadas é possível concluir que, além de contribuir para o direcionamento dos trabalhos da CPA, o fato de existir documentos internos que preveem as atribuições das comissões e da autoavaliação como um todo faz com que haja também credibilidade de toda a comunidade acadêmica em relação ao processo.

Segundo a Lei do SINAES (BRASIL, 2004), a autoavaliação faz parte da avaliação institucional, portanto, o seu descumprimento tem impactos diretos nos resultados e na nota final da avaliação institucional. As respostas positivas da questão 4.3 apontam que as comissões tem conhecimento sobre esses impactos, como podemos observar no Gráfico 8.

Assim sendo, nota-se que as CPAs catarinenses estão cientes que o não cumprimento da regulamentação ligada à autoavaliação podem ensejar em penalidades de processos administrativos de supervisão.

Para garantir esse cumprimento e a consolidação do trabalho realizado é imprescindível que a CPA atue com respeito à ética e responsabilidade sobre os resultados da autoavaliação, em especial atenção aos direitos humanos e requisitos legais. Este foi o tema da pergunta 4.4 que teve 60% dos respondentes apontando que observam essas questões de forma excelente, outros 30% de forma boa e 7,5% de forma satisfatória. Destaca-se aqui um respondente que marcou como não se aplica/não sei responder para esse item.

Gráfico 8 – Resultado da questão 4.3



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

De forma geral, a maioria absoluta das repostas indicam que as CPAs são conscientes da importância do seu trabalho para a IES, para a sociedade e para a educação brasileira.

O próximo bloco de questões também traz o critério de validade interna conforme apresenta o Quadro 15, abordando a necessidade de formalização das suas ações para a segurança das IES, dos próprios membros das comissões e também para que possam estar certos dos seus direitos e deveres.

No resultado da questão 5.1 pode-se observar que a grande maioria dos respondentes afirmam que existe termo de aceite para que possam ingressar na CPA, com 75% das respostas como é realizada de forma excelente ou muito bem. Apenas 35% das respostas ficaram distribuídas entre satisfatório, não contempla ou não se aplica. Assim, percebe-se que há

preocupação das IES em estabelecer o aceite dos membros para que façam parte das suas comissões.

Quadro 15 – Estrutura do questionário - bloco 5

Critério de Adequação Técnica: VALIDADE INTERNA	
Tarefas/ Procedimentos	Questões
5. Emitir um documento para acordo ou negociar um contrato formal de Meta-avaliação.	5.1 Existe termo de aceite firmado entre a administração da IES e os membros da CPA para a sua composição e participação 5.2 Há documento interno que explicita os direitos e deveres da CPA e sua responsabilidade para com os objetivos da autoavaliação 5.3 O documento interno com orientações sobre a atuação dos membros da CPA contempla o tempo de permanência de cada membro 5.4 O tempo de permanência dos membros da CPA, determinado na normatização interna, é respeitado 5.5 Justifique/Complemente sua(s) resposta(s)

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Quanto à existência de documento interno que explicita os direitos e deveres da CPA, bem como sua responsabilidade para com os objetivos da autoavaliação, a maioria absoluta (87,5%) dos respondentes apontam que existe de forma excelente ou que contempla muito bem. Nenhuma resposta insatisfatória, ou seja, nenhum dos respondentes entende que o documento existente é insatisfatório. Apenas 5% apontou como não se aplica e 7,5% como contempla satisfatoriamente.

Percebe-se, portanto, que a existência de documentos como este fortalecem o trabalho da CPA e garante sua adesão aos objetivos institucionais, já que o Roteiro de Autoavaliação Institucional estabelece que “as definições quanto à quantidade de membros, forma de composição, duração do mandato, dinâmica de funcionamento e modo de organização serão objeto de regulação própria e aprovadas pelo órgão colegiado máximo da instituição.” (INEP, 2004 p. 12).

A questão 5.3 aborda o tempo de permanência de cada membro na comissão, questionando se é considerado no documento interno sobre a atuação da CPA. 95% afirmam que essa informação está contemplada e 5% que não se aplica. Isso indica que há preocupação com a rotatividade de membros e com sua permanência na comissão por tempo que permita compreender o processo e poder realizar o trabalho de forma completa.

Já, a pergunta 5.4 questiona se este tempo é respeitado. Aqui nota-se um número maior de respostas indicando que não se aplica (5%), que não é respeitado (2,5%) ou que é respeitado satisfatoriamente (10%). Os demais ficaram divididos entre é realizado de forma excelente ou muito bem, 52,5% e 30% respectivamente.

Em relação ao tempo de permanência dos membros na CPA, há dois fatores que podem ser observados: que haja uma rotatividade de tempos em tempos para que a comissão possa se renovar e trazer novas ideias e energias para o trabalho com a autoavaliação, por outro lado, que o tempo de atuação destes membros permita a realização do trabalho de ponta a ponta, de modo a permitir que todos os membros possam entender e se envolver.

O Quadro 16 apresenta o critério de objetividade, contemplado no bloco de perguntas a seguir. Para atendê-lo, faz-se necessário coletar e revisar as informações disponíveis e pertinentes para a execução da autoavaliação institucional.

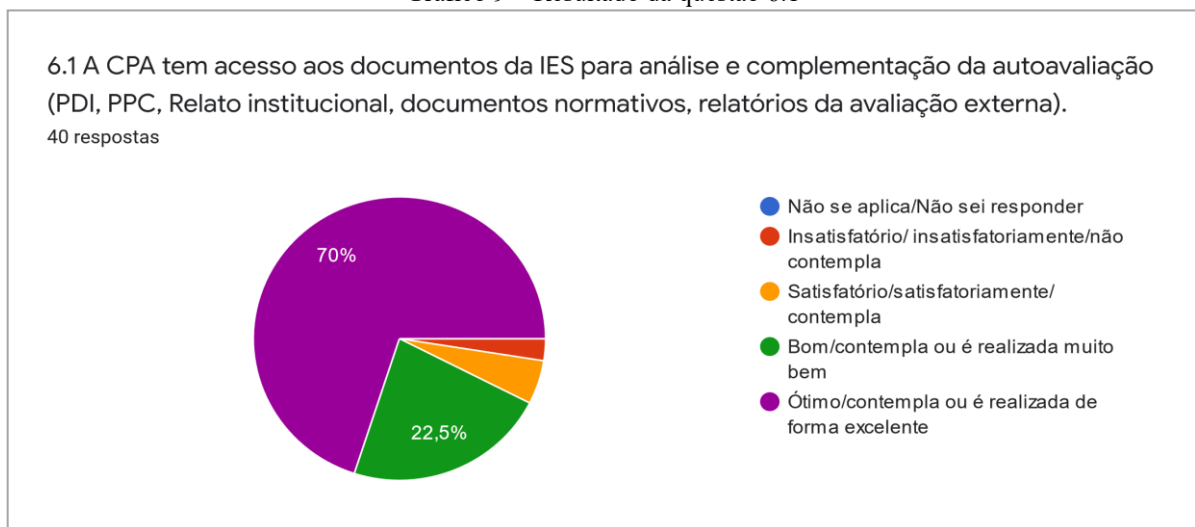
Quadro 16 - Estrutura do questionário - bloco 6

Critério de Adequação Técnica: OBJETIVIDADE	
Tarefas/ Procedimentos	Questões
6. Coletar e revisar as informações disponíveis e pertinentes.	6.1 A CPA tem acesso aos documentos da IES para análise e complementação da autoavaliação (PDI, PPC, Relato institucional, documentos normativos, relatórios da avaliação externa). 6.2 A CPA utiliza o histórico de avaliações anteriores e os Planos de Melhorias para subsidiar as novas avaliações: 6.3 Justifique/Complemente sua(s) resposta(s)

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Este bloco de questões engloba apenas duas perguntas. A primeira delas questiona o **acesso da CPA a documentos institucionais** que possam corroborar com as análises dos resultados da autoavaliação, trazendo informações importantes para a construção do plano de ação.

Gráfico 9 – Resultado da questão 6.1



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

O Gráfico 9 apresenta as respostas para essa importante questão, do ponto de vista de um planejamento para a meta-avaliação:

Como pode-se observar, apenas 7,5% das respostas ficaram com satisfatório ou insatisfatório e a maioria absoluta (92,5%) afirmam ter acesso a documentos institucionais que complementam as análises da autoavaliação. Isso significa que a partir das informações constantes nos documentos institucionais como PDI, PPC, relatórios de avaliação externa, atas de colegiados, entre outros, podem trazer subsídios para o melhor entendimento dos resultados das pesquisas em suas diversas dimensões. Ou seja, com o cruzamento destes documentos e as respostas das pesquisas da autoavaliação, a CPA tem condições de elaborar um plano de ação sólido, viável e que esteja alinhado com a missão, visão e o desenvolvimento institucional.

A segunda pergunta deste bloco diz respeito a utilização de avaliações anteriores e os planos de melhoria para subsidiar as novas avaliações e teve resultado 100% afirmativo, dividido em 55% realizada de forma excelente, 27,5% realizada muito bem e 17,5% realizada satisfatoriamente.

Esta questão partiu da necessidade de confrontar relatórios e avaliações anteriores e seus respectivos resultados para a melhoria contínua do processo avaliativo, inclusive porque a própria nota técnica 065/2014 menciona essa necessidade em relação aos relatórios (BRASIL, 2014).

Por esta razão, conforme observado nas respostas deste bloco de questões, as CPAs se esforçam em trabalhar de forma a atender a proposta de avaliação trienal, com versões parciais e integrais dos relatórios, mas também se utilizando de outras fontes e das avaliações anteriores para subsidiar seu planejamento e suas análises. Este resultado também se reflete na análise dos relatórios da CPA, realizada na seção anterior, a qual mostra que 87% dos relatórios analisados apresentam a correlação e a comparação com os relatórios anteriores.

Finalizando a primeira parte do questionário, que trata do processo de autoavaliação institucional, o bloco 7 aborda questões sob o critério “Validade Externa”, conforme apresenta o Quadro 17.

Nas respostas da questão 7.1 pode-se observar que a maioria dos respondentes afirmam que há essa interação por meio de reuniões com colegiados e gestão institucional para coletar informações importantes para a autoavaliação. No entanto, 10% apontam que ainda não há esse tipo de interação no processo avaliativo

Além da análise documental, o contato com os demais órgãos da IES é fundamental tanto para a CPA, para que possa correlacionar o seu trabalho aos encaminhamentos, objetivos

e processos institucionais, quanto para os próprios órgãos da instituição, para que possam compreender, se apropriar e contribuir para a avaliação interna.

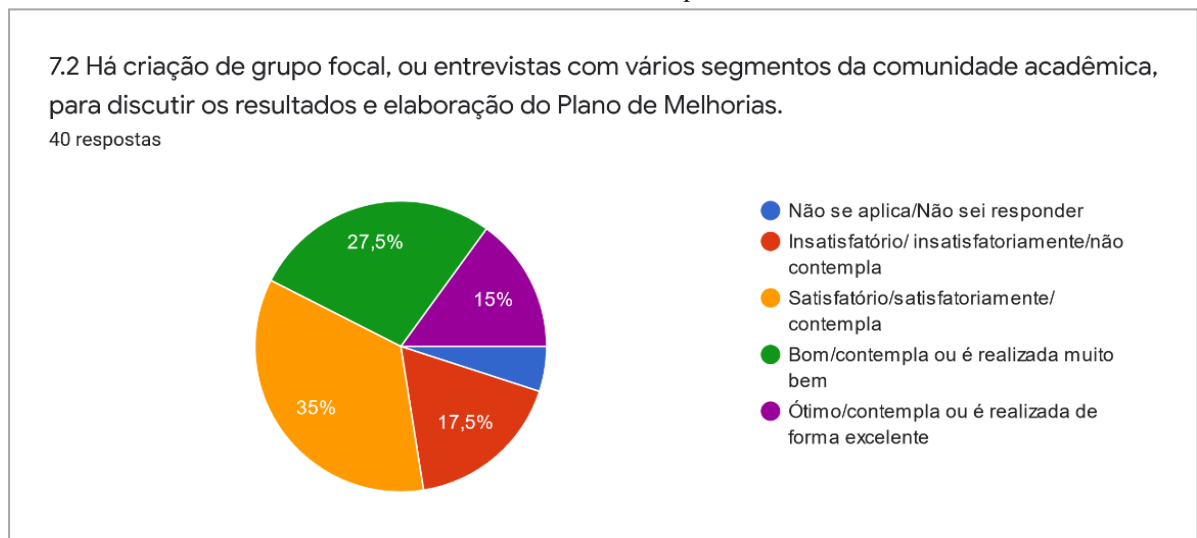
Quadro 17 - Estrutura do questionário - bloco 7

Critério de Adequação Técnica: VALIDADE EXTERNA	
Tarefas/ Procedimentos	Questões
7. Coletar novas informações conforme necessário, incluindo, por exemplo, entrevistas, observações e pesquisas.	7.1 Há realização de reuniões da CPA com os demais órgãos da instituição a fim de coletar informações para a autoavaliação (Gestão, NDE, Colegiados, etc.) 7.2 Há criação de grupo focal, ou entrevistas com vários segmentos da comunidade acadêmica, para discutir os resultados e elaboração do Plano de Melhorias 7.3 Justifique/Complemente sua(s) resposta(s)

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Outro aspecto importante para o trabalho da CPA é a criação de grupo focal com diversos segmentos da comunidade acadêmica, para discutir resultados e elaborar em conjunto o plano de melhorias. Na questão 7.2, conforme apresentado no Gráfico 10, não há essa previsão para 22,5% dos entrevistados, considerando as respostas “não se aplica/não sei responder” e “não contempla”. Além disso, 35% optaram pela resposta “satisfatoriamente”, ou seja, se entende que os grupos acontecem, mas que podem não ser tão eficazes quanto os que responderam é realizada muito bem ou de forma excelente.

Gráfico 10 – Resultado da questão 7.2



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Embora não seja uma exigência legal, a prática de grupo focais para discussão acerca da avaliação interna pode ser uma ótima ferramenta para auxiliar na análise, elaboração dos

planos de melhoria, e para a própria meta-avaliação da autoavaliação institucional. Essa prática traz um olhar mais detalhado dos *stakeholders* e pode contribuir como um diferencial para este processo.

A seguir, apresentamos o infográfico 2 com os principais resultados desta parte do questionário e também com os comentários dos respondentes nas questões abertas: Justifique/Complemente sua(s) resposta(s).

Figura 9 - Infográfico 2 – Síntese dos Resultados parte I



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

4.2.2 Resultados da Autoavaliação Institucional (Parte 2)

A segunda parte do questionário é mais voltada aos resultados do processo de avaliação interna das IES e foi elaborada de modo a dar continuidade na proposta de averiguar junto às CPAs o processo ponta a ponta. O Quadro 18 apresenta a estrutura do próximo bloco de questões, que é ligada ao critério de validade externa.

Quadro 18 - Estrutura do questionário - bloco 8

Critério de Adequação Técnica: VALIDADE EXTERNA	
Tarefas/ Procedimentos	Questões
8. Analisar o resultado das descobertas	8.1 Há utilização de metodologia científica e técnicas estatísticas adequadas na análise dos resultados da autoavaliação 8.2 A apresentação dos instrumentos de pesquisa e de relatórios permitem interpretações, descobertas e conclusões claras e precisas 8.3 Os relatórios da CPA são pautados em critérios técnicos a fim de evitar conflitos de interesse, dos segmentos da comunidade acadêmica, na condução das análises dos resultados 8.4 São apresentadas justificativa acerca das análises dos resultados com apresentação delas aos públicos (interno e externo) envolvidos 8.5 Justifique/Complemente sua(s) resposta(s)

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

A questão 8.1 teve o objetivo de investigar sobre a utilização de metodologia e técnicas estatísticas adequadas para realização da análise dos resultados das pesquisas aplicadas pela CPA. As respostas foram majoritariamente positivas: 22,5% realizada de forma excelente, 40% muito bem e 32,5% satisfatoriamente. Somente 5% dos respondentes apresentaram resultado negativo para essa questão, apontando como insatisfatório.

Para obtenção de resultados concisos e análises adequadas, antes da elaboração do relatório, é necessário prever metodologias e técnicas que auxiliem as comissões neste trabalho. Por se tratar de instituições de educação superior, o acesso a conteúdo, literaturas e até mesmo professores que auxiliem no processo é mais facilitado, inclusive porque há representação docente e discente nas comissões. Assim sendo, as respostas positivas demonstram que as CPAs se preocupam em realizar as análises a partir de metodologias que possam corroborar com os objetivos das pesquisas.

Quanto à apresentação dos instrumentos e relatórios que facilitem a interpretação, descobertas e conclusões, com as respostas da questão 8.2, embora 99% dos respondentes apontaram resultados positivos, há que se resgatar as análises dos relatórios realizadas na seção 4.1. Especialmente no que diz respeito ao critério de Descrições e Definições, apresentado no

Gráfico 1, onde 11% dos relatórios ficaram avaliados com C (Trata do ponto, mas perde alguns aspectos cruciais, ou perde vários aspectos importantes, ou é um tanto desorganizado ou pouco claro), nota-se uma discrepância nos resultados. Ou seja, observa-se relatórios ainda deficitários em alguns pontos importantes, que se refletem também nos instrumentos de autoavaliação, os quais muitas vezes não são sequer inclusos nos próprios relatórios.

Conforme relatado na questão 4.4, as CPAs respondentes apontam sua preocupação com a responsabilidade e ética do processo avaliativo, o que se aplica também no que diz respeito ao cuidado quanto ao conflito de interesses ao elaborar o relatório de autoavaliação, questionado na pergunta 8.3. Segundo 95% dos respondentes, há critérios técnicos pré-determinados na condução das análises que evitam a influência ou o conflito de interesses entre os segmentos da comunidade acadêmica na construção do documento. Dentre as respostas, destacam-se 2,5% que apontaram como “não contempla” e 2,5% responderam que não sabem responder.

Portanto, de forma geral, percebe-se que os relatórios são construídos com o máximo de neutralidade, a partir dos critérios técnicos estabelecidos pelas comissões. Isso reforça o atendimento ao critério de validade externa, pois, certamente essa transparência e tecnicidade dos relatórios oferecem mais segurança para a comunidade acadêmica.

A última pergunta deste bloco questiona a presença de justificativa das análises dos resultados da avaliação interna e se as mesmas são apresentadas aos diversos públicos envolvidos nas pesquisas. Somente 1 respondente informou que não sabe responder ou não se aplica. Os demais concordaram que há justificativa e que há também apresentação delas à comunidade acadêmica.

O próprio instrumento de avaliação externa para credenciamento institucional, no seu indicador 1.4, estabelece o seguinte critério para avaliação com nota 5: “Os resultados divulgados, referentes à autoavaliação institucional e às avaliações externas, são analíticos e apropriados por todos os segmentos da comunidade acadêmica” (BRASIL, 2017, p. 10). Portanto, o número de respostas positivas à questão 8.4 reforça ainda mais a preocupação das CPAs em cumprir o previsto pela legislação, e também com a realização de um trabalho condizente com os objetivos da autoavaliação, bem como sua responsabilidade em levar os resultados aos públicos envolvidos.

Ainda ligadas ao critério de validade externa, o bloco 9, apresentado no Quadro 19, traz as questões definidas para atender ao procedimento, especialmente no que diz respeito ao envolvimento do público externo.

Quadro 19 - Estrutura do questionário - bloco 9

Critério de Adequação Técnica: VALIDADE EXTERNA	
Tarefas/ Procedimentos	Questões
9. Julgar a adesão da avaliação aos padrões de avaliação selecionados, princípios ou outros critérios.	9.1 Há preocupação com a participação crescente dos públicos externos à comunidade acadêmica inclusive a sociedade civil organizada em cada processo avaliativo da CPA 9.2 É apresentado ao público externo envolvido o escopo e as exigências legais do processo de autoavaliação 9.3 Justifique/Complemente sua(s) resposta(s)

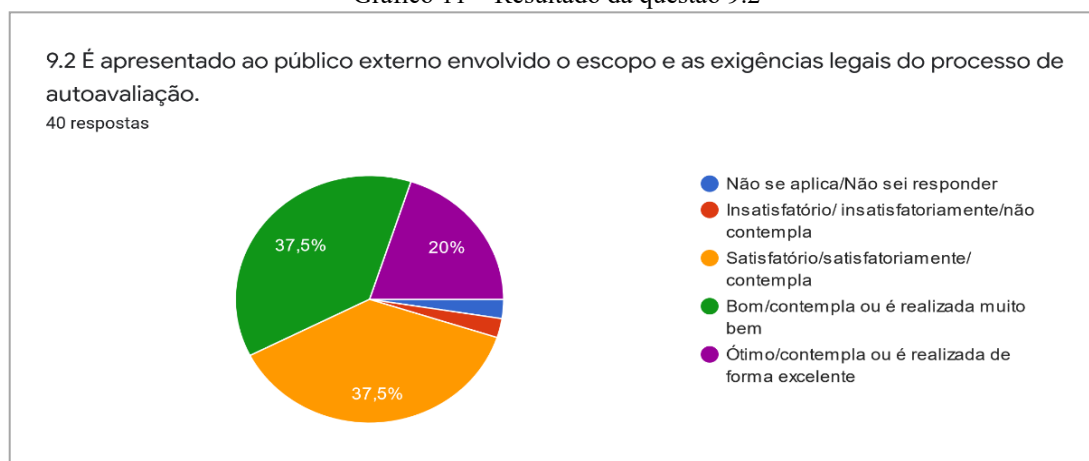
Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Para que a autoavaliação seja cada vez mais aprimorada e que a avaliação possa contemplar todas as premissas estabelecidas pela legislação e pelo instrumento de avaliação externa, a participação crescente dos públicos externos à comunidade acadêmica é fundamental. Isso é o que a questão 9.1 quer averiguar junto às CPAs.

Ainda que 7,5% dos respondentes apontam que não há preocupação com a participação crescente dos públicos externos à comunidade acadêmica inclusive a sociedade civil organizada em cada processo avaliativo, ressalta-se o número significativo de respostas positivas a esta questão: 30% contempla com excelência, 37,5% contempla muito bem e 25% contempla satisfatoriamente. Isso mostra que a maioria das CPAs busca aumentar o número de participantes externos à comunidade acadêmica em suas pesquisas, para consolidar ainda mais o trabalho, trazendo o olhar externo à IES para dentro do seu processo avaliativo.

Para reforçar a validade externa da autoavaliação institucional, é necessário que os envolvidos tenham ciência do escopo de das exigências legais do processo. A questão 9.2 aborda esse tema e, conforme apresentado no Gráfico 11, apresenta resultados bem positivos.

Gráfico 11 – Resultado da questão 9.2



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

A etapa de sensibilização junto aos respondentes das pesquisas é um momento oportuno para levar essa necessidade ao conhecimento do público externo. Isso faz com que, ao receber o instrumento de pesquisa, os respondentes já tenham uma percepção sobre o valor e sobre a seriedade deste processo para uma IES

O décimo bloco de questões (Quadro 20) está ligado ao critério de objetividade que, de acordo com Stufflebean (2011), diz respeito a publicidade dos resultados, ou seja, que sejam documentos objetivos, expressando com fidedignidade os resultados e disponibilizados de forma transparente a todos os envolvidos no processo.

Quadro 20 - Estrutura do questionário - bloco 10

Critério de Adequação Técnica: OBJETIVIDADE	
Tarefas/ Procedimentos	Questões
10. Preparar e enviar os relatórios necessários.	10.1 O modelo de Relatório Anual apresenta dados comparativos dos resultados obtidos no triênio 10.2 Há transparência, no relatório anual, com relação as soluções apontadas e implantadas definidas no Plano de Melhorias 10.3 A CPA se preocupa com o zelo pela escrita e com o formato adequado do relatório de autoavaliação, evitando-se conceitos errôneos, preconceitos e distorções 10.4 O Relatório é disponibilizado a toda comunidade acadêmica em formato impresso ou virtual de fácil acesso 10.5 Justifique/Complemente sua(s) resposta(s)

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

O mesmo teor da questão 10.1 foi analisado na seção 4.1, cujo critério 9 – Comparações, também analisa se há comparações entre os relatórios anteriores. Mesmo em menor proporção, ainda se percebe algumas IES que não atendem a essa exigência estabelecida, especialmente pela Nota Técnica 065/2014.

Na resposta desta pergunta, 7,5% dos respondentes apontam como não contempla quando questionados sobre a apresentação de dados comparativos com relatórios anteriores do triênio, o que se pode comparar às 7 IES que obtiveram conceitos C, D e E na análise dos relatórios referente a esse mesmo tema, o que significa presença deficitária ou inexistente de comparação com relatórios anteriores ou outros tipos de avaliação institucional. Desta forma, ainda que a maioria dos relatórios apresentem esse comparativo, observa-se um número de IES que apresentam uma fragilidade nesse sentido, sinal de alerta para o processo de meta-avaliação.

A questão 10.2 questiona a transparência, no relatório anual, sobre as soluções apontadas e definidas no plano de melhorias da CPA. Apenas 2,5% dos respondentes apontaram

como insatisfatório/não contempla para essa pergunta. Os demais respondentes informam que há transparência: 32,5% de forma excelente, 37,5% boa e 27,5% satisfatória.

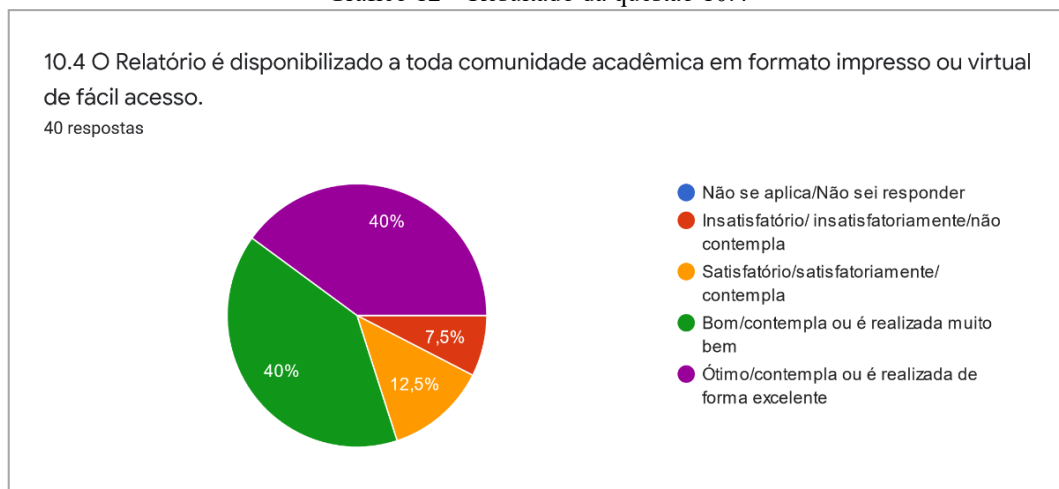
A utilização dos resultados e a proposição de ações é uma das orientações apresentadas no Roteiro da Autoavaliação Institucional, assim sendo, pelo que se pode observar nas respostas da questão 10.2, a maioria das CPAs estão atentas as orientações e expressando suas ações nos seus relatórios anuais.

Quanto a preocupação com o zelo pela escrita e o formato adequado do relatório, de modo a evitar conceitos errôneos, preconceito e distorções, as respostas apresentadas à questão 10.3 reforçam o empenho das CPAs em observar esses pontos em suas análises e apresentar isso na formatação e escrita dos relatórios. Apenas 2,5% dos respondentes ficaram com a opção “não se aplica/não sei responder”, todas as demais respostas se dividiram entre satisfatoriamente, muito bem ou de forma excelente.

Essa questão também foi abordada na análise dos relatórios, realizada na seção anterior, ao analisar o item 2 da Lista Chave de Scriven (2007): Descrições e Definições. Neste item de análise dos relatórios observou-se uma consonância entre o que foi observado nos relatórios e o que as CPAs responderam, uma vez que 89% dos relatórios analisados apresentaram o cumprimento das orientações dos órgãos reguladores seguindo uma padronização das informações o que favorece a interpretação da comunidade acadêmica e da sociedade e aqui, 97,5% dos respondentes afirmaram que se preocupam com o texto e com a precaução quanto a conceitos errôneos, preconceitos e distorções.

A última questão deste bloco diz respeito à publicização dos relatórios.

Gráfico 12 – Resultado da questão 10.4



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

De acordo com o Gráfico 12, ainda que a maioria dos membros das CPAs apontem uma resposta positiva, observa-se que há comissões com fragilidade nesse quesito.

O instrumento de avaliação externa para credenciamento institucional) em seu indicador 1.4: Autoavaliação Institucional e Avaliações Externas: análise e divulgação dos resultados, traz como critério de análise para o conceito 5: “Os resultados divulgados, referentes à autoavaliação institucional e às avaliações externas, são analíticos e apropriados por todos os segmentos da comunidade acadêmica” (BRASIL, 2017, p. 10).

Para que possa ser apropriado por todos os segmentos da comunidade acadêmica, é importante que os resultados presentes nos relatórios da avaliação institucional interna estejam disponibilizados e de fácil acesso de todos. Aqui, novamente nos reportamos às análises realizadas na seção anterior, onde a etapa da pesquisa mostrou que das 94 IES pesquisadas, foram encontrados apenas 38 relatórios, disponíveis nos *websites* das instituições. Isso demonstra que, não obstante as CPAs respondentes tenham indicado positiva a resposta sobre a publicização e acesso aos relatórios por toda a comunidade acadêmica, ainda há algumas fragilidades nesse sentido, como foi apresentado na seção 4.1.

Partindo para o final do questionário aplicado, o último bloco de perguntas traz o critério de confiabilidade, ligado a tarefa de ajudar o cliente e outras partes interessadas a interpretar e analisar os resultados.

Segundo Gomes (2015), o processo de mentoria é útil para acompanhar, orientar, servir de exemplo e também para compartilhar informações sobre sua experiência, provocando reflexões. Foi nesse sentido que a questão 11.1 questionou os membros das CPAs sobre essa prática, para investigar algum tipo de movimento nessa direção nas análises dos resultados da autoavaliação. Conforme pode ser observado no Gráfico 13, as respostas ficam bem divididas entre os que afirmam haver mentoria junto aos segmentos da comunidade interna das IES e os que não contemplam esse processo.

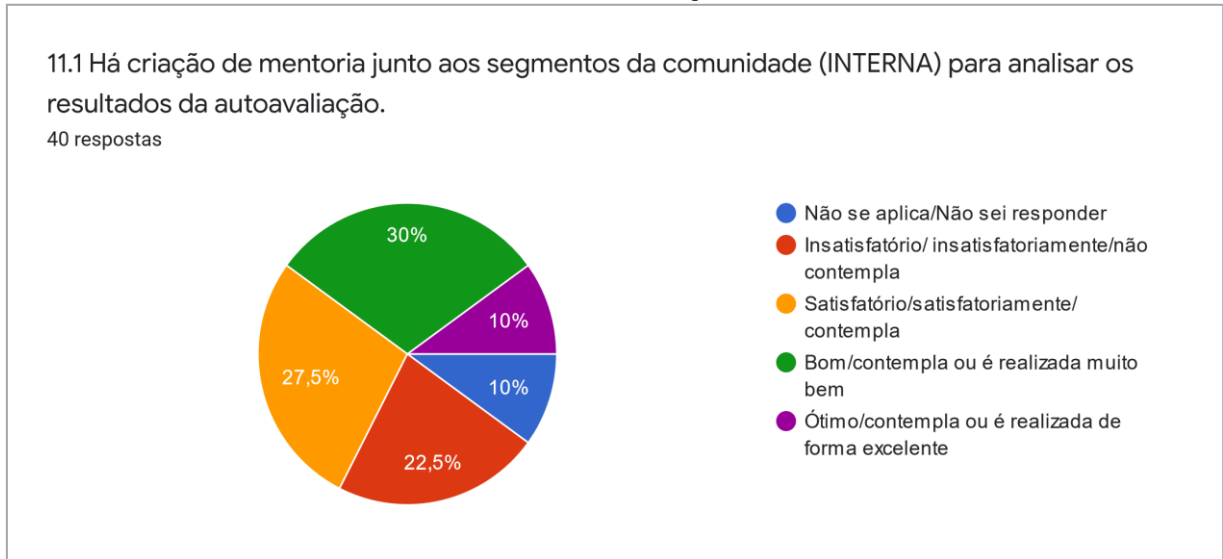
Quadro 21 - Estrutura do questionário - bloco 11

Critério de Adequação Técnica: CONFIABILIDADE	
Tarefas/ Procedimentos	Questões
11. Conforme apropriado, ajudar o cliente e outras partes interessadas a interpretar e analisar os resultados.	11.1 Há criação de mentoria junto aos segmentos da comunidade (INTERNA) para analisar os resultados da autoavaliação 11.2 Há alguma ação para auxílio à comunidade (EXTERNA) a interpretar e analisar os resultados da autoavaliação 11.3 Justifique/Complemente sua(s) resposta(s)

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Cerca de 67,5% das respostas apontam que a mentoria é realizada nas IES para a análise dos resultados da autoavaliação junto à comunidade interna, no entanto nota-se que destas, somente 10% realizam de forma excelente, ou seja, ainda pode-se melhorar e aprimorar o processo existente. Além disso, ressalta-se o número de respostas que ficaram entre não contempla ou não se aplica/não sei responder: 32,5%.

Gráfico 13 – Resultado da questão 11.1



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

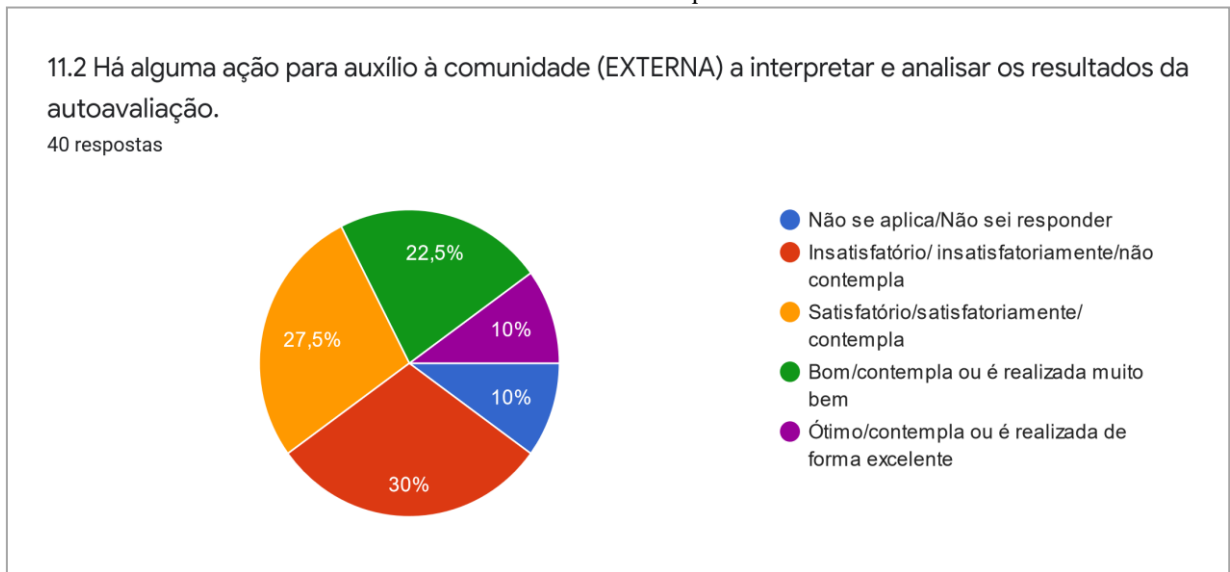
A utilização de mentoria para a interpretação dos resultados junto à comunidade interna faz com que a CPA possa se aproximar ainda mais dos *stakeholders*, bem como por meio de sua própria experiência, fazer com que se possa refletir e conhecer benefícios e possibilidades que a autoavaliação pode trazer para a IES como um todo.

Já, na pergunta 11.2, questiona sobre algum tipo de ação para auxílio à comunidade externa para análise e interpretação dos resultados da autoavaliação, o percentual de respostas está ainda mais dividido, como apresenta o Gráfico 14.

Neste resultado, percebe-se um número ainda maior (40%) de comissões que afirmam não existir ação para auxílio a comunidade externa na análise e interpretação dos resultados da autoavaliação, ou que não se aplica/não sabe responder.

Mesmo tendo uma maioria com respostas positivas, da mesma forma que na questão anterior, apenas 10% realiza ações de forma excelente.

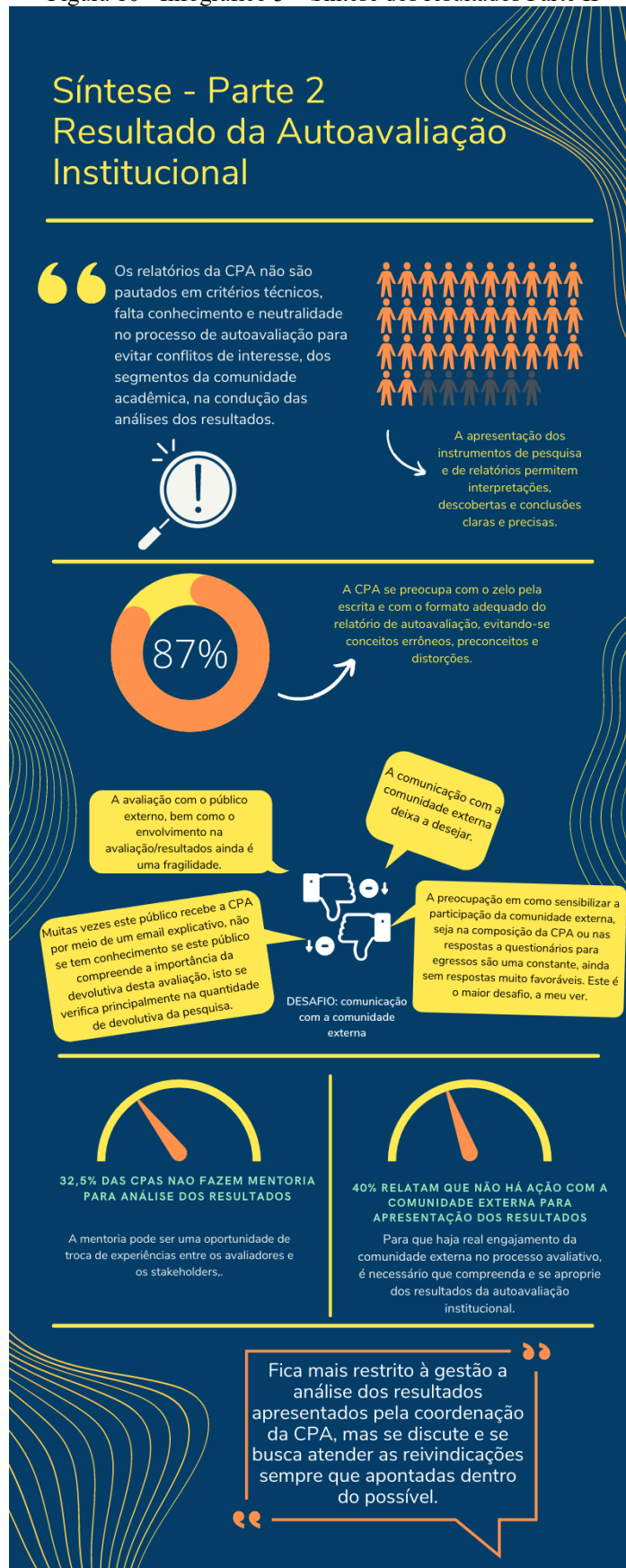
Gráfico 14 – Resultado da questão 11.2



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Como síntese da parte 2 da pesquisa, apresenta-se a seguir o infográfico 3, contemplando, além dos resultados mais relevantes, os principais comentários das questões abertas de cada um dos blocos de perguntas.

Figura 10 - Infográfico 3 – Síntese dos resultados Parte II



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Para que haja real engajamento da comunidade externa no processo avaliativo, é necessário que compreenda e se aproprie dos resultados da autoavaliação institucional, uma vez que todos os documentos normativos orientam que os públicos envolvidos conheçam e participem das ações concretas realizadas a partir dos resultados da avaliação interna.

5 PROPOSTA DE INSTRUMENTO DE META-AVALIAÇÃO

O objetivo geral deste estudo é, justamente, elaborar um instrumento de meta-avaliação aplicável a autoavaliações institucionais de IES brasileiras, que pertençam ao sistema federal de ensino e, portanto, sigam as diretrizes e regulamentações do SINAES.

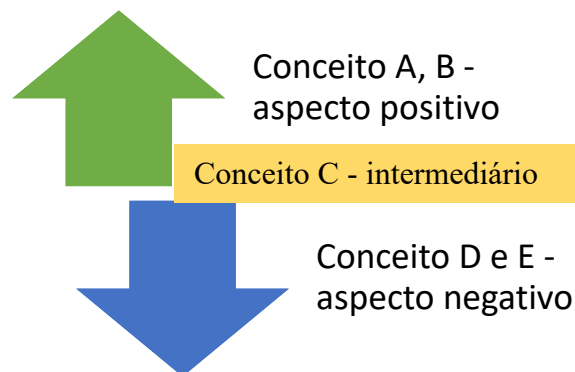
Para Furtado e Laperrière (2012) meta-avaliação não tem a pretensão de “estabelecer hegemonias ou tentar homogeneizar procedimentos, restringindo opções e dizendo qual é o método”. Dessa forma, a presente proposta tem o intuito de ser uma ferramenta capaz de auxiliar o processo autoavaliativo, garantindo a autonomia e a pluralidade das CPAs em suas respectivas IES, mas, “gerando subsídios para a escolha mais adequada (a partir da avaliação de avaliações) dentre as muitas possíveis, segundo o que se pretende fazer e levando-se em consideração a qualidade das mesmas” (FURTADO; LAPERRIÈRE, 2012, p. 697).

Assim, a partir da pesquisa bibliográfica que apontou os principais autores da área, subsidiando com suas teorias e conceitos a análise dos relatórios de autoavaliação das IES catarinenses e a aplicação dos questionários das CPAs das mesmas IES, foi possível chegar aos atributos, critérios e indicadores que serviram de base para a elaboração do instrumento de meta-avaliação, que será apresentado neste capítulo.

Além disso, as principais fragilidades encontradas tanto na análise dos relatórios, quando nos resultados dos questionários aplicados são os pontos de atenção para a meta-avaliação do processo de avaliação interna. Para tanto, foi necessário dividir os conceitos intermediários de acordo com o contexto da pergunta.

A Figura 11 mostra a divisão dos conceitos utilizados para a análise dos relatórios:

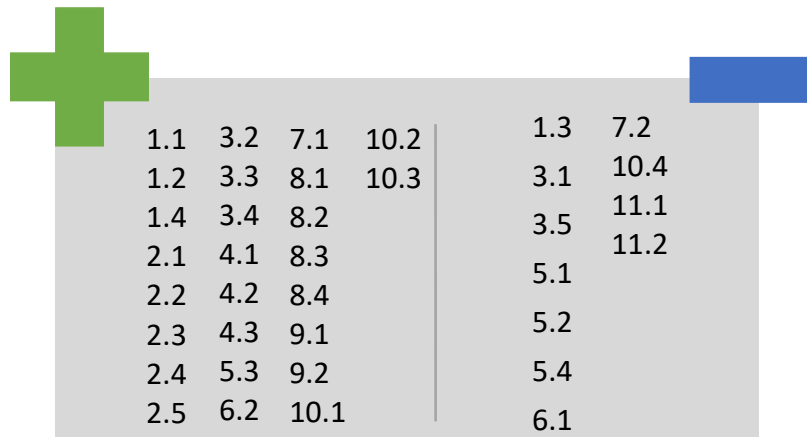
Figura 11 - Aspectos dos conceitos utilizados nas análises dos relatórios



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Na análise dos resultados do questionário, o contexto da pergunta definiu a posição da resposta intermediária (Satisfatório/satisfatoriamente/contempla), conforme a Figura 12 a seguir:

Figura 12 - Aspectos positivos ou negativos da resposta intermediária nas questões



1.1	3.2	7.1	10.2	1.3	7.2
1.2	3.3	8.1	10.3	3.1	10.4
1.4	3.4	8.2		3.5	11.1
2.1	4.1	8.3		5.1	11.2
2.2	4.2	8.4		5.2	
2.3	4.3	9.1		5.4	
2.4	5.3	9.2		6.1	
2.5	6.2	10.1			

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Considerando as análises realizadas e a definição dos aspectos positivos e negativos das respostas intermediárias foi possível determinar a estrutura do instrumento de meta-avaliação para a autoavaliação institucional.

Uma vez que “os passos fundamentais num processo de meta-avaliação são a apropriada seleção das perguntas de metaavaliação, a definição dos critérios que serão usados para o julgamento do sistema de avaliação e a metodologia de análise” (DAVOK, 2006, p. 94), a organização do instrumento considerou, dentre o que foi estudado, o que é cabível a uma meta-avaliação para o processo de autoavaliação institucional, ou seja, adaptações, interpretações e realocações foram necessárias para estabelecer os parâmetros. Portanto, o instrumento ficou organizado da seguinte forma:

a) **Estrutura:** etapas da autoavaliação institucional previstas no Roteiro de Autoavaliação (INEP, 2004)

b) **Atributos:** Padrões estabelecidos pelo JCSEE (2019) aplicáveis à meta-avaliação relacionados ao processo de autoavaliação institucional

c) **Critérios:** Fragilidades encontradas nas análises dos relatórios de autoavaliação e nos resultados do questionário aplicado, critérios de meta-avaliação de Stufflebean (2011) e

lista chave de verificação da avaliação de Scriven, no que couber ao processo de autoavaliação institucional de IES.

d) **Indicadores:** Instrumentos de Avaliação Institucional Externa (INEP, 2017), Dimensões e Eixos do SINAES, documentos orientadores e legislações acerca da autoavaliação institucional.

Como conceitos para mensurar cada uma das questões, optou-se pela classificação de Davidson (2005), que traz as letras A, B, C, D e E, e suas respectivas classificações na legenda.

O Quadro 22 apresenta a estrutura, atributos, critérios e indicadores que levaram à elaboração das questões que fazem parte do instrumento de meta-avaliação para a autoavaliação institucional.

Quadro 22 - Estrutura das questões para o instrumento de meta-avaliação

Etapa	Fase do Processo	Atributos	Crítérios	Indicadores	Questões
Preparação - PLANEJAMENTO	Constituição	Utilidade	- Respostas Questionário	- Sinaes (art.11) - Bases Sinaes (2004) - Portaria 2051/2004	1. A regulamentação interna da IES estabelece a forma de composição, a duração do mandato de seus membros, a dinâmica de funcionamento e a especificação de atribuições da CPA. 2. Há participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica (docente, discente e técnico-administrativo) e de representantes da sociedade civil organizada na comissão, sem existência de maioria absoluta por parte de qualquer um dos segmentos representados. 3. A CPA atua com autonomia em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na IES. 4. Há capacitação continuada para os membros da CPA.
	Sensibilização	Utilidade/ Viabilidade	- Respostas Questionário	- IA - Portaria 2051/2004	5. A sensibilização da Comunidade Acadêmica é realizada anualmente pela CPA. 6. A CPA estabelece estratégias de sensibilização específicas para cada um dos públicos envolvidos na autoavaliação institucional. 7. As estratégias de sensibilização visam promover o engajamento crescente de todos os públicos envolvidos na autoavaliação.

	Elaboração do Projeto de Autoavaliação	Viabilidade / Propriedade	- Respostas Questionário - Critérios de Stufflebean (2011)	- IA - Bases Sinaes (2004) - Sinaes	8. Há projeto de autoavaliação elaborado pela CPA para o ciclo avaliativo vigente. 9. O projeto de autoavaliação contempla as necessidades institucionais de acordo com o PDI, bem como atende os requisitos estabelecidos na legislação e nos instrumentos de avaliação externa. 10. Todos os membros da CPA contribuem na elaboração e execução do projeto de autoavaliação institucional e revisitam periodicamente este documento a fim de embasar suas ações.
Desenvolvimento - PROCESSO	Ações	Viabilidade / Precisão	- Respostas Questionário - Critérios de Stufflebean (2011)	- IA - Portaria 2051/2004 - Bases Sinaes (2004)	11. Há reuniões periódicas da CPA para sistematização de demandas/ideias/sugestões acerca do processo de avaliação interna. 12. Há conhecimento da CPA sobre a Lei do SINAES e das demais legislações referentes a autoavaliação institucional. 13. Há realização de reuniões da CPA com os demais órgãos da instituição a fim de coletar informações e discutir sobre a autoavaliação (Gestão, NDE, colegiados etc.). 14. Há criação de grupo focal, ou entrevistas com vários segmentos da comunidade acadêmica, para discutir os resultados e elaboração do Plano de Melhorias.
	Levantamento de Dados e Informações	Precisão / Propriedade	- Respostas Questionário - Critérios de Stufflebean (2011)	- IA - Portaria 2051/2004 - Bases Sinaes (2004)	15. A CPA se utiliza de diversos instrumentos para coleta de dados: entrevistas, questionários, grupos focais e outros. 16. Há participação de todos os membros da CPA na elaboração dos instrumentos de pesquisa. 17. Há definição prévia de metodologia para a coleta de dados, a fim de sustentar as análises posteriores. 18. As 10 dimensões do Sinaes estão contempladas nos instrumentos de avaliação.
	Análise das Informações e Relatórios Parciais	Utilidade / Precisão	- Análise relatórios - Respostas Questionário - Lista Chave Scriven (2007)	- IA - NT 065/2004 - Bases Sinaes (2004)	19. As análises das informações são realizadas pela CPA, com base na metodologia definida. 20. Os resultados da avaliação externa e de desempenho de estudantes são considerados para a análise das informações. 21. Os relatórios parciais contemplam uma visão analítica e interpretativa dos resultados obtidos em cada etapa da avaliação. 22. O relatório parcial contempla as informações e ações desenvolvidas pela CPA no ano de referência, explicitando os eixos trabalhados. 23. A CPA se preocupa em subsidiar com suas análises a gestão institucional.

Consolidação - RESULTADOS	Relatório	Propriedade / Precisão / Responsabilização	- Análise relatórios - Lista Chave Scriven (2007)	- IA - NT 065/2004 - Bases Sinaes (2004)	24. Os relatórios parciais e integral são encaminhados anualmente ao MEC, dentro do prazo estabelecido. 25. O relatório integral contempla o conteúdo relativo aos dois relatórios parciais anteriores, a sua relação com o PDI e aborda todos os eixos do instrumento, de acordo com as atividades acadêmicas e de gestão. 26. O relatório integral é apresentado em cinco partes: introdução, metodologia, desenvolvimento, análise dos dados e das informações e ações previstas com base nessa análise. 27. Há transparência, no relatório anual, com relação as soluções apontadas e implantadas definidas no Plano de Melhorias. 28. O relatório apresenta as ações da CPA, bem como a avaliação do processo de autoavaliação institucional, apresentando recomendações específicas de melhoria do processo.
	Divulgação	Utilidade / Propriedade	- Respostas questionário - Critérios de Stufflebean (2011)	- IA - Portaria 2051/2004 - Bases Sinaes (2004)	29. É realizada divulgação dos resultados de modo a oportunizar a apresentação pública e a discussão dos resultados alcançados. 30. Há criação de mentoria ou outra estratégia junto aos segmentos da comunidade academia (interna) para auxiliá-los na análise dos resultados da autoavaliação. 31. A CPA realiza ação para auxílio à comunidade externa a interpretar e analisar os resultados da autoavaliação. 32. Os resultados da avaliação interna são apropriados por todos os segmentos da comunidade acadêmica.
	Balanco Crítico	Responsabilização	- Respostas questionário - Critérios de Stufflebean (2011) - Lista Chave Scriven (2007)	- IA - Portaria 2051/2004 - Bases Sinaes (2004)	33. O plano de melhorias elaborado pela CPA, é apresentado para a gestão da IES, para sua aplicação. 34. Há interação da CPA com a gestão da IES para aplicação do plano de melhorias, consolidando o processo de autoavaliação. 35. A CPA analisa, ao final de cada ano, as estratégias utilizadas, as dificuldades e os avanços apresentados. 36. É realizada uma avaliação de cada uma das etapas do processo de autoavaliação a fim de discutir e implementar melhorias para o próximo ciclo.

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

O processo de autoavaliação institucional, segundo Gimenes (2007, p. 227), “não se encerra nas conclusões de seus relatórios ou nas ações realizadas a partir de seus resultados”, pois, trata-se de um processo cíclico e contínuo que deve ser aprimorado e revisado permanentemente para garantir que realize seu importante papel para as IES e para a sociedade.

Foi com esse intuito que o instrumento de meta-avaliação para autoavaliação institucional de IES foi elaborado, como uma ferramenta que possa auxiliar as CPAs na sua importante missão diante da Educação Superior brasileira.

A seguir, apresenta-se, então, a proposta de **Instrumento de Meta-Avaliação para a Autoavaliação Institucional** que possa ser aplicado nas IES a fim de corroborar com a legislação vigente que determina o processo das avaliações internas.

Quadro 23 – Instrumento de Meta-avaliação do Processo de Autoavaliação de IES

INSTRUMENTO DE META-AVALIAÇÃO PARA AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DE IES

IES: _____ ANO: _____

RESPONSÁVEL PELA META-AVALIAÇÃO: _____

Etapa	Fase	Questão	Avaliação	Justificativa
Preparação	Constituição	1. A regulamentação interna da IES estabelece a forma de composição, a duração do mandato de seus membros, a dinâmica de funcionamento e a especificação de atribuições da CPA.	A B C D E <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	
		2. Há participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica (docente, discente e técnico-administrativo) e de representantes da sociedade civil organizada na comissão, sem existência de maioria absoluta por parte de qualquer um dos segmentos representados.	A B C D E <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	
		3. A CPA atua com autonomia em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na IES	A B C D E <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	
		4. Há capacitação continuada para os membros da CPA.	A B C D E <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	
	Sensibilização	5. A sensibilização da Comunidade Acadêmica é realizada anualmente pela CPA.	A B C D E <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	
		6. A CPA estabelece estratégias de sensibilização específicas para cada um dos públicos envolvidos na autoavaliação institucional.	A B C D E <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	
		7. As estratégias de sensibilização visam promover o engajamento crescente de todos os públicos envolvidos na autoavaliação.	A B C D E <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	

Elaboração do Projeto	8. Há projeto de autoavaliação elaborado pela CPA para o ciclo avaliativo vigente.	A B C D E <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	
	9. O projeto de autoavaliação contempla as necessidades institucionais de acordo com o PDI, bem como atende os requisitos estabelecidos na legislação e nos instrumentos de avaliação externa.	A B C D E <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	
	10. Todos os membros da CPA contribuem na elaboração e execução do projeto de autoavaliação institucional e revisitam periodicamente este documento a fim de embasar suas ações.	A B C D E <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	
Ações	11. Há reuniões periódicas da CPA para sistematização de demandas/ideias/sugestões acerca do processo de avaliação interna.	A B C D E <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	
	12. Há conhecimento da CPA sobre a da Lei do SINAES e das demais legislações referentes a autoavaliação institucional.	A B C D E <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	
	13. Há realização de reuniões da CPA com os demais órgãos da instituição a fim de coletar informações e discutir sobre a autoavaliação (Gestão, NDE, colegiados etc.).	A B C D E <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	
	14. Há criação de grupo focal, ou entrevistas com vários segmentos da comunidade acadêmica, para discutir os resultados e elaboração do Plano de Melhorias.	A B C D E <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	
Levantamento de Dados e Informações	15. A CPA se utiliza de diversos instrumentos para coleta de dados: entrevistas, questionários, grupos focais e outros.	A B C D E <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	
	16. Há participação de todos os membros da CPA na elaboração dos instrumentos de pesquisa.	A B C D E <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	
	17. Há definição prévia de metodologia para a coleta de dados, a fim de sustentar as análises posteriores.	A B C D E <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	
	18. As 10 dimensões do SINAES estão contempladas nos instrumentos de avaliação.	A B C D E <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	

Análise das Informações e Relatórios Parciais	19. As análises das informações são realizadas pela CPA, com base na metodologia definida.	A B C D E <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>		
	20. Os resultados da avaliação externa e de desempenho de estudantes são considerados para a análise das informações.	A B C D E <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>		
	21. Os relatórios parciais contemplam uma visão analítica e interpretativa dos resultados obtidos em cada etapa da avaliação.	A B C D E <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>		
	22. O relatório parcial contempla as informações e ações desenvolvidas pela CPA no ano de referência, explicitando os eixos trabalhados.	A B C D E <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>		
	23. A CPA se preocupa em subsidiar com suas análises a gestão institucional.	A B C D E <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>		
Consolidação	Relatório	24. Os relatórios parciais e integral são encaminhados anualmente ao MEC, dentro do prazo estabelecido.	A B C D E <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	
		25. O relatório integral contempla o conteúdo relativo aos dois relatórios parciais anteriores, a sua relação com o PDI e aborda todos os eixos do instrumento, de acordo com as atividades acadêmicas e de gestão.	A B C D E <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	
		26. O relatório integral é apresentado em cinco partes: introdução, metodologia, desenvolvimento, análise dos dados e das informações e ações previstas com base nessa análise.	A B C D E <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	
		27. Há transparência, no relatório anual, com relação as soluções apontadas e implantadas definidas no Plano de Melhorias.	A B C D E <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	
		28. O relatório apresenta as ações da CPA, bem como a avaliação do processo de autoavaliação institucional, apresentando recomendações específicas de melhoria do processo.	A B C D E <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	
Divulgação	29. É realizada divulgação dos resultados de modo a oportunizar a apresentação pública e a discussão dos resultados alcançados.	A B C D E <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>		

Balanco Crítico	30. Há criação de mentoria ou outra estratégia junto aos segmentos da comunidade academia (interna) para auxiliá-los na análise dos resultados da autoavaliação.	A B C D E <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	
	31. A CPA realiza ação para auxílio à comunidade externa a interpretar e analisar os resultados da autoavaliação.	A B C D E <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	
	32. Os resultados da avaliação interna são apropriados por todos os segmentos da comunidade acadêmica.	A B C D E <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	
	33. O plano de melhorias elaborado pela CPA, é apresentado para a gestão da IES, para sua aplicação.	A B C D E <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	
	34. Há interação da CPA com a gestão da IES para aplicação do plano de melhorias, consolidando o processo de autoavaliação.	A B C D E <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	
	35. A CPA analisa, ao final de cada ano, as estratégias utilizadas, as dificuldades e os avanços apresentados.	A B C D E <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	
	36. É realizada uma avaliação de cada uma das etapas do processo de autoavaliação a fim de discutir e implementar melhorias para o próximo ciclo.	A B C D E <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	

A = Atinge todos os aspectos principais deste ponto e os expressa de forma clara e concisa.

B = Atinge a maioria dos aspectos relativos a este ponto, mas não cobre um ou dois deles, ou trata dos ingredientes principais, mas não é 100% claro.

C = Trata do ponto, mas perde alguns aspectos cruciais, ou perde vários aspectos importantes, ou é um tanto desorganizado ou pouco claro.

D = Tem um ou dois elementos que parecem tratar implicitamente do ponto, mas o tratamento é deficiente.

E = Perde o ponto totalmente

Fonte: Elaborado pela autora (2021), legenda (DAVIDSON, 2005, p.217).

O instrumento apresentado acima é um protótipo desenvolvido a partir dos estudos desta pesquisa, no entanto, poderá ser complementado e ajustado por meio de estudos futuros, à medida que for aplicado pelas CPAs. Como qualquer outro tipo de avaliação, a meta-avaliação pode ter

um papel formativo ao ajudar uma avaliação a obter sucesso; e um papel somativo ao ajudar as partes interessadas a julgar o mérito da autoavaliação e seu valor diante dos seus objetivos. Por isso, é um campo com muitas possibilidades de desenvolvimento e atuação.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação superior no Brasil é considerada tardia, ou seja, comparada a maioria dos demais países, pode-se dizer que ainda está em fase de desenvolvimento e consolidação. Conseqüentemente, a avaliação institucional é recente e incipiente e ainda tem diversas lacunas a serem preenchidas, não obstante haja um esforço do MEC/INEP para sua efetivação e concretização. Uma dessas lacunas é a meta-avaliação, que é altamente recomendada nos mais diversos documentos e legislações acerca da avaliação e da autoavaliação institucional, mas ainda precisa ser melhor estudada, aplicada e qualificada, tanto pelos órgãos reguladores quanto pelos próprios avaliadores.

Pela carência de literatura nacional sobre meta-avaliação relacionada à autoavaliação de instituições de educação superior, utiliza-se, na maioria das publicações, os referenciais internacionais da área, que trazem todo o embasamento sobre o tema com diversos autores reconhecidos, mas que tratam o tema de forma geral, a partir das experiências de seus próprios países. Ou seja, há necessidade de um aprofundamento deste campo de estudo no Brasil, com pesquisas que corroborem com o que preconiza a legislação educacional sobre a avaliação e autoavaliação institucional de IES.

Esta pesquisa, portanto, apresentou um histórico evolutivo da educação superior brasileira, em especial no que diz respeito ao Sistema Nacional de Avaliação Institucional e, mais especificamente, a autoavaliação institucional. Desta forma, com a realização deste estudo sobre meta-avaliação e sua relação com o processo avaliativo de IES, tendo por base os principais estudiosos da área, o estudo dos relatórios da avaliação interna das IESs e o levantamento de opiniões de uma amostragem significativa de membros das CPAs, acredita-se ter respondido a pergunta de pesquisa: Quais os atributos, critérios e indicadores são apropriados para a estruturação de um instrumento de operacionalização da meta-avaliação, inerente ao processo e aos resultados da autoavaliação institucional em instituições de Educação Superior brasileiras?

A partir das três etapas previstas na metodologia: revisão da literatura, análise dos relatórios de autoavaliação e *survey* com as CPAs das IES catarinenses, verificou-se que, adaptando e correlacionando o que apresenta a literatura internacional e nacional com a legislação educacional brasileira, documentos orientadores e instrumentos de avaliação externa, foi possível construir este instrumento para atender a necessidade de avaliar o processo de autoavaliação institucional.

O produto desta pesquisa apresenta uma nova perspectiva às CPAs, para que seu trabalho não se encerre com a publicação do relatório de autoavaliação, mas que seja contínuo, evolutivo e que possa contribuir, de fato, com a qualidade da educação superior do país. Esta é a finalidade da meta-avaliação da avaliação interna das IES: possibilitar a todos os envolvidos no processo avaliativo, o entendimento e a visão dos seus pontos positivos e negativos, caracterizando sua função somativa e, também, promover *feedbacks* contínuos sobre a qualidade do planejamento, operacionalização e resultados da autoavaliação orientando a função formativa da avaliação.

O desafio para a aplicação desta proposta é o engajamento dos membros das CPAs, e a adesão necessária à cultura avaliativa que, ainda, não está bem consolidada nas IESs. Diante da possibilidade de serem avaliados, talvez possa haver algum tipo de resistência dos próprios avaliadores. Portanto, é importante pensar também no desenvolvimento de estratégias para garantir o comprometimento das comissões nessa tarefa de meta-avaliar seu trabalho.

O instrumento de meta-avaliação para a autoavaliação institucional, resultante desta pesquisa, é apenas o início de um amplo campo de possibilidades de estudos e aprofundamentos acerca do tema. Assim sendo, recomenda-se a continuidade da pesquisa com a aplicação deste instrumento às CPAs de todas as IES brasileiras, como forma de testagem e abertura para novas discussões sobre o assunto

Além disso, sugere-se que o INEP, responsável pela coordenação e supervisão da avaliação institucional (interna e externa) no Brasil, desenvolva algum sistema em que seja permitido que os resultados das meta-avaliações das IESs, coordenado pelas CPAs, “converse” com os relatórios das avaliações externas de cursos e instituições. Utilizando os resultados da meta-avaliação, a partir de um instrumento, talvez seja possível complementar o processo, uma vez que os relatórios parciais e integral das CPAs, que são disponibilizados anualmente no Sistema e-MEC, por seu formato e tamanho, provavelmente não são analisados profundamente como proposto na regulamentação.

Este estudo não teve a intenção de apresentar uma proposta definitiva de meta-avaliação, mas sim, favorecer o debate sobre a sua importância para o aperfeiçoamento da autoavaliação institucional e para a qualificação da educação superior no Brasil, no sentido de promover o desenvolvimento de processos avaliativos mais consistentes nas instituições de educação superior capazes de gerar transformações e melhorias no âmbito institucional e social.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Lourdes. **Gestão em Instituições de Educação Superior**: proposta de referencial fundamentado na abordagem da gestão do conhecimento. Tese (Doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento) - Universidade Federal de Santa Catarina, , Florianópolis, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/171724>. Acesso em: 17 jul. 2019.
- BIANCHETTI, Lucídio; SGUISSARDI, Valdemar. **Da Universidade à Commoditydade ou de como e quando, se a educação/formação é sacrificada no altar do mercado, o futuro da universidade se situaria em algum lugar do passado**. São Paulo: Mercado das Letras, 2017.
- BORTOLANZA, Juarez. Trajetória do Ensino Superior Brasileiro: uma busca da origem até a atualidade. *In*: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA, 2017, Mar del Plata. **Anais ...** Florianópolis: UFSC, 2017. p. 1-16. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/181204/101_00125.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 04 set. 2020.
- BRASIL. **Decreto nº 14.343, de 7 de setembro de 1920**. Institue a Universidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Estados Unidos do Brasil, 1920. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-14343-7-setembro-1920-570508-publicacaooriginal-93654-pe.html>. Acesso em: 02.mai. 2020.
- BRASIL. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Senado Federal, 1961. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html#:~:text=Fixa%20as%20Diretrizes%20e%20Bases%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Nacional.&text=a%20condena%C3%A7%C3%A3o%20a%20qualquer%20tratamento,de%20classe%20ou%20de%20ra%C3%A7a.&text=2%C2%BA%20A%20educa%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A9%20direito,no%20lar%20e%20na%20escola>. Acesso em: 10 jul. 2020.
- BRASIL. **Lei nº 5540, de 28 de novembro de 1968**. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Brasília, DF, 03 dez. 1968. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15540.htm. Acesso em: 13 jul. 2020.
- BRASIL. **Decreto Lei nº 464, de 11 de fevereiro de 1969**. Estabelece normas complementares à Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, e dá outras providências. Brasília: Senado Federal, 1969. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1960-1969/decreto-lei-464-11-fevereiro-1969-376438-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 12 jul. 2020.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Portaria nº 130, de 14 de julho de 1993.** Cria o Programa de Avaliação Institucional nas Universidades Brasileiras. Brasília: Diário Oficial da República Federativa do Brasil, nº 133, de 15/07/1993, seção 1, p. 9881, 1993. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/1168378/pg-73-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-15-07-1993>. Acesso em: 14 abr. 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995.** Altera os dispositivos da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e dá outras providências. Brasília: Senado Federal, 1961. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19131.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%209.131%2C%20DE%2024%20DE%20NOVEMBRO%20DE%201995.&text=Altera%20dispositivos%20da%20Lei%20n%C2%BA,eu%20sanciono%20a%20seguinte%20Lei%3A&text=%C2%A7%203%C2%BA%20O%20ensino%20militar%20ser%C3%A1%20regulado%20por%20lei%20especial. Acesso em: 19 jul. 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 28 mar. 2019.

BRASIL. **Medida Provisória nº 147, de 15 de dezembro de 2003.** Institui o Sistema Nacional de Avaliação e Progresso do Ensino Superior e dispõe sobre a avaliação do ensino superior. Convertida na Lei nº 10.861, de 2004. Brasília: Senado Federal, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/antigas_2003/147.htm. Acesso em: 28 abr. 2019.

BRASIL. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.** Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Brasília, 15 abr. 2004a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm. Acesso em: 28 mar. 2019.

BRASIL. Comissão Especial de Avaliação. **SINAES: bases para uma nova proposta de avaliação da educação superior brasileira.** Brasília: Inep, 2004b. 137 p. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes_e_exames_da_educacao_superior/bases_para_uma_nova_proposta_de_avaliacao_da_educacao_superior_brasileira.pdf. Acesso em: 04 mar. 2020.

BRASIL. **Portaria nº 2051, de 09 de julho de 2004.** Regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído na Lei no 10.861, de 14 de abril de 2004c. Brasília, n. 2051. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/PORTARIA_2051.pdf. Acesso em: 01 ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Nota Técnica INEP/DAES/CONAES N°65/2014.** Roteiro para Relatório de Autoavaliação Institucional. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. Brasília, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Instrumento de Avaliação Institucional Externa: Recredenciamento e Transformação de Organização Acadêmica.** Brasília DF, 2017. Disponível em: Disponível em:

http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/instrumentos/2017/IES_recredenciamento.pdf. Acesso em: 11 out. 2020

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Avaliação in Loco**. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/avaliacao-in-loco>. Acesso em: 26 nov. 2020.

COELHO, Sintia Said; VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. A CRIAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: o desafio tardio na América Latina. *In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA DO SUL*, 2009, 9., Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2009. p. 1-13. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/37012/A%20cria%C3%A7%C3%A3o%20das%20institui%C3%A7%C3%B5es%20de%20ensino%20superior%20no%20Brasil%2000%20desafio%20tardio%20na%20Am%C3%A9rica%20Latina.pdf?sequence=1>. Acesso em: 28 mar. 2020.

DAVIDSON, E. J. **Evaluation methodology basics**. Thousands Oaks, CA: Sage, 2005.

DAVOK, Delsi Fries. **Modelo de meta-avaliação de processos de avaliação da qualidade de cursos de graduação**. 2006. 272 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/88899/231045.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 19 maio 2020.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação da educação superior: avanços e riscos. **Eccos Revista Científica**, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 67-93, jul. 2008. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=71509904>. Acesso em: 31 maio 2020.

DIAS SOBRINHO, José. **Universidade e avaliação**. Entre a ética e o mercado. Florianópolis: Insular, 2002.

ELLIOT, Ligia Gomes. Meta-avaliação: das abordagens às possibilidades de aplicação. **Ensaio**, v. 19, n. 73, p. 1-23, out. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ensaio/v19n73/11.pdf>. Acesso em: 19 maio 2020.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A Universidade no Brasil: das origens à reforma universitária de 1968. **Educar**, v. 1, n. 28, p. 17-36, set. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/er/n28/a03n28>. Acesso em: 11 jun. 2020.

FRANCISCO, Thiago Henrique Almino *et al.* Análise epistemológica da avaliação institucional da educação superior brasileira: reflexões sobre a transposição de paradigmas. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, v. 20, n. 2, p. 531-562, jul. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/aval/v20n2/1414-4077-aval-20-02-00531.pdf>. Acesso em: 11 set. 2020.

FREITAS H.; OLIVEIRA M.; SACCOL A. Z.; MOSCAROLA J. **O Método de Pesquisa Survey**. São Paulo/SP: Revista de Administração da USP, RAUSP. V. 35, n. 3, jul-set. 2000, p. 105-112. Disponível em:

http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/1138_1861_freitashenriqueraus.p.pdf. Acesso em: 22 nov. 2020.

FURTADO, Juarez Pereira; LAPERRIÈRE, Hélène. Parâmetros e paradigmas em meta-avaliação: uma revisão exploratória e reflexiva. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, n. 3, p. 695-705, out. 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232012000300016&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 28 jul. 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 200 p.

GIMENES, Nelson A. S. Estudo Metavaliativo do Processo de Auto-avaliação em uma Instituição de Educação Superior no Brasil. **Estudos em Avaliação Educacional**, v. 18, n. 37, p. 1-27, ago. 2007. Disponível em: <https://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1383/1383.pdf>. Acesso em: 31 maio 2020.

GOMES, Ana Paula Cortat Zambrotti; BARCAUI, André Baptista; SCOFANO, Anna Cherubina; GOMES, Dayse Azevedo. **Coaching e Mentoring**. Rio de Janeiro: Editora Fgv, 2015.

GOULART, Juliana Corrêa. **Avaliação Institucional Interna da Universidade Estadual de Goiás: um estudo meta-avaliativo**. 2018. 174 f. Tese (Doutorado em Gestão Escolar). Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/154135>. Acesso em: 16 set. 2020.

HERLING, Luiz Henrique Debei; MORITZ, Gilberto de Oliveira; COSTA, Alexandre Marino; PEREIRA, Maurício Fernandes. **R. Adm. FACES Journal**, v.12, n.2, p. 116 – 137, 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1940/194032106007.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2020.

HORTA, Cecília Eugenia Rocha (org.). **SINAES: avanços e desafios na avaliação da educação superior**. Brasília. Brasília: Abmes, 2014. 97 p. Disponível em: https://abmes.org.br/arquivos/publicacoes/abmes_cadernos_29.pdf. Acesso em: 13 jul. 2020.

INEP. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo da Educação Superior 2019**. Resultados, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>. Acesso em: 20 nov. 2020.

INEP. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: da concepção à regulamentação**. 5. ed., revisada e ampliada – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2009. 328 p. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/484109/SINAES+-+Sistema+Nacional+de+Avalia%C3%A7%C3%A3o+da+Educa%C3%A7%C3%A3o+Superior+Da+Concep%C3%A7%C3%A3o+%C3%A0+Regulamenta%C3%A7%C3%A3o+5a+ed+amp/d98724bf-b529-4a88-a5f9-e62b9d6f9ebc?version=1.4>. Acesso em: 21 nov. 2020.

INEP. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Roteiro de Auto-avaliação Institucional:** orientações Gerais. Brasília, 2004. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes_e_exames_da_educacao_superior/roteiro_de_auto_avaliacao_institucional_2004.pdf. Acesso em: 18 jul. 2021.

JCSEE - JOINT COMMITTEE ON STANDARDS FOR EDUCATIONAL EVALUATION. **The program evaluation standards:** a guide for evaluators and evaluation users: aguide for evaluators and evaluation users. 3rd. ed. Thousands Oaks, CA: Sage, 2011.

JCSEE. **Joint Committee on Standards for Educational Evaluation.** 2019. Disponível em: <https://evaluationstandards.org/>. Acesso em: 13 maio de 2019.

MARTINS, Antonio Carlos Pereira. Ensino superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais. **Acta Cir. Bras.**, v. 17, supl. 3, p. 04-06, 2002 . Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-86502002000900001&lng=pt&nrm=iso. acesso em: 28 nov. 2020.

MARTINS, Liliane Machado; ALVES, Lourdes. ISBN:978-85-68618-05-90 PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E A FORMAÇÃO TÉCNICA DOS MEMBROS DA CPA. In: COLÓQUI INTERNACIONAL DE GESTION UNVERSITÁRIA, 18., 2018, Loja - Equador. **Anais ...** Florianópolis: UFSC, 2018. p. 1-15. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/190612/101_00163.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 17 ago. 2020.

MENEZES, Luiz Carlos de. **Universidade Sitiada:** a ameaça de liquidação da universidade. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000. 63 p. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/publicacoes/estante/universidade-sitiada-a-ameaca-de-liquidacao-da-universidade-brasileira/>. Acesso em: 13 jul. 2020.

MINAYO, Maria Cecília *et al* (org.). **Pesquisa Social:** teoria, método e criatividade. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. 80 p. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2020.

NASCIMENTO-E-SILVA, Daniel. **Gestão de organizações de ciência e tecnologia:** ferramentas e procedimentos básicos. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2017.

OLIVEIRA, Moacir Rodrigues de. **Meta-Avaliação da AEPG –Avaliação da Execução de Programas de Governo:** estudo de caso da estratégia saúde da família. Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em políticas públicas da universidade federal do paraná. 2017. 176 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017. Disponível em: <https://repositorio.cgu.gov.br/>. Acesso em: 02 nov. 2020.

PINSONNEAULT, Alain; KRAEMER, Kenneth. **Survey research methodology in management information systems:** an assesment. Journal of Management Information

Sistem, v.10, n.2, p. 75 – 105, 1993. Disponível em:
<https://dl.acm.org/doi/10.1080/07421222.1993.11518001>. Acesso em: 25 nov. 2020.

PINTO, Rodrigo Serpa. **Meta-avaliação: uma década do processo de avaliação institucional do sinaes**. 2015. 269 f. Tese (Doutorado em Administração). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015. Disponível em: <http://tede.ufsc.br/teses/PCAD0943-T.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2020.

PPGAU. **Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária - PPGAU**. 2020. Disponível em: <https://ppgau.ufsc.br/>. Acesso em: 12 set. 2020.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do Trabalho Científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. 277 p. Disponível em: <https://www.feevale.br/Comum/midias/0163c988-1f5d-496f-b118-a6e009a7a2f9/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2020.

RABELO, Mauro Luiz; BISINOTO, Cynthia; MARINHO-ARAÚJO, Claysi; GRIBOSKI, Cláudia; MENEGHEL, Stela Maria. Educação superior brasileira: perfil dos concluintes e sua percepção sobre a formação. **Revista de Estudios e Investigación en Psicología y Educación**, v. extra, n. 14, p. 72 – 76, 2015. Disponível em:
https://www.researchgate.net/profile/Cynthia-Bisinoto-2/publication/287971968_Educacao_superior_brasileira_perfil_dos_concluintes_e_sua_percepcao_sobre_a_formacao/links/56816dbb08aebccc4e0bdf1c/Educacao-superior-brasileira-perfil-dos-concluintes-e-sua-percepcao-sobre-a-formacao.pdf. Acesso em: 10 mar. 2019.

SAMPAIO, Helena. Pro-Posições e o ensino superior. **Pro-Posições**, v.30, p. 1 - 25 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072019000100303&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20 mai. 2020.

SCRIVEN, Michael. An introduction to meta-evaluation. **Educational product report**, v. 2, n. 5, p. 36-38, fev. 1969.

SCRIVEN, Michael. **Evaluation thesaurus**. 4th. ed. Newbury Park, CA: Sage, 1991.

SCRIVEN, Michael. **The logic of evaluation**. 2007. Disponível em:
<https://scholar.uwindsor.ca/cgi/viewcontent.cgi?article=1390&context=ossaarchive>. Acesso em: 20 set. 2020.

SILVA, Ronison Oliveira da. **Proposta de aut capacitação para coordenadores de graduação**. 2019. 137 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, Manaus, 2019. Disponível em:
http://repositorio.ifam.edu.br/jspui/bitstream/4321/381/1/Proposta%20de%20autocapacitacao%20para%20coordenadores%20de%20graduacao_Silva_2019.pdf. Acesso em: 20 ago. 2020.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. Florianópolis: Ufsc, 2005. 138 p. Disponível em:

https://tccbiblio.paginas.ufsc.br/files/2010/09/024_Metodologia_de_pesquisa_e_elaboracao_d_e_teses_e_dissertacoes1.pdf. Acesso em: 21 nov. 2020.

SILVA, Ronison Oliveira da; OLIVEIRA, Erinaldo Silva; SÁ FILHO, Paulo de; NASCIMENTO-E-SILVA, Daniel. O ciclo PDCA como proposta para uma gestão escolar. **Revista de Gestão e Avaliação Educacional**, v.8, n.17, p.1-13, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/regae/article/view/36102>. Acesso em: 20 ago. 2020.

SINAES. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: da concepção à regulamentação** / [Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira]. – 5. ed., revisada e ampliada – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2009. 328 p. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes_e_exames_da_educacao_superior/sinaes_2009_da_concepcao_a_regulamentacao_5_edicao_ampliada.pdf. Acesso em: 20 jul. 2020.

SOUZA, Francisco Jose de *et al.* Avaliação da Educação Superior no Brasil - do Prova ao ENADE: um estudo meta-avaliativo. **Meta: Avaliação**, Rio de Janeiro, v. 2, n., p. 22-42, 2018. Trimestral. Disponível em: <https://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/metaavaliacao/article/view/1956/pdf>. Acesso em: 28 jul. 2020.

STUFFLEBEAM, Daniel L. Meta-Evaluation. **Journal Of Multidisciplinary Evaluation**, Kalamazoo, EUA, v. 7, n. 15, p. 99-158, fev. 2011. Originally published as Papes #3, Occasional Paper Series, December, 1974. Disponível em: https://journals.sfu.ca/jmde/index.php/jmde_1/article/view/300/295. Acesso em: 11 out. 2020.

STUFFLEBEAM, D. L. **The metaevaluation imperative**. American Journal of Evaluation, Thousand Oaks, v. 22, n. 2, p.183-209, 2001. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/109821400102200204>. Acesso em: 12 set. 2020.

STUFFLEBEAM, Daniel L. The Methodology of Metaevaluation as Reflected in Metaevaluations by the Western Michigan University Evaluation Center. **Journal Of Personnel Evaluation In Education**, Michigan, v. 1, n. 14, p. 95-125, mar. 2000. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1023/A:1008198315521#citeas>. Acesso em: 12 set. 2020.

VIEIRA, S. **Introdução à bioestatística**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

APÊNDICE A – Questionário

A META-AVALIAÇÃO NO CONTEXTO DA AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Convidamos você que coordena ou é e membro da CPA – Comissão Própria de Avaliação para participar da pesquisa sobre A META-AVALIAÇÃO NO CONTEXTO DA AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL, sob a responsabilidade da pesquisadora MELISSA MARIA DE SOUZA ZIMMERMANN, mestranda do Programa de Pós-graduação em Administração Universitária da UFSC, orientada pela professora doutora Lourdes Alves, a realizar-se nos meses de fevereiro e março de 2021.

A pesquisa tem por objetivo geral propor atributos, critérios e indicadores para compor um instrumento de meta-avaliação para utilização na avaliação do processo e dos resultados da autoavaliação institucional de Instituições de Educação Superior (IES) brasileiras.

Entende a pesquisadora que não haverá riscos decorrentes de sua participação, e que a sua participação em muito contribuirá com a melhoria da qualidade dos trabalhos da CPAs nas IES. No entanto, lhe é assegurado o direito e liberdade de retirar seu consentimento, independentemente do motivo e sem nenhum prejuízo, bastando somente a sua comunicação à pesquisadora.

Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados de forma generalizada, de tal maneira que dados que revelam a sua identidade e da sua instituição não serão divulgados. Sendo assim, pedimos que responda de forma sincera as questões. Para qualquer outra informação você poderá entrar em contato com a pesquisadora pelos seguintes canais de comunicação: telefone/whatsapp (48) 98408-7030, e-mail melissazm@gmail.com ou junto à Secretaria do PPGAU/UFSC (ppgaucse@gmail.com).

CONSENTIMENTO COMO PARTICIPANTE DA PESQUISA: Estou ciente do objetivo da pesquisa, entendi e apresento minha opção de participação, conforme assinalado a seguir:

- Li e concordo com a participação na pesquisa e aceitei responder ao presente questionário.
- Li e NÃO concordo com a participação na pesquisa.

INSTRUÇÕES SOBRE A PESQUISA:

O questionário está estruturado em duas partes:

PARTE 1: Apresenta questões inerentes ao PROCESSO da autoavaliação institucional.

PARTE 2: Apresenta as questões que são aplicáveis aos RESULTADOS da autoavaliação institucional.

Para cada afirmação, você deverá selecionar um dos descritores de resposta, distribuídos em uma escala Likert de "0 a 5", conforme especificados a seguir:

- [1] Não se aplica/Não sei responder
 [2] Insatisfatório/ insatisfatoriamente/não contempla
 [3] Satisfatório/satisfatoriamente/contempla
 [4] Bom/contempla ou é realizada muito bem
 [5] Ótimo/contempla ou é realizada de forma excelente

PARTE 1 - PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Critério de Adequação Técnica: VALIDADE INTERNA

Tarefas/ Procedimentos: **1 Motivar e favorecer a interação com as partes interessadas da avaliação.**

1.1 A avaliação trienal, com dois relatórios parciais e um integral, conforme preconizado pelo Plano Trienal da CPA, contribui para o sucesso da autoavaliação institucional.

1 2 3 4 5

1.2 A sensibilização da Comunidade Acadêmica é realizada anualmente pela CPA.

1 2 3 4 5

1.3 Há participação significativa de toda a Comunidade Acadêmica na pesquisa de Avaliação Interna.

1 2 3 4 5

1.4 A divulgação dos resultados da Autoavaliação é planejada e realizada anualmente.

1 2 3 4 5

1.5 Justifique/Complemente sua(s) resposta(s)

Critério de Adequação Técnica: VALIDADE INTERNA

Tarefas/ Procedimentos: **2. Formar uma equipe de meta-avaliação com um ou mais meta-avaliadores qualificados.**

2.1. A composição da CPA, conforme as orientações dadas pelo MEC, atende as necessidades da autoavaliação.

1 2 3 4 5

2.2. O conhecimento sobre avaliação institucional é utilizado como critério de escolha dos membros da CPA.

1 2 3 4 5

2.3. Há capacitação continuada para os membros da CPA.

1 2 3 4 5

2.4. Os membros da CPA são preparados para o processo de meta-avaliação: avaliação da autoavaliação institucional.

1 2 3 4 5

2.5. A CPA discute a possibilidade de condução do processo de meta-avaliação por membros externos à IES.

1 2 3 4 5

2.6 Justifique/Complemente sua(s) resposta(s)

Critério de Adequação Técnica: VALIDADE INTERNA

Tarefas/ Procedimentos: **3. Definir as questões da meta-avaliação.**

3.1 A construção do processo avaliativo é realizada de modo a incentivar os participantes a redescobrir, reinterpretar ou revisar seus entendimentos e comportamentos no seu relacionamento com a IES:

1 2 3 4 5

3.2 Os procedimentos de avaliação são adequados à cada tipo de público envolvido na autoavaliação:

1 2 3 4 5

3.3 A elaboração das questões da autoavaliação contempla as 10 dimensões do SINAES.

1 2 3 4 5

3.4 As informações coletadas na autoavaliação atendem aos propósitos pretendidos.

1 2 3 4 5

3.5 Há aplicação de avaliação da avaliação pela CPA, a fim de analisar o desenho da avaliação, procedimentos empregados, informações coletadas e resultados, em conjunto com os gestores da IES.

1 2 3 4 5

3.6 Justifique/Complemente sua(s) resposta(s)

Critério de Adequação Técnica: CONFIABILIDADE

Tarefas/ Procedimentos: **4. Conforme apropriado, subscrever as normas, princípios e/ou critérios para julgar o Sistema de Avaliação ou Avaliação Particular**

4.1 Há conhecimento da CPA sobre a da Lei do SINAES e das demais legislações referentes a autoavaliação institucional.

1 2 3 4 5

4.2 A utilização de documentos normativos internos da IES orienta as ações da CPA e sua credibilidade junto à comunidade acadêmica.

1 2 3 4 5

4.3 A CPA é ciente dos impactos legais referentes ao não cumprimento da legislação e normas da avaliação institucional.

1 2 3 4 5

4.4 O respeito à ética e responsabilidade sobre os resultados da autoavaliação, em relação aos direitos humanos e requisitos legais é levado em consideração nas ações da CPA.

1 2 3 4 5

4.5 Justifique/Complemente sua(s) resposta(s)

Critério de Adequação Técnica: VALIDADE INTERNA

Tarefas/ Procedimentos: **5. Emitir um documento para acordo ou negociar um contrato formal de Meta-avaliação.**

5.1 Existe termo de aceite firmado entre a administração da IES e os membros da CPA para a sua composição e participação.

1 2 3 4 5

5.2 Há documento interno que explicita os direitos e deveres da CPA e sua responsabilidade para com os objetivos da autoavaliação.

1 2 3 4 5

5.3 O documento interno com orientações sobre a atuação dos membros da CPA contempla o tempo de permanência de cada membro.

1 2 3 4 5

5.4 O tempo de permanência dos membros da CPA, determinado na normatização interna é respeitado.

1 2 3 4 5

5.5 Justifique/Complemente sua(s) resposta(s)

Critério de Adequação Técnica: OBJETIVIDADE

Tarefas/ Procedimentos: **6. Coletar e revisar as informações disponíveis e pertinentes.**

6.1 A CPA tem acesso aos documentos da IES para análise e complementação da autoavaliação (PDI, PPC, Relato institucional, documentos normativos, relatórios da avaliação externa):

1 2 3 4 5

6.2 A CPA utiliza o histórico de avaliações anteriores e os Planos de Melhorias para subsidiar as novas avaliações:

1 2 3 4 5

6.3 Justifique/Complemente sua(s) resposta(s)

Critério de Adequação Técnica: VALIDADE EXTERNA

Tarefas/ Procedimentos: **7. Coletar novas informações conforme necessário, incluindo, por exemplo, entrevistas, observações e pesquisas.**

7.1 Há realização de reuniões da CPA com os demais órgãos da instituição a fim de coletar informações para a autoavaliação (Gestão, NDE, Colegiados etc.):

1 2 3 4 5

7.2 Há criação de grupo focal, ou entrevistas com vários segmentos da comunidade acadêmica, para discutir os resultados e elaboração do Plano de Melhorias.

1 2 3 4 5

7.3 Justifique/Complemente sua(s) resposta(s)

PARTE 2 - RESULTADOS DA AUTOAVALIAÇÃO

Critério de Adequação Técnica: VALIDADE EXTERNA

Tarefas/ Procedimentos: **8. Analisar o resultado das descobertas.**

8.1 Há utilização de metodologia científica e técnicas estatísticas adequadas na análise dos resultados da autoavaliação:

1 2 3 4 5

8.2 A apresentação dos instrumentos de pesquisa e de relatórios permitem interpretações, descobertas e conclusões claras e precisas.

1 2 3 4 5

8.3 Os relatórios da CPA são pautados em critérios técnicos a fim de evitar conflitos de interesse, dos segmentos da comunidade acadêmica, na condução das análises dos resultados:

1 2 3 4 5

8.4 São apresentadas justificativa acerca das análises dos resultados com apresentação delas aos públicos (interno e externo) envolvidos:

1 2 3 4 5

8.5 Justifique/Complemente sua(s) resposta(s)

Critério de Adequação Técnica: VALIDADE EXTERNA

Tarefas/ Procedimentos: **9. Julgar a adesão da avaliação aos padrões de avaliação selecionados, princípios ou outros critérios**

9.1 Há preocupação com a participação crescente dos públicos externos à comunidade acadêmica inclusive a sociedade civil organizada em cada processo avaliativo da CPA.

1 2 3 4 5

9.2 É apresentado ao público externo envolvido o escopo e as exigências legais do processo de autoavaliação.

1 2 3 4 5

9.3 Justifique/Complemente sua(s) resposta(s)

Critério de Adequação Técnica: OBJETIVIDADE

Tarefas/ Procedimentos: **10. Preparar e enviar os relatórios necessários.**

10.1 O modelo de Relatório Anual apresenta dados comparativos dos resultados obtidos no triênio.

1 2 3 4 5

10.2 Há transparência, no relatório anual, com relação as soluções apontadas e implantadas definidas no Plano de Melhorias.

1 2 3 4 5

10.3 A CPA se preocupa com o zelo pela escrita e com o formato adequado do relatório de autoavaliação, evitando-se conceitos errôneos, preconceitos e distorções:

1 2 3 4 5

10.4 O Relatório é disponibilizado a toda comunidade acadêmica em formato impresso ou virtual de fácil acesso.

1 2 3 4 5

10.5 Justifique/Complemente sua(s) resposta(s)

Critério de Adequação Técnica: CONFIABILIDADE

Tarefas/ Procedimentos: **11. Conforme apropriado, ajudar o cliente e outras partes interessadas a interpretar e analisar os resultados.**

11.1 Há criação de mentoria junto aos segmentos da comunidade (INTERNA) para analisar os resultados da autoavaliação.

1 2 3 4 5

11.2 Há alguma ação para auxílio à comunidade (EXTERNA) a interpretar e analisar os resultados da autoavaliação.

1 2 3 4 5

11.3 Justifique/Complemente sua(s) resposta(s)
